

Sofismas históricos da escola doutrinária dos comunistas alemães

O Império Knuto-germânico e a revolução social – 2º volume

Mikhail Bakunin, 1871.

Não é a opinião da Escola doutrinária dos socialistas, ou melhor, dos comunistas autoritários da Alemanha; escola que foi fundada um pouco antes de 1848, e que, é preciso reconhecer, | 139 prestou serviços eminentes à causa do proletariado, não somente na Alemanha, mas na Europa. É a ela que pertence, principalmente, a grande ideia de uma *Associação Internacional dos Trabalhadores*, e também a iniciativa de sua realização primeira. Hoje encontra-se no comando do *Partido da Democracia Socialista dos Trabalhadores* na Alemanha, tendo por órgão o *Volksstaat*.

Assim, é uma Escola perfeitamente respeitável; apesar disto, não deixa de manifestar um caráter bastante ruim, às vezes¹, e, mais importante do

1 NB: Sei alguma coisa sobre isto. Faz quase quatro anos que estou exposto aos ataques mais odiosos, às acusações mais sujas e [(*) às mais infames calúnias de parte dos homens mais influentes deste grupinho científico-revolucionário. Conheço alguns deles, e tenho todo o direito de aplicar-lhes estes adjetivos um pouco fortes, já que eles se permitiram acusar-me de todo tipo de infâmias, sabendo muito bem que estavam mentindo. Não ousaram dizer e imprimir no *Volksstaat*, e até, uma vez, no *Réveil* de Paris, redigido pelo Sr. Delescluze, que eu era um espião russo, ou um espião de Napoleão III, ou até um espião do conde de Bismarck, concertado com o Sr. de Schweitzer, chefe reconhecido de um outro partido socialista na Alemanha, o qual nunca encontrei, nem pessoalmente nem através correspondência alguma...] | 140 às mais infames calúnias de parte dos homens mais influentes deste grupinho científico-revolucionário que tem sua sede principal em Londres. Conheço de longa data seus chefes, e sempre professei uma grande esti-

ma por sua inteligência fora de série, pela ciência real, viva, tão extensa quanto profunda, e por sua dedicação inalterável à grande causa da emancipação do proletariado, à qual, durante vinte e cinco anos seguidos, pelo menos – e tenho prazer em repeti-lo de novo – não pararam de dar as mais consideráveis contribuições. Reconheço-os, pois, como homens infinitamente respeitáveis em todos os aspectos, e nenhuma injustiça da parte deles, por mais gritante e odiosa que seja, me fará cometer a besteira de negar a utilidade e a importância histórica tanto de seus trabalhos teóricos quanto de seus empreendimentos práticos. Infelizmente, como diz um velho ditado, toda moeda tem seu outro lado. Estes senhores são bastante intratáveis; irascíveis, vaidosos, brigões como são os alemães, e o que é pior, como são os literatos alemães, os quais se distinguem, como é sabido, por uma ausência completa de gosto, de respeito humano, e até de respeito por si próprios, sempre estão com a boca cheia de injúrias, de insinuações odiosas e pífidas, de maldades sorrateiras, e das calúnias mais sujas contra todas as pessoas que tiverem a infelicidade de não abundar no sentido deles e de não querer, não conseguir se render frente a eles. Entendo e acho perfeitamente legítimo, útil, necessário que se ataque com muita energia e paixão, não somente as teorias contrárias, mas ainda as pessoas que as representam, em todos seus atos públicos e até privados, quando estes, devidamente constatados e provados, forem odiosos. Pois sou mais inimigo do que ninguém desta hipocrisia completamente burguesa que pretende |141 elevar um muro intransponível entre a vida pública de um homem e sua vida privada. Esta separação é uma vã ficção, uma mentira, e uma mentira muito perigosa. O homem é um ser indivisível, completo, e se na sua vida privada ele for um canalha, se na sua família for um tirano, se, em suas relações sociais, ele for um mentiroso, um enganador, um opressor e um explorador, ele deve sê-lo também nos seus atos públicos; se ele se apresentar de outra forma, se tentar parecer um democrata liberal ou socialista, apaixonado pela justiça, pela liberdade e pela igualdade, ele continua mentindo, e deve ter, evidentemente, a intenção de explorar as massas assim como explora os indivíduos. Logo, não é somente um direito, desmascará-lo é um dever, denunciando os fatos imundos de sua vida privada, *quando tiverem sido obtidas provas irrecusáveis*. A única consideração que possa parar, neste caso, um homem consciencioso e honesto, é a dificuldade de constatá-las, dificuldade que é infinitamente maior para os fatos da vida privada do que para aqueles da vida pública. Mas isto é com a consciência, o discernimento e o espírito de justiça daquele que acredita que deve denunciar um indivíduo qualquer à reprovação pública. Se ele fizer isto não motivado por um sentimento de justiça, mas por maldade, por inveja ou por ódio, o problema é dele. Mas não deve ser permitido a ninguém denunciar sem provar; e, quanto mais uma acusação for séria, mais as provas que apoiam esta acusação devem ser sérias. Logo, aquele que acusa outro homem de infâmia deve ser considerado como um infame por sua vez, e ele o é, de fato, se não apoiar esta denúncia terrível com provas irrecusáveis. Depois desta explicação necessária, volto aos meus caros e muito respeitáveis inimigos de Londres e de Leipzig. Conheço de longa data os chefes principais, e devo dizer-lhes que nem sempre fomos inimigos. Longe disso, tivemos relações bastante íntimas antes de 1848. Teriam sido muito mais íntimas, de minha parte, se eu não tivesse sido repellido por este lado negativo de seu caráter, que sempre me impediu de lhes conceder uma confiança

plena e inteira. Mesmo assim, continuamos amigos até 1848. Em 1848, cometi o grande erro, aos olhos deles, de tomar o partido, contra eles, de um poeta ilustre – por que eu não o nomearia? –, do Sr. Georges Herwegh, pelo qual eu tinha uma profunda amizade, e que se tinha separado deles numa questão política, na qual, eu acho agora e direi francamente, a justiça, a justa apreciação da situação geral, estava do lado deles. Eles o atacaram sem cerimônia, que é o que distingue os seus ataques; eu o defendi com calor, na sua ausência, pessoalmente contra eles, em Colônia. *Inde irae* ^(*). Logo sofri as conseqüências. Na *Gazeta Renana* (*die Rheinische Zeitung*), que eles redigiam naquela época, apareceu uma correspondência de Paris, escrita com esta dissimulação covarde e esta arte de insinuação pérfida cujo segredo só os correspondentes dos jornais alemães possuem. A correspondência atribuía à Sra. George Sand discursos muito estranhos e completamente infamantes sobre mim: ela teria dito – não sei, e o próprio correspondente não sabia, naturalmente, nem onde, nem quem, nem como, já que ele tinha inventado tudo e que, segundo todas as probabilidades, a correspondência tinha sido fabricada em Colônia – que eu era um espião russo. A sra. Sand protestou nobre e energicamente. Mandei-lhe um amigo. Mais do que este protesto, do que o desmentido formal da Sra. Sand, e mais do que meu pedido de explicação, quero crer que seu próprio sentimento de justiça e seu respeito por eles próprios os forçaram, então, a inserir no jornal deles uma retratação completamente satisfatória. |143 Quando, em 1861, tendo felizmente conseguido escapar da Sibéria, eu vim para Londres, a primeira coisa que eu ouvi da boca de Herzen foi esta: eles tinham aproveitado de minha ausência forçada durante doze anos (de 1849 a 1861), dos quais passei oito em diferentes fortalezas saxônicas, austríacas e russas, e quatro na Sibéria, para me caluniar da maneira mais odiosa, contando a quem quisesse ouvir que eu não estava preso coisa nenhuma, mas que, gozando de uma plena liberdade, abarrotado de todos os bens terrenos, eu era, ao contrário, o favorito do imperador Nicolau. Meu antigo amigo, o ilustre democrata polonês Worzel, morto em Londres pelo ano de 1860, e ele, Herzen, sofreram muito para me defender contra estas mentiras sujas e caluniosas. Eu não estava procurando briga por todas estas amenidades alemãs; mas eu me abstive de ir vê-los, só isto. Assim que cheguei em Londres, fui saudado por uma série de artigos num pequeno jornal inglês, escritos ou inspirados evidentemente pelos meus caros e nobres amigos, os chefes dos comunistas alemães, mas não constava nenhuma assinatura. Nestes artigos, ousaram dizer que eu só conseguí fugir com a ajuda do governo russo, que, criando para mim a posição de um imigrante e de um mártir da liberdade – título que eu sempre detestei, porque tenho horror de palavras ocas – tinha-me tornado ainda mais capaz de lhe prestar serviço, ou seja, exercer o ofício de espião para ele. Quando declarei, num outro jornal inglês, ao autor destes artigos, que a infâmias assim não se responde com a pluma na mão, mas com a mão sem a pluma, ele pediu desculpas, afirmando que ele nunca quis dizer que eu fosse um espião assalariado, mas que eu era um patriota do Império de todas as Rússias, tão devotado que “eu tinha me exposto voluntariamente a todas as torturas da prisão e da Sibéria para poder melhor servir, mais tarde, a |144 política deste império”. A tais inépcias não havia, é claro, nada a responder. Foi também a opinião do grande patriota italiano Giuseppe Mazzini, e

o de meus compatriotas Ogaref e Herzen. Para me consolar, Mazzini e Herzen disseram-me que tinham sido atacados mais ou menos da mesma maneira, e muito provavelmente pelas mesmas pessoas, e que a todos os ataques assim, nunca opuseram nada além de um silêncio desdenhoso. Em dezembro de 1863, quando eu atravessei a França e a Suíça para chegar à Itália, um pequeno jornal da Basileia, não sei mais qual, publicou um artigo no qual ele precavia todos os imigrantes poloneses, afirmando que eu tinha feito muitos compatriotas deles chegar ao fundo do poço, mas salvando a minha própria pessoa do desastre. De 1863 até 1867, durante toda a minha estadia na Itália, fui continuamente injuriado e caluniado por muitos jornais alemães. Muito poucos destes artigos chegaram ao meu conhecimento – na Itália se lê poucos jornais alemães. Soube apenas que continuavam a me sobrecarregar de calúnias e injúrias, e eu acabei por me preocupar tão pouco quanto me preocupo, diga-se de passagem, com as invectivas da imprensa russa contra mim. Muitos amigos meus afirmaram e afirmam que estes caluniadores recebiam propina da diplomacia russa. Não seria impossível, e eu deveria estar disposto a acreditar nisto, já que sei pertinememente que, em 1847, depois de um discurso que eu havia pronunciado em Paris contra o imperador Nicolau numa assembleia polonesa, e pelo qual o Sr. Guizot, então ministro das relações exteriores, me havia expulsado da França, a pedido do ministro representante da Rússia, o Sr. Kisselef, este último, por intermediário do próprio Sr. Guizot, cuja boa-fé ele certamente surpreendeu, tinha tratado de espalhar para os imigrantes poloneses |145 que eu era nada mais nada menos que um agente russo. O governo russo, assim como seus funcionários, não recuam, naturalmente, frente a nenhum meio de anular seus adversários. A mentira, a calúnia, as infâmias de todo tipo constituem sua natureza, e, quando empregam estes meios, estão apenas usando o seu direito incontestável de representantes oficiais de tudo o que há de mais canalha no mundo, sem prejuízo, entretanto, da Alemanha patriótica, burguesa, nobiliárquica, oficiosa, oficial, que hoje está, devo admiti-lo humildemente, completamente à altura, em termos políticos, morais e humanos, do imperador de todas as Rússias. Pois bem! Francamente, não acho que nenhum de meus caluniadores – aliás tão pouco honráveis, sendo a calúnia um ofício miserável – ou, pelo menos, os principais, tenham tido alguma vez, pelo menos conscientemente, alguma relação com a diplomacia russa. Eles se inspiraram principalmente na sua própria tolice e maldade, só isto; e se houve uma inspiração estrangeira, não veio de São Petersburgo, mas de Londres. São novamente meus bons e velhos amigos, os chefes comunistas alemães, legisladores da sociedade vindoura, os quais, permanecendo envolvidos pelas brumas de Londres, assim como era Moisés pelas nuvens do Sinai, lançaram contra mim, como uma matilha de cachorrinhos histéricos, uma multidão de judeuzinhos alemães e russos, cada um mais imbe- |146 cil e sujo do que o outro^(***). Agora, deixando de lado os cachorrinhos, os judeuzinhos e todas as personalidades miseráveis, passo aos pontos de acusação que formularam contra mim: 1) Ousaram publicar num jornal, aliás muito honesto, muito sério, mas que nesta ocasião desmentiu seu caráter honesto e sério, fazendo-se órgão de uma difamação mesquinha e tola, no *Volksstaat*, que Herzen e eu éramos agentes pan-eslavistas, e que recebíamos grandes somas de dinheiro de um Comitê Pan-eslavista de Moscou, instituído pelo governo russo. Herzen era um milionário; quanto

a mim, todos os meus amigos, todos os meus bons conhecidos, e o número destes é bastante grande, sabem muito bem que passo minha vida numa pobreza bem bruta. A calúnia é muito ignóbil, muito burra, eu vou além. 2) Acusaram-me de pan-eslavismo, e, para provar meu crime, citaram uma brochura que eu tinha publicado em Leipzig, no final do ano de 1848, uma brochura na qual me esforcei a provar para os eslavos que, longe de esperar sua emancipação no Império de todas as Rússias, só podiam esperá-la de sua completa destruição, já que este império não era nada além duma sucursal do Império alemão, nada além da dominação abominável dos eslavos pelos alemães. “Vocês serão desgraçados, eu lhes falei, se contarem com esta Rússia imperial, com este império tártaro e alemão que nunca teve nada de eslavo. Ele vai engolir e torturar vocês, como fez com a Polônia, como faz com todos os povos russos aprisionados em seu seio”. É verdade que, nesta brochura, ousei dizer que a destruição do Império da Áustria e da monarquia prussiana era tão necessário para o triunfo da democracia quanto a destruição do Império do tsar, e foi isto que os alemães, mesmo os democratas socialistas da Alemanha, nunca puderam perdoar. Acrescentei, ainda, nesta mesma brochura: “Desconfiem das paixões nacionais que estão tentando reanimar nos seus corações. Em nome desta monarquia austríaca que nunca fez nada além de oprimir todas as nações sujeitas à sua dominação, falam a vocês de seus direitos nacionais. Com qual objetivo? Com o objetivo de esmagar a liberdade dos povos, acendendo uma guerra fratricida entre eles. Querem romper a solidariedade revolucionária que deve uní-los, que constitui sua força, a própria condição de sua emancipação simultânea, levantando-os uns contra os outros em nome de um patriotismo estreito. Deem, pois, as mãos para os democratas, para os socialistas revolucionários da Alemanha, da Hungria, da Itália, da França; só odeiem seus eternos opressores, as classes privilegiadas de todas as nações; mas unam-se com o coração e com a ação às vítimas destas, os povos”. Este era o espírito e o conteúdo daquela brochura, na qual estes senhores foram procurar provas de meu pan-eslavismo. Não só é ignóbil, é burro; mas o que é ainda mais ignóbil do que burro é que, tendo esta brochura à vista, citaram passagens dela, naturalmente travestidas ou truncadas, mas nenhuma daquelas palavras com as quais eu estigmatizava e maldizia o Império russo, rogando que os povos eslavos desconfiassem dele, e a brochura estava cheia destas. Isto dá a medida da honestidade destes senhores. Confesso que quando li os artigos que falam de meu pan-eslavismo, tão bem provado por esta brochura, no início, como se vê, fiquei estupefato. Eu não entendia que se pudesse levar tão longe a desonestidade. Agora começo a entender. O que ditou estes artigos não foi somente a insigne má-fé do autor, foi ainda uma certa ingenuidade nacional e patriótica, muito estúpida, mas muito comum na Alemanha. Os Alemães sonharam tanto e tão bem em meio à sua histórica escravidão, que acabaram por identificar, muito ingenuamente, sua nacionalidade com a humanidade, de modo que, na opinião deles, detestar a dominação alemã, desprezar sua civilização de escravos voluntários, significa ser inimigo do progresso humano. Pan-eslavistas são, aos olhos deles, todos os eslavos que rechaçam com desgosto e ódio esta civilização que eles quiseram lhes impor. Se este for o sentido que dão à palavra pan-eslavismo, ah! Então sou pan-eslavista do fundo do coração. Pois, realmente, há poucas coisas que eu detesto e desprezo tanto quanto esta dominação infame e quanto esta civi-

que isto, tomou, enquanto base de suas teorias, um princípio que é profundamente verdadeiro quando o consideramos em seu aspecto verdadeiro, ou seja, de um ponto de vista relativo, mas que, encarado e colocado de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a fonte primária de todos os outros princípios, como esta escola faz, torna-se completamente falso. |140 Este princípio, que constitui, aliás, o fundamento essencial do socialismo positivo, foi cientificamente formulado e desenvolvido pela primeira vez pelo senhor Karl Marx, o chefe principal da Escola dos comunistas alemães. Ele forma o pensamento dominante do célebre *Manifesto* |141 *dos comunistas* que um Comitê internacional de comunistas franceses, ingleses, belgas e alemães, reunido em Londres, tinha lançado em 1848, com o seguinte título: *Proletários de todos os países, uni-vos!* Este manifesto, redigido, como sabemos, pelos senhores Marx e Engels, tornou-se a base de todos |142 os trabalhos científicos ulteriores da Escola, e da agitação popular levantada, mais tarde, por Ferdinand Lassalle, na Alemanha.

Este princípio é o oposto absoluto do princípio reconhecido pelos idealistas de todas as escolas. Enquanto estes |143 últimos fazem todos os fatos da história, inclusive o desenvolvimento dos interesses materiais e das diferentes fases da organização econômica da sociedade, derivar do desenvolvimento |144 das ideias, os comunistas alemães, ao contrário, não querem ver, em toda a história humana, nas manifestações mais ideais da vida, tanto coletiva quanto individual, |145 da humanidade, em todos os desenvolvimentos intelectuais e morais, religiosos, metafísicos, científicos, artísticos, políticos, jurídicos e sociais, que se produziram no passado e que continuam a se produzir no presente, nada além de reflexos |146 ou desdobramentos necessários do desenvolvimento dos fatos econômicos. Enquanto os idealistas sustentam que as ideias dominam e produzem |147 os fatos, os comunistas, concordando nisto com o materialismo científico, dizem, ao contrário, que as ideias nascem dos fatos, e que estas nunca são nada além da expressão |148 ideal dos fatos consumados; e que, entre todos os fatos, os fatos econômicos, materiais, os fatos por excelência, constituem a base essencial, o fundamento

lização burguesa, nobiliárquica, burocrática, militar e política dos Alemães. Continuarei sempre a pregar para os eslavos, em nome da emancipação universal das massas populares, a paz, a fraternidade, a ação e a organização solidária com o proletariado da Alemanha, mas somente sobre as ruínas desta dominação e desta civilização, e sem nenhum outro objetivo fora o da demolição de todos os impérios, eslavos e alemães. (*) NG: A passagem entre colchetes contém uma primeira redação inacabada e foi riscada por Bakunin. (p. 132) (**) NT: Expressão latina, “daí as iras”. (***) NT: Cf. o original: “... ont lancé contre moi, comme une meute de roquets, une foule de petits Juifs allemands et russes, tous plus imbéciles et plus sales les uns que les autres.”

principal, dos quais todos os outros fatos |149 intelectuais e morais, políticos e sociais, não são nada além dos desdobramentos² necessários.

³Quem está com a razão, os idealistas ou os materialistas? Uma vez que a pergunta é colocada assim, a hesitação torna-se impossível. Sem nenhuma dúvida, os idealistas estão errados, e só os materialistas têm razão. Sim, os fatos têm primazia sobre as ideias; sim, o ideal, como disse Proudhon, é apenas uma flor cuja raiz é constituída pelas condições materiais de existência. Sim, toda a história intelectual e moral, política e social da humanidade é um reflexo de sua história econômica.

Todos os ramos da ciência moderna, conscienciosa e séria, convergem para proclamar esta grande, esta fundamental e decisiva verdade; sim, o mundo social, o mundo propriamente humano, a humanidade, resumindo, é o desenvolvimento último e supremo – para nós, pelo menos, e relativamente ao nosso planeta –, a manifestação mais alta da humanidade. Mas, como todo desenvolvimento implica, necessariamente, uma negação, a negação da base ou do ponto de partida, a humanidade é, ao mesmo tempo, essencialmente, a negação racional e progressiva da animalidade nos homens; e é precisamente esta negação, tão racional quanto natural, e que só é racional porque é natural, ao mesmo tempo histórica e lógica, fatal, assim como os desenvolvimentos e as realizações de todas as leis naturais no mundo – é ela que constitui e que cria o ideal, o mundo das convicções intelectuais e morais, as ideias.

Sim, nossos primeiros ancestrais, nossos Adãos e nossas Evas, foram, se não gorilas, pelo menos primos muito próximos do gorila, onívoros, animais inteligentes e ferozes, dotados, num grau infinitamente maior que os animais de todas as outras espécies, |150 de duas faculdades preciosas: *a faculdade de pensar e a faculdade, a necessidade de se revoltar.*

Estas duas faculdades, combinando sua ação progressiva na história, representam, propriamente, o “momento”⁴, o lado, a potência negativa no desenvolvimento positivo da animalidade humana, e criam, conseqüentemente, tudo o que constitui a humanidade nos homens.

A Bíblia, que é um livro muito interessante e, às vezes, muito profundo, quando o consideramos como uma das mais antigas manifestações que chegaram até nós da sabedoria e da fantasia humanas, exprime esta verdade de uma maneira muito ingênua em seu mito do pecado original. Jeová, que, de

2 NT: Foi suprimida uma nota de James Guillaume que explica o sentido da palavra correspondente em francês, “*dérivatifs*”.

3 NG: Aqui começa a parte do manuscrito que foi publicada por Élisée Reclus e Carlo Cafiero sob o título de *Deus e o Estado*.

4 NG: “Momento” é, aqui, sinônimo de “fator”, como na expressão “o momento psicológico” (*das psychologische Moment*).

todos os bons deuses que já foram adorados pelos homens, é certamente o mais ciumento, o mais vaidoso, o mais feroz, o mais injusto, o mais sanguinário, o mais déspota e o mais inimigo da dignidade e da liberdade humanas, tendo criado Adão e Eva, por não se sabe que capricho, sem dúvida para matar seu tédio, que deve ser terrível em sua solidão eternamente egoísta, ou para se dar novos escravos, tinha colocado à disposição destes, generosamente, toda a terra, com todas as frutas e todos os animais da terra, e tinha colocado a este gozo completo um único limite. Ele tinha-os proibido expressamente de tocar nos frutos da árvore do conhecimento. Ele queria, pois, que o homem, privado de toda consciência de si mesmo, permanecesse uma besta eterna, sempre de quatro patas frente ao Deus eterno, seu Criador e seu Mestre. Mas eis que vem Satã, o eterno revoltado, o primeiro livre-pensador e o emancipador dos mundos. Ele envergonha o homem de sua ignorância e de sua obediência bestiais; ele o emancipa e imprime em sua testa o carimbo da liberdade e da humanidade, incitando-o a desobedecer e a comer o fruto da ciência.

| 151 Sabemos o resto. O bom Deus, cuja presciência, que constitui uma das faculdades divinas, devia tê-lo advertido do que ia acontecer, entretanto, colocou-se num terrível e ridículo furor: ele maldisse Satã, o homem e o mundo criados por ele mesmo, batendo, por assim dizer, em si mesmo através de sua própria criação, como fazem as crianças quando ficam com raiva; e, não contente de bater em nossos ancestrais, no presente, ele os amaldiçoou por todas as gerações futuras, inocentes do crime cometido por seus ancestrais. Nossos teólogos católicos e protestantes acham isto muito profundo e muito justo, precisamente porque é monstruosamente iníquo e absurdo! Em seguida, lembrando-se que não era somente um Deus de vingança e de ira, mas também um Deus de amor, depois de ter atormentado a existência de alguns bilhões de pobres seres humanos e de tê-los condenado a um inferno eterno, teve piedade do resto, e, para salvá-los, para reconciliar seu amor eterno e divino com sua ira eterna e divina, sempre ávida de vítimas e de sangue, enviou ao mundo, enquanto vítima expiatória, seu filho único, para que fosse morto pelos homens. Isto se chama mistério da Redenção, base de todas as religiões cristãs. Se o divino Salvador tivesse salvado o mundo humano, pelo menos! Mas não; no paraíso prometido pelo Cristo, sabemos disto, já que é formalmente anunciado, só haverá bem poucos eleitos. O resto, a imensa maioria das gerações presentes e futuras, tostará eternamente no inferno. Enquanto isto, para consolar-nos, Deus, sempre justo, sempre bom, abandona a terra ao governo dos Napoleão III, dos Guilherme I, dos Ferdinando da Áustria e dos Alexandre de todas as Rússias.

| 152 Tais são os contos absurdos que debitam, e tais são as doutrinas monstruosas que ensinam, em pleno século dezenove, em todas as escolas populares da Europa, por ordem expressa dos governos. Chamam isto de

civilizar os povos! Não é evidente que todos estes governos são os envenenadores sistemáticos, os degeneradores interessados das massas populares?

Deixei-me levar para longe de meu assunto pela ira que toma conta de mim, todas as vezes que penso nos ignóbeis e criminosos meios que se emprega para conter as nações numa escravidão eterna, a fim de poder melhor tosá-las, sem dúvida. O que são os crimes de todos os Tropicman do mundo, na presença deste crime de lesa-humanidade que se comete diariamente, em plena luz do dia, em toda a superfície do mundo civilizado, pelas mesmas pessoas que ousam chamar-se de tutores e pais dos povos? – Volto ao mito do pecado original.

Deus deu razão a Satã e reconheceu que o diabo não tinha enganado Adão e Eva quando lhes prometeu o conhecimento e a liberdade, como recompensa do ato de desobediência que ele os tinha induzido a cometer; pois, assim que comeram da fruta proibida, Deus disse a si mesmo (ver a Bíblia): “Eis que o homem se tornou como um de Nós, ele sabe o bem e o mal; vamos impedi-lo, pois, de comer do fruto da vida eterna, para que não se torne imortal como Nós”.

Deixemos agora de lado a parte fabulosa deste mito e consideremos seu verdadeiro sentido. O sentido é muito claro. O homem se emancipou, separou-se da animalidade e constituiu-se enquanto homem; começou a sua história e seu desenvolvimento propriamente humano por um ato de desobediência e de conhecimento, ou seja, pela *revolta* e pelo *pensamento*.

* * *

⁵Três elementos, ou, se preferir, três princípios | 153 fundamentais constituem as condições essenciais de todo desenvolvimento humano, tanto coletivo quanto individual, na história: 1º a *animalidade humana*; 2º o *pensamento*; e 3º a *revolta*. À primeira corresponde propriamente a *economia social e privada*; à segunda, a *ciência*; à terceira, a *liberdade*⁶.

Os idealistas de todas as escolas, aristocratas e burgueses, teólogos e metafísicos, políticos e moralistas, religiosos, filósofos ou poetas – não esquecendo os economistas liberais, adoradores desenfreados do ideal, como é sabido – ofendem-se muito quando alguém lhes diz que o homem, com toda sua inteligência magnífica, suas ideias sublimes e suas aspirações infinitas, é, assim como tudo o que existe no mundo, apenas matéria, apenas um produto desta *vil matéria*.

5 NG: Este parágrafo e os dois seguintes foram retirados do lugar em que estavam pelos editores de Deus e o Estado e transportados para o começo da brochura.

6 NB: O leitor encontrará um desenvolvimento mais completo destes três princípios no *Apêndice* acrescentado ao fim deste livro, com o título: *Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e sobre o homem*.

Poderíamos responder-lhes que a matéria de que falam os materialistas, – matéria espontânea e eternamente móvel, ativa, produtiva; matéria química ou organicamente determinada e manifestada pelas propriedades ou pelas forças mecânicas, físicas, animais e inteligentes que lhe são, necessariamente, inerentes – que esta matéria não tem nada em comum com a *vil matéria* dos idealistas. Esta última, produto da falsa abstração destes, é efetivamente um ser estúpido, inanimado, imóvel, incapaz de produzir a menor coisa, um *caput mortuum*, uma imaginação *feia* | 154 oposta a esta *bela* imaginação que eles chamam de *Deus*, o Ser supremo frente ao qual a matéria, a matéria deles, depenada de tudo o que constitui sua natureza real, representa, necessariamente, o supremo Nada. Eles tiraram da matéria sua inteligência, sua vida, todas as qualidades determinantes, as relações ativas ou as forças, o próprio movimento, sem o qual a matéria nem pesaria, deixando-lhe apenas a impenetrabilidade e a imobilidade absoluta no espaço; eles atribuíram todas estas forças, propriedades e manifestações naturais ao Ser imaginário criado por sua fantasia abstrativa; depois, invertendo os papéis, chamaram este produto de sua imaginação, este Fantasma, este Deus que é o Nada, de “Ser supremo”; e, por uma consequência necessária, declararam que o Ser real, a matéria, o mundo, era o Nada. Depois disto, eles vêm nos dizer gravemente que esta matéria é incapaz de produzir algo, nem mesmo de colocar-se em movimento por si mesma, e que, conseqüentemente, deve ter sido criada pelo Deus deles.

⁷No Apêndice que se encontra no fim deste livro, desnudei os absurdos realmente revoltantes aos quais se é fatalmente levado por esta imaginação de um Deus, seja ele pessoal, criador e ordenador dos mundos; seja ele até mesmo impessoal, e considerado como uma espécie de alma divina espalhada por todo o universo, cujo princípio eterno, então, ela constituiria; ou então como ideia infinita e divina, sempre presente e ativa no mundo e manifestada, sempre, pela totalidade dos seres materiais e finitos. Vou me limitar, aqui, a levantar um único ponto.

⁸Concebe-se perfeitamente o desenvolvimento sucessivo | 155 do mundo material, assim como o da vida orgânica, animal, e da inteligência historicamente progressiva, tanto individual quanto social, do homem, neste mundo. É um movimento completamente natural do simples ao composto, de baixo para cima ou do inferior ao superior; um movimento conforme a todas as nossas experiências quotidianas, e, conseqüentemente, conforme, também, à nossa lógica natural, às próprias leis de nosso espírito, que, for-

7 NG: Este parágrafo foi cortado pelos editores de Deus e o Estado.

8 NG: Este parágrafo foi transposto pelos editores de Deus e o Estado, e colocado depois do parágrafo que, no manuscrito, a segue.

mando-se e podendo se desenvolver apenas com ajuda destas mesmas experiências, não é, por assim dizer, nada além da reprodução mental, cerebral destas experiências, ou do seu resumo racional.

O sistema dos idealistas nos apresenta totalmente o contrário. É a inversão absoluta de todas as experiências humanas e deste bom-senso universal e comum que é a condição essencial de toda compreensão humana e que, elevando-se a partir da verdade tão simples e tão unanimemente reconhecida segundo a qual dois vezes dois é igual a quatro, até às considerações científicas mais sublimes e mais complicadas, jamais admitindo, aliás, nada que não seja severamente confirmado pela experiência ou pela observação das coisas ou dos fatos, constitui a única base séria dos conhecimentos humanos.

Em vez de seguir a via natural, de baixo para cima, do inferior ao superior, e do relativamente simples ao mais complicado; em vez de acompanhar de maneira ajuizada, racional, o movimento progressivo e real do mundo chamado inorgânico ao mundo orgânico, vegetal, e depois animal, e depois especialmente humano; da matéria química ou do ser químico à matéria viva ou ao ser vivo, e do ser vivo ao ser pensante, os pensadores idealistas, obcecados, cegados e empurrados pelo fantasma divino que herdaram da |156 teologia, tomam a via absolutamente contrária. Vão de cima para baixo, do superior ao inferior, do complicado ao simples. Começam por Deus, seja enquanto pessoa, seja enquanto substância ou ideia divina, e o primeiro passo que dão é uma terrível degringolada das alturas sublimes do eterno ideal à lama do mundo material; da perfeição absoluta à imperfeição absoluta; do pensamento ao Ser, ou melhor, do Ser supremo em meio ao Nada. Quando, como e por que o Ser divino, eterno, infinito, o Perfeito absoluto, provavelmente entediado consigo mesmo, decidiu dar este salto mortal desesperado, eis o que nenhum idealista, nem teólogo, nem metafísico, nem poeta, nunca soube entender, por si próprio, nem explicar para os profanos. Todas as religiões passadas e presentes e todos os sistemas de filosofia transcendentos funcionam à base deste único e iníquo mistério⁹. Santos homens, legisladores inspirados, profetas, Messias procuraram nele a vida, e encontraram apenas a tortura e a morte. Assim como a esfinge antiga, ele os devorou, porque não o souberam explicar. Grandes filósofos, de Heráclito e Platão até Descartes, Spinoza, Leibnitz, Kant, Fichte, Schelling e Hegel, para não falar dos filósofos indianos, escreveram pilhas de volumes e criaram sistemas tão engenhosos quanto sublimes, nos quais eles disseram, de passagem, muitas belas e

9 NB: Chamo-o de “iníquo” porque, assim como creio ter demonstrado no apêndice a que já fiz menção, este mistério foi e continua ainda a ser a consagração de todos os horrores que foram cometidos e que se cometem no mundo humano; e chamo-o de “iníquo” porque todos os outros absurdos teológicos e metafísicos que abastalham o espírito dos homens são apenas as suas consequências necessárias.

grandes coisas, e descobriram | 157 verdades imortais, mas que deixaram este mistério, objeto principal de suas investigações transcendentais, tão insondável quanto já tinha sido antes deles. Mas, já que os esforços gigantescos dos mais admiráveis gênios que o mundo conhece – e que, durante pelo menos trinta séculos, empreenderam de novo este trabalho de Sísifo – só levaram a tornar este mistério ainda mais incompreensível, podemos esperar que nos seja desvendado, hoje, pelas especulações rotineiras de algum discípulo pedante de uma metafísica artificialmente requeentada, e isto numa época em que todos os espíritos vivos e sérios se desviaram desta ciência equívoca, saída de uma transação, historicamente explicável, sem dúvida, entre o disparate da fé e a sadia razão científica?

É evidente que este terrível mistério é inexplicável, ou seja, é absurdo, porque só o absurdo não se deixa explicar. É evidente que quem precisar dele para sua felicidade, para sua vida, deve renunciar à sua razão, e voltando, se puder, à fé ingênua, cega, estúpida, repetir, com Tertuliano e com todos os crentes sérios, estas palavras que resumem a própria quintessência da teologia: *Credo quia absurdum*¹⁰. Então, qualquer discussão cessa, é só resta a estupidez triunfante da fé. Mas, então, logo se eleva uma outra pergunta: *Como pode nascer, em um homem inteligente e instruído, a necessidade de acreditar neste mistério?*

Que a crença em Deus, criador, ordenador, juiz, mestre, amaldiçoador, salvador e benfeitor | 158 do mundo, se tenha conservado no povo, e principalmente nas populações rurais, ainda muito mais que no proletariado das cidades, nada de mais natural. O povo, infelizmente, é ainda muito ignorante; e ele é mantido em sua ignorância pelos esforços sistemáticos de todos os governos, que a consideram, não sem muita razão, como uma das condições mais essenciais de sua própria potência. Esmagado por seu trabalho cotidiano, privado de lazer, de comércio intelectual, de leitura, enfim, de quase todos os meios e de uma parte dos estimulantes que desenvolvem a reflexão nos homens, o povo aceita, em geral, sem crítica e em bloco, as tradições religiosas que, envolvendo-o desde a pouca idade em todas as circunstâncias de sua vida, e artificialmente entretidas em seu seio por uma multidão de envenenadores oficiais de todas as espécies, padres e leigos, transformam-se nele numa espécie de hábito mental e moral, muito frequentemente mais potente até que seu bom-senso natural.

Há uma outra razão que explica e que legitima, de certa forma, as crenças absurdas do povo. Esta razão é a situação miserável à qual se encontra fatalmente condenado pela organização econômica da sociedade, nos países

10 NG: “Creio porque é absurdo”, ou seja: “Como a coisa é absurda e não pode ser demonstrada a mim pela razão, sou obrigado, por ser cristão, a acreditar nela pela virtude da fé”.

mais civilizados da Europa. Reduzido, no aspecto intelectual e moral, assim como no aspecto material, ao mínimo de uma existência humana, trancado nesta vida como um prisioneiro em sua prisão, sem horizonte, sem saída, sem nem futuro, se acreditarmos nos economistas, | 159 o povo deveria ter a alma singularmente estreita e o instinto achatado dos burgueses para não sentir a necessidade de sair dela; mas para isto ele tem apenas três meios, dos quais dois fantásticos, e o terceiro real. Os dois primeiros são o cabaré e a igreja, o deboche do corpo ou a depravação do espírito; o terceiro é a revolução social. Concluo disto que somente esta última, pelo menos muito mais que todas as propagandas teóricas dos livres-pensadores, será capaz de destruir até os últimos vestígios das crenças religiosas e dos hábitos depravados no povo, crenças e hábitos que estão mais intimamente ligados entre si do que pensamos; e que, ao substituir os prazeres ao mesmo tempo ilusórios e brutais desta falta de vergonha corporal e espiritual pelos prazeres tão delicados quanto reais da humanidade plenamente realizada em cada um e em todos, somente a revolução social terá o poder de fechar ao mesmo tempo todos os cabarés e todas as igrejas.

Até aí o povo, enquanto massa, vai crer, e, se não tiver razão de crer¹¹, terá direito de fazê-lo, pelo menos.

Existe uma categoria de pessoas que, se não acreditam, devem pelo menos fingir que acreditam. São todos os atormentadores, todos os opressores e todos os exploradores da humanidade. Padres, monarcas, homens de Estado, homens de guerra, financeiros públicos e privados, funcionários públicos de todos os tipos, policiais, guardas, carcereiros e carrascos, monopolistas, capitalistas, exploradores, empreendedores e proprietários, advogados, economistas, políticos de todas as | 160 cores, até o último vendedor de especiarias, todos repetirão em uníssono estas palavras de Voltaire:

Se Deus não existisse, seria necessário inventá-lo.

Pois, você compreende, é preciso uma religião para o povo. É a válvula de segurança.

Existe, enfim, uma categoria bastante numerosa de almas honestas mas fracas, que, demasiado inteligentes para levar os dogmas cristãos a sério, rejeitam-nos no varejo, mas não tem nem a coragem, nem a força, nem a resolução necessária para os repelir no atacado. Abandonam à sua crítica todos os absurdos particulares da religião, desprezam todos os milagres, mas se agarram com desespero ao absurdo principal, fonte de todos os outros, ao milagre que explica e legitima todos os outros milagres, à existência de Deus. O Deus delas não é o Ser vigoroso e potente, o Deus brutalmente positivo

11 NT: Expressão ambígua (*raison de croire*) que pode-se referir a motivo para crer, ou sensatez no ato de crer (“razão em crer”).

da teologia. É um Ser nebuloso, diáfano, ilusório, tão ilusório que, quando pensamos apreendê-lo, se transforma em Nada; é uma miragem, um fogo fátuo que não esquenta nem ilumina. Porém, fazem questão dele, e acreditam que se ele desaparecesse, tudo desapareceria junto. São almas incertas, doentias, desorientadas na civilização atual, não pertencendo nem ao presente nem ao futuro, pálidos fantasmas eternamente suspensos entre o céu e a terra, e ocupando, entre a política burguesa e o socialismo do proletariado, absolutamente a mesma posição. Não sentem em si a força nem de pensar até o fim, nem de querer, nem de se resolver, e | 161 perdem seu tempo e seu esforço, tentando sempre conciliar o inconciliável. Na vida pública, chamam-se socialistas burgueses.

Nenhuma discussão com eles, nem contra eles, é possível. Eles estão doentes demais.

Mas há um pequeno número de homens ilustres, dos quais ninguém ousará falar sem respeito, de cuja saúde vigorosa, de cuja força de espírito, de cuja boa-fé ninguém pensará duvidar. Será suficiente citar os nomes de Mazzini, de Michelet, de Quinet, de John Stuart Mill ¹²Almas generosas e fortes, grandes corações, grandes espíritos, grandes escritores, e, o primeiro, ressuscitador heróico e revolucionário de uma grande nação, são todos apóstolos do idealismo e contempladores, adversários apaixonados do materialismo, e, conseqüentemente, também do socialismo, tanto em filosofia quanto em política.

É, pois, contra eles que se deve discutir esta questão.

Constatemos, primeiramente, que nenhum dos homens ilustres que acabo de nomear, nem nenhum outro pensador idealista algo importante de nosso tempo, se dedicou propriamente à parte lógica desta questão. Nenhum tentou resolver filosoficamente a possibilidade do salto mortal divino, das regiões eternas e puras do espírito para a lama do mundo material. Temeram abordar esta insolúvel contradição e perderam a esperança de resolvê-la, | 162 depois de os maiores gênios da história terem falhado, ou será que a consideraram como já suficientemente resolvida? É um segredo deles. O fato é que deixaram de lado a demonstração teórica da existência de um Deus, e que só desenvolveram as razões e as conseqüências práticas desta. Falaram dela sempre como de um fato universalmente aceito, limitando-se, enquanto única prova, a constatar a antiguidade e esta universalidade, até, da crença em Deus.

12 NB: O Sr. Stuart Mill talvez seja o único cujo idealismo sério possa ser posto em dúvida; isto por duas razões: a primeira é que, se ele não for um discípulo no absoluto, é um admirador apaixonado, um aderente da Filosofia positiva de Auguste Comte, filosofia que, apesar das reticências numerosas, é na verdade ateia: a segunda é que o Sr. Stuart Mill é inglês, e que proclamar-se ateu na Inglaterra é colocar-se fora da sociedade, mesmo nos dias de hoje.

Esta unanimidade imponente, segundo a opinião de muitos homens e escritores ilustres, e, para citar apenas os mais renomados entre eles, segundo a opinião eloquentemente exprimida de Joseph de Maistre e do grande patriota italiano Giuseppe Mazzini, vale mais que todas as demonstrações da ciência; e, se a lógica de um pequeno número de pensadores consequentes e até mesmo muito potentes, mas isolados, lhe é contrário, o problema é deles, dizem, destes pensadores e de sua lógica, pois o consenso geral, a adoção universal e antiga de uma ideia, foram consideradas, desde sempre, a prova mais vitoriosa de sua verdade. O sentimento de todo mundo, uma convicção que é encontrada e se mantém em todo lugar, não poderiam se enganar. Devem ter sua raiz numa necessidade absolutamente inerente à própria natureza do homem. E, já que foi constatado que todos os povos passados e presentes acreditaram e acreditam na existência de Deus, é evidente que aqueles que tem a infelicidade de duvidar desta, qualquer que seja a lógica que os tenha levado a esta dúvida, são exceções anormais, são monstros.

Assim, a *antiguidade* e a *universalidade* de uma crença seriam, contra toda ciência e contra toda lógica, uma prova suficiente |163 e irrefutável de sua verdade. Mas por quê?

Até o século de Copérnico e de Galileu, todo mundo tinha acreditado que o sol girava ao redor da terra. Todo mundo não se tinha enganado? O que há de mais antigo e de mais universal que a escravidão? A antropofagia, talvez. Desde a origem da sociedade histórica até nossos dias, houve, sempre e em todo lugar, a exploração do trabalho forçado das massas, escravas, servas ou assalariadas, por alguma minoria dominante; opressão dos povos pela Igreja e pelo Estado. Deve-se concluir disto que esta exploração e esta opressão sejam necessidades absolutamente inerentes à própria existência da sociedade humana? Eis alguns exemplos que mostram que a argumentação dos advogados do bom Deus não prova nada.

Nada é, com efeito, tão universal e tão antigo quanto o absurdo, e, ao contrário, é a verdade, a justiça, que, no desenvolvimento das sociedades humanas são menos universais, mais jovens; o que explica também o fenômeno histórico constante das perseguições inéditas, cujos fundadores auto-proclamados foram e continuam a ser objetos, por parte dos representantes oficiais, patenteados e interessados nas crenças “universais” e “antigas”, e frequentemente por parte destas mesmas massas populares que, após os terem atormentado bastante, sempre acabam por adotar e por fazer triunfar as ideias deles.

Para nós, materialistas e socialistas revolucionários, não há nada que nos espante ou nos amedronte neste fenômeno histórico. Com a força de nossa consciência, de nosso amor incondicional pela verdade, desta paixão lógica que constitui por si só uma grande potência, e fora da qual não há pensamento;

com a força de nossa paixão pela justiça e de | 164 nossa fé inabalável no triunfo da humanidade sobre todas as bestialidades teóricas e práticas; com a força, enfim, da confiança e do apoio mútuos que se dão os poucos que compartilham nossas convicções, resignamo-nos, de nossa parte, a todas as consequências deste fenômeno histórico, no qual vemos a manifestação de uma lei social tão natural, tão necessária e tão invariável quanto todas as outras leis que governam o mundo.

Esta lei é uma consequência lógica, inevitável, da *origem animal* da sociedade humana; ora, frente a todas as provas científicas, fisiológicas, psicológicas, históricas, que foram acumuladas até os dias atuais, assim como frente às façanhas dos alemães, conquistadores da França, que dão, hoje, uma demonstração tão brilhante dela, não é mais possível, realmente, duvidar da realidade desta origem. Mas, a partir do momento em que se aceita esta origem animal do homem, tudo se explica. A história aparece-nos, então, como a negação revolucionária, às vezes lenta, apática, adormecida, às vezes apaixonada e potente, do passado. Ela consiste precisamente na negação progressiva da animalidade primeira do homem pelo desenvolvimento de sua humanidade. O homem, besta feroz, primo do gorila, partiu da noite profunda do instinto animal para chegar à luz do espírito, o que explica de uma maneira completamente natural todas as suas divagações passadas, e nos consola, em parte, de seus erros presentes. Ele saiu da escravidão animal, e, atravessando a escravidão divina, termo transitório entre sua animalidade e sua humanidade, caminha, hoje, para a conquista e para a realização de sua liberdade humana. Daí resulta que a antiguidade | 165 de uma crença, de uma ideia, longe de provar alguma coisa em seu próprio favor, deve, ao contrário, torná-la suspeita para nós. Porque atrás de nós está nossa animalidade, e na nossa frente, nossa humanidade, e a luz humana, a única que pode nos aquecer e nos iluminar, a única que pode nos emancipar, nos tornar dignos, livres, felizes, e realizar a fraternidade entre nós, nunca está no início, mas, relativamente à época em que vivemos, sempre no fim da história. Nunca olhemos, então, para trás, olhemos sempre para frente, pois à frente está nosso sol e nossa salvação; e, se nos é permitido, se é até mesmo útil, necessário, nos virarmos para trás, com vista ao estudo de nosso passado, é apenas para constatar o que fomos e o que não devemos mais ser, no que já acreditamos e já pensamos, e o que não devemos mais nem crer, nem pensar, e o que fizemos e que não devemos fazer nunca mais.

Quanto à *antiguidade*, é isto. Quanto à *universalidade* de um erro, esta só prova uma coisa: a semelhança, se não a perfeita identidade, da natureza humana, em todos os tempos e sob todos os climas. E, já que está constatado que todos os povos, em todas as épocas de suas vidas, acreditaram e ainda acreditam em Deus, devemos concluir, daí simplesmente, que a ideia divina,

saída de nós mesmos, é um erro historicamente necessário no desenvolvimento da humanidade, e perguntar-nos: por que e como se produziu na história, por que a imensa maioria da espécie humana a aceita ainda hoje enquanto verdade?

Enquanto não conseguirmos perceber de que maneira a ideia de um mundo sobrenatural ou divino se produziu e teve, fatalmente, que se produzir, no |166 desenvolvimento histórico da consciência humana, por mais que estejamos cientificamente convencidos do absurdo desta ideia, nunca conseguiremos destruí-la na opinião da maioria; porque nunca saberemos atacá-la nas profundezas, realmente, do ser humano, nas quais aconteceu seu nascimento, e porque, condenados a uma luta estéril, sem saída e sem fim, deveremos sempre contentar-nos em combatê-la somente na superfície, em suas inúmeras manifestações, cujo caráter absurdo, mal tendo sido abatido por golpes de bom-senso, logo renascerá sob uma forma nova e não menos insensata. Enquanto a raiz de todos os absurdos que atormentam o mundo, a crença em Deus, continuar intacta, nunca deixará de dar novos brotos. É assim que, em nossos dias, em certas regiões da mais alta sociedade, o espiritismo tende a se instalar sobre as ruínas do cristianismo.

Não é somente no interesse das massas, é no interesse da saúde de nosso próprio espírito que devemos nos esforçar para entender a gênese histórica da ideia de Deus, a sucessão das causas que desenvolveram e produziram esta ideia na consciência dos homens. Por mais que nos digamos e nos imaginemos ateus, enquanto não tivermos entendido as causas, iremos sempre permitir que os clamores desta consciência universal, cujo segredo não teremos surpreendido, nos dominem; e, tendo em vista a fraqueza natural até do indivíduo mais forte contra a influência todo-poderosa do meio social que o engloba, correremos sempre o risco de recair, mais cedo ou mais tarde, e de uma maneira ou de outra, no abismo do absurdo religioso. Os exemplos destas conversões vergonhosas são frequentes na sociedade atual.

* * *

|167 Eu disse a razão prática principal da potência exercida ainda hoje pelas crenças religiosas sobre as massas. Estas disposições místicas não denotam tanto, nestas, uma aberração do espírito quanto um profundo descontentamento do coração. É o protesto instintivo e apaixonado do ser humano contra as estreitezas, as platitudes, as dores e as vergonhas de uma existência miserável. Contra esta doença, eu disse, só há um remédio: é a Revolução Social.

No Apêndice, tratei de expor as causas que presidiram ao nascimento e ao desenvolvimento histórico das alucinações religiosas na consciência do homem.

Aqui, quero tratar desta questão da existência de um Deus, ou da origem divina do mundo e do homem, apenas do ponto de vista de sua utilidade moral e social, e direi, sobre a razão teórica desta crença, apenas poucas palavras, a fim de melhor explicar meu pensamento.

Todas as religiões, com seus deuses, seus semideuses e seus profetas, seus messias e seus santos, foram criadas pela fantasia crédula dos homens, ainda não tendo chegado ao pleno desenvolvimento e à plena posse de suas faculdades intelectuais; em consequência disto, o Céu religioso é apenas uma miragem na qual o homem, exaltado pela ignorância e a fé, encontra sua própria imagem, porém aumentada e invertida, ou seja, *divinizada*. A história das religiões, a do nascimento, da grandeza e da decadência dos deuses que se sucederam na crença humana, é, assim, nada além do desenvolvimento da inteligência e da consciência coletivas dos homens. À medida que, em sua caminhada historicamente progressiva, eles descobriam, neles mesmos ou na natureza exterior, uma força, uma qualidade ou até um grande defeito quaisquer, atribuíam-no aos seus deuses, após os terem exagerado, aumentando além da conta, como fazem corriqueiramente as crianças, por um ato de sua fantasia religiosa. Graças a esta modéstia e a esta piedosa generosidade dos homens crentes e crédulos, o céu se enriqueceu dos despojos da terra, e, como consequência necessária, quanto mais rico o céu ficava, mais a humanidade e a terra se tornavam miseráveis. Uma vez que a divindade estava instalada, foi naturalmente proclamada a causa, a razão, o árbitro e o dispensador absoluto de todas as coisas: o mundo não era mais nada, ela era tudo; e o homem, seu verdadeiro criador, após tê-la tirado do nada sem saber, ajoelhou-se diante dela, adorou-a e se proclamou sua criatura e seu escravo.

O cristianismo é precisamente a religião por excelência, porque expõe e manifesta, em sua plenitude, a natureza, a própria essência de qualquer sistema religioso, que é o *empobrecimento, a sujeição e a anulação da humanidade em benefício da divindade*.

Sendo Deus tudo, o mundo real e o homem não são nada. Sendo Deus a verdade, a justiça, o bem, o belo, a potência e a vida, o homem é a mentira, a iniquidade, o mal, a feiura, a impotência e a morte. Sendo Deus o mestre, o homem é o escravo. Incapaz de encontrar por si próprio a justiça, a verdade e a vida eterna, ele só pode consegui-lo através de uma revelação divina. Mas quem diz revelação diz reveladores, messias, profetas, padres e legisladores inspirados pelo próprio Deus; e estes, uma vez reconhecidos como representantes da divindade na terra, como santos educadores¹³ da humanidade, eleitos pelo próprio Deus para | 169 dirigi-la na via da salvação, estes devem,

13 NT: O termo original, *instituteur*, refere-se especificamente aos professores das séries iniciais.

necessariamente, exercer um poder absoluto. Todos os homens devem a eles uma obediência ilimitada e passiva; pois contra a Razão divina não há razão humana, e contra a Justiça de Deus não há justiça terrestre que agüente. Escravos de Deus, os homens devem sê-lo também da Igreja e do Estado, *na medida em que este é consagrado pela Igreja*. Eis o que, de todas as religiões que existem ou que existiram, o cristianismo entendeu melhor que as outras, sem excetuar nem mesmo as antigas religiões orientais, as quais, aliás, só abraçaram povos distintos e privilegiados, enquanto que o cristianismo tem a pretensão de abraçar a humanidade inteira; e eis o que, de todas as seitas cristãs, apenas o catolicismo romano proclamou e realizou com uma consequência rigorosa. É por isto que o cristianismo é a religião absoluta, a última religião; e é por isto que a Igreja apostólica e romana é a única consequente, legítima e divina.

Queiram ou não queiram os metafísicos e os idealistas religiosos, filósofos, políticos ou poetas: *a ideia de Deus implica a abdicação da razão e da justiça humanas; ela é a negação mais decisiva da liberdade humana e culmina necessariamente na escravidão dos homens, tanto na teoria como na prática*.

A menos, pois, que se queira a escravidão e o aviltamento dos homens, como querem os jesuítas, como querem os mômiers, os pietistas ou os metodistas protestantes, não podemos, não devemos fazer a menor concessão nem ao Deus da teologia, nem ao da metafísica. Pois, neste alfabeto místico, quem começa dizendo A deverá, fatalmente, acabar por dizer Z, e quem quer adorar a Deus deve, sem alimentar ilusões pueris, renunciar bravamente à sua liberdade e à sua humanidade.

Se Deus é, o homem é escravo; ora, o homem pode e deve ser livre: portanto, Deus não existe.

Desafio quem quer que seja a sair deste círculo; e agora, que se faça uma escolha.

|170 Será necessário lembrar o quanto as religiões emburrecem e corrompem os povos? Elas matam, neles, a razão, este principal instrumento da emancipação humana, e reduzem-nos à imbecilidade, condição essencial de sua escravidão. Desonram o trabalho humano e fazem dele um sinal e uma fonte de servidão. Matam a noção e o sentimento da justiça humana, fazendo sempre a balança tender para o lado dos canalhas triunfantes, objetos privilegiados da graça divina. Matam o orgulho e a dignidade humanas, protegendo apenas os rastejantes e os humildes. Asfixiam no coração dos povos todo sentimento de fraternidade humana, preenchendo-o de crueldade divina.

Todas as religiões são cruéis, todas são fundadas sobre o sangue; pois todas repousam principalmente sobre a ideia do sacrifício, ou seja, sobre a imolação perpétua da Humanidade à insaciável vingança da Divindade.

Neste sangrento mistério, o homem é sempre a vítima, e o padre, homem também, mas homem privilegiado pela graça, é o divino carrasco. Isto nos explica porque os padres de todas as religiões, os melhores, os mais humanos, os mais suaves, têm, quase sempre, no fundo do coração – e, se não no coração, em sua imaginação, no espírito (e sabemos da influência formidável que uma e outra exercem sobre o coração dos homens) - porque há, eu dizia, nos sentimentos de todo padre, algo de cruel e de sanguinário.

* * *

Tudo isto, nossos ilustres idealistas contemporâneos o sabem melhor que ninguém. São homens sábios que sabem sua história de cor; e como são ao mesmo tempo |171 homens vivos, grandes almas penetradas por um amor sincero e profundo pelo bem da humanidade, maldisseram e amenizaram todas estas maldades, todos estes crimes da religião com uma eloquência sem igual. Rejeitam com indignação toda solidariedade com o Deus das religiões positivas e com seus representantes passados e presentes sobre a terra.

O Deus que adoram, ou que acreditam adorar, distingue-se precisamente dos deuses reais da história por não ser, absolutamente, um Deus positivo, nem determinado da maneira que for, nem de modo teológico, nem mesmo metafisicamente. Não é nem o Ser Supremo de Robespierre e de J.-J. Rousseau, nem o Deus panteísta de Spinoza, nem mesmo o Deus ao mesmo tempo imanente e transcendente, e muito equívoco, de Hegel. Eles se abstêm de lhe dar uma determinação positiva qualquer, sentindo muito bem que qualquer determinação o submeteria à ação solvente da crítica. Não dirão se é um Deus pessoal ou impessoal, se criou ou não criou o mundo; não falarão nem de sua divina providência. Tudo isto poderia comprometê-lo. Vão contentar-se em dizer “Deus”, e nada mais. Mas então o que é o Deus deles? Não é nem uma ideia, é uma aspiração.

É o nome genérico de tudo o que lhes parece grande, bom, belo, nobre, humano. Mas por que não dizem, então, “o Homem”? Ah! É que o rei Guilherme da Prússia e Napoleão III e todos os seus semelhantes são, igualmente homens; e eis que isto os embaraça muito. A humanidade real nos apresenta a junção do que |172 há de mais sublime, de mais belo, e de tudo que há de mais vil e de mais monstruoso no mundo. Como escapar disto? Então, chamam um de divino e o outro de bestial, representando para si mesmos a divindade e a animalidade como as duas massas entre as quais colocam a humanidade. Não querem ou não conseguem compreender que estes três termos formam apenas um, e que, se os separamos, destruímo-los.

Eles não são bons de lógica, e parece que a desprezam. Aí está o que os distingue dos metafísicos panteístas e deístas, e o que imprime em suas ideias o caráter de um idealismo prático, buscando suas inspirações muito menos

no desenvolvimento severo de um pensamento, do que nas experiências, eu diria quase nas emoções, tanto históricas e coletivas como individuais, da vida. Isto dá à propaganda deles uma aparência de riqueza e de potência vital, mas uma aparência, apenas; pois a vida em si torna-se estéril quando é paralisada por uma contradição lógica.

Esta contradição é a seguinte: eles querem Deus e querem a humanidade. Obstinam-se a juntar dois termos que, uma vez separados, só podem se reencontrar para se destruir mutuamente. Eles dizem de uma vez só: “Deus, e a liberdade do homem”; “Deus, e a dignidade e a justiça e a igualdade e a fraternidade e a prosperidade dos homens” - sem se preocuparem com a lógica fatal conforme a qual, se Deus existe, tudo isto está condenado à não-existência. Pois, se Deus é, ele é necessariamente o Mestre eterno, supremo, absoluto, e se este Mestre existe, o homem é escravo; mas se ele é escravo, não há para ele nem justiça, nem igualdade, nem fraternidade, nem prosperidade possíveis. Por mais que, contrariamente ao bom-senso e a todas as experiências da história, se representem o Deus deles animado pelo mais tenro amor pela liberdade humana, um mestre, faça o que fizer, e por mais liberal que queira se | 173 mostrar, não deixa de ser um mestre, e sua existência implica necessariamente a escravidão de tudo o que se encontra abaixo dele. Assim, se Deus existisse, haveria para ele apenas um meio de servir a liberdade humana: seria deixar de existir.

Apaixonado e enciumado da liberdade humana, e considerando-a como a condição absoluta de tudo o que adoramos e respeitamos na humanidade, inverto a frase de Voltaire e digo que, *se Deus existisse realmente, seria preciso fazê-lo desaparecer.*

* * *

A severa lógica que me dita estas palavras é demasiado evidente para que eu precise desenvolver mais esta argumentação. E parece-me impossível que os homens ilustres cujos nomes citei, tão famosos e tão justamente respeitados, não tenham eles mesmos sido marcados, e que não tenham percebido a contradição na qual caem ao falar de Deus e da liberdade humana ao mesmo tempo. Para que tenham passado por cima, foi preciso, pois, que tenham pensado que esta inconseqüência ou que esta concessão lógica era *praticamente* necessária para o bem da humanidade.

Também é possível que, mesmo falando da *liberdade* como uma coisa que é bem respeitável e bem cara para eles, que a compreendam de forma totalmente diferente da que a compreendemos nós, materialistas e socialistas revolucionários. Efetivamente, eles nunca falam dela sem logo acrescentar uma outra palavra, *autoridade*, uma palavra e uma coisa que detestamos do fundo de nossos corações.

O que é a autoridade? Será o poder inevitável das leis naturais que se manifestam no encadeamento e na sucessão fatal dos fenômenos, tanto do mundo físico quanto do mundo social? Efetivamente, contra estas leis, a revolta não somente é proibida, mas é, ainda, impossível. Podemos conhecê-las mal, ou não conhecê-las ainda, mas não podemos desobedecê-las, porque constituem a base e as próprias condições de nossa existência; englobam-nos, penetram- |174 nos, regulam todos os nossos movimentos, nossos pensamentos e nossos atos; de forma que, mesmo quando acreditamos desobedecê-las, não fazemos nada além de manifestar sua onipotência.

Sim, somos absolutamente escravos destas leis. Mas não há nada de humilhante nesta escravidão, ou melhor, nem é uma escravidão. Pois a escravidão supõe um mestre exterior, um legislador que se encontra fora daquele que é comandado por ele, enquanto que estas leis não estão fora de nós: são-nos inerentes, constituem nosso ser, todo nosso ser, tanto corporal quanto intelectual e moral; vivemos, respiramos, agimos, pensamos, queremos apenas através delas. Fora delas, não somos nada; *não somos*. De onde nos viria, então, o poder de lutar contra elas?

Frente às leis naturais, só há, para o homem, uma liberdade possível: é a de reconhecê-las e aplicá-las sempre mais, em conformidade com o objetivo de emancipação ou de humanização, tanto coletiva quanto individual, que persegue. Estas leis, uma vez reconhecidas, exercem uma autoridade que nunca é discutida pela massa dos homens. É preciso, por exemplo, ser um louco, ou um teólogo, ou, pelo menos, um metafísico, um jurista, ou um economista burguês, para se revoltar contra a lei pela qual 2×2 é igual a 4. É preciso ter fé para imaginar que alguém não queimará no fogo e não se afogará na água, a menos que tenha recurso a algum subterfúgio, o qual também está fundado em alguma outra lei natural. Mas estas revoltas, ou melhor, estas tentativas ou estas loucas imaginações de uma revolta impossível, formam apenas uma exceção bastante rara; pois, em geral, podemos dizer que a massa dos homens, em sua vida quotidiana, se deixa governar |175 de uma maneira mais ou menos absoluta pelo bom-senso, o que quer dizer, pela soma das leis naturais geralmente reconhecidas.

A grande infelicidade é que uma grande quantidade de leis naturais já constatadas, enquanto tais, pela ciência, continuam desconhecidas pelas massas populares, graças aos cuidados destes governos tutelares que só existem, como é sabido, para o bem dos povos. Há um outro inconveniente: é que a maioria das leis naturais que são inerentes ao desenvolvimento da sociedade humana, e que são tão necessárias, invariáveis, fatais, quanto as leis que governam o mundo físico, não foram adequadamente constatadas e reconhecidas pela própria ciência.

Uma vez que tenham sido reconhecidas, primeiro pela ciência, e que, da ciência, por meio de um amplo sistema de educação e de instrução populares, houverem passado para a consciência de todos, a questão da liberdade estará perfeitamente resolvida. Os autoritários mais recalcitrantes devem reconhecer que então não haverá mais necessidade nem de organização, nem de direção, nem de legislação políticas, três coisas que, emanando da vontade do soberano ou resultando dos votos de um parlamento elegido pelo sufrágio universal, e mesmo se fossem conformes ao sistema das leis naturais – o que nunca acontece e nunca acontecerá – são sempre igualmente funestas e contrárias à liberdade das massas, porque impõem a estas um sistema de leis exteriores, e, conseqüentemente, despóticas.

A liberdade do homem consiste unicamente em obedecer às leis naturais porque *ele próprio* as reconheceu | 176 enquanto tais, e não porque lhe foram exteriormente impostas por uma vontade qualquer, estrangeira, divina ou humana, coletiva ou individual.

Suponha uma academia de sábios, composta pelos representantes mais ilustres da ciência; suponha que esta academia esteja encarregada da legislação, da organização da sociedade, e que, inspirando-se apenas do mais puro amor pela verdade, só dite leis absolutamente conformes às mais recentes descobertas da ciência. Pois bem, eu pretendo que esta legislação e esta organização seriam uma monstruosidade, e isto por duas razões. A primeira é que a ciência humana é, sempre, necessariamente imperfeita, e que, comparando o que já descobriu com o que lhe falta descobrir, pode-se dizer que está em seu berço. De modo que, se quiséssemos forçar a vida prática, tanto coletiva quanto individual, dos homens, a se conformar estrita e exclusivamente aos últimos dados da ciência, condenaríamos a sociedade, assim como os indivíduos, a sofrer o martírio num leito de Procusto, que logo acabaria por destroncá-los e asfixiá-los, a vida sendo sempre infinitamente mais ampla que a ciência.

A segunda razão é a seguinte: uma sociedade que obedecesse a uma legislação emanada de uma academia científica, não por ter entendido, por si mesma, o caráter racional daquela, caso em que a existência da academia se tornaria inútil, mas porque esta legislação, emanando desta academia, se impusesse em nome de uma ciência que o povo veneraria sem compreender - uma sociedade tal seria uma sociedade não de homens, mais de brutos. Seria uma segunda edição desta pobre república do Paraguai, que se deixou ser governada por tanto tempo | 177 pela Companhia de Jesus. Uma sociedade tal não deixaria de descer, logo, ao mais baixo grau do idiotismo.

Mas há ainda uma terceira razão que torna impossível um governo tal. É que a academia científica, revestida desta soberania, por assim dizer, absoluta, mesmo que fosse composta pelos homens mais ilustres, ela própria

acabaria, infalivelmente e logo, por se corromper, tanto moral quanto intelectualmente. Já é hoje, com os poucos privilégios que lhes deixam, a história de todas as academias. O maior gênio científico, a partir do momento em que se torna um acadêmico, um sábio oficial, patenteado, decai inevitavelmente e adormece. Ele perde sua espontaneidade, sua raça revolucionária, e esta energia incômoda e selvagem que caracteriza a natureza dos maiores gênios, sempre chamados para destruir os mundos caducos e para lançar os fundamentos dos mundos novos. Ele ganha, sem dúvida, em polidez, em sapiência utilitária e prática, aquilo que perde em potência de pensamento. Ele se corrompe, numa palavra.

É do feitio do privilégio, e de toda posição privilegiada, matar o espírito e o coração dos homens. O homem privilegiado, tanto política quanto economicamente, é um homem depravado em termos intelectuais e morais. Eis uma lei social que não admite nenhuma exceção, e que se aplica tanto a nações inteiras quanto às classes, às companhias e aos indivíduos. É a lei da igualdade, condição suprema da liberdade e da humanidade. O objetivo principal deste livro é, precisamente, desenvolvê-la e demonstrar sua veracidade em todas as manifestações da vida humana.

Um corpo científico ao qual se confiasse | 179¹⁴ o governo da sociedade acabaria, rapidamente, por não tratar mais nada de ciência, mas de uma questão totalmente diferente; e esta questão - a de todos os poderes estabelecidos - seria eternizar-se, tornando a sociedade confiada aos seus cuidados cada vez mais estúpida e, conseqüentemente, mais necessitada de seu governo e de sua direção.

Mas o que é verdadeiro para as academias científicas o é, igualmente, para todas as assembleias constituintes e legislativas, mesmo quando se originam no sufrágio universal. Este último pode renovar sua composição, é verdade, o que não impede que se forme, em alguns anos, um corpo de políticos, privilegiados de fato, não de direito, e que, dedicando-se exclusivamente à direção dos negócios públicos de um país, acabam formando uma espécie de aristocracia ou de oligarquia política. Veja-se os Estados Unidos da América e a Suíça.

Assim, nada de legislação exterior e nada de autoridade, uma sendo, aliás, inseparável da outra, e todas duas tendendo à sujeição da sociedade e ao embrutecimento dos próprios legisladores.

* * *

Vai daí que eu rejeito qualquer autoridade? Longe de mim este pensamento. Quanto se trata de botas, refiro-me à autoridade do sapateiro; se se

14 No arquivo original em francês, a marcação |177 é seguida de |179, que aparece duas vezes seguidas ; supõe-se erro de digitação.

tratar de uma casa, de um canal ou de uma ferrovia, consulto a do arquiteto ou do engenheiro. Para tal ciência especial, consulto tal ou tal sábio. Mas não permito que se imponha a mim nem o sapateiro, nem o arquiteto, nem o sábio. Escuto-os livremente e com todo o respeito que merecem sua inteligência, seu caráter, seu |179 saber, reservando-me, assim mesmo, o direito incontestável de crítica e de controle. Não me contento em consultar uma única autoridade especialista, consulto várias; comparo suas opiniões, e escolho aquela que me parecer mais correta. Mas não reconheço nenhuma autoridade infalível, nem mesmo nas questões mais especiais; conseqüentemente, por mais respeito que eu tenha pela honestidade e pela sinceridade de tal ou qual indivíduo, não tenho fé absoluta em ninguém.

Uma tal fé seria fatal à minha razão, à minha liberdade e ao próprio sucesso de meus empreendimentos; ela me transformaria imediatamente num escravo estúpido e num instrumento da vontade e dos interesses de outrem.

Se me inclino frente à autoridade dos especialistas e se me declaro pronto a seguir, em certa medida e durante todo o tempo que me pareça necessário, suas indicações e até sua direção, é porque esta autoridade não me é imposta por ninguém, nem pelos homens, nem por Deus. De outra forma, eu iria rejeitá-los com horror e mandar para o inferno seus conselhos, sua direção e sua ciência, certo de que me fariam pagar, através da perda de minha liberdade e de minha dignidade, as migalhas de verdade humana, envolvidas em muitas mentiras, que poderiam me dar.

Inclino-me diante da autoridade dos homens especiais porque ela me é imposta por minha própria razão. Tenho consciência de poder abarcar, em todos os seus detalhes e seus desenvolvimentos positivos, apenas uma parte muito pequena da ciência humana. A maior inteligência não seria suficiente para abarcar o todo desta. Daí resulta, tanto para a ciência quanto para a indústria, a necessidade da divisão e da associação do trabalho. Recebo e dou, tal é a vida humana. Cada um é autoridade dirigente e cada um é dirigido, por sua vez. Assim, não há autoridade fixa e constante, mas uma troca contínua de autoridade e de subordinação |180 mútuas, passageiras e principalmente voluntárias.

Esta mesma razão me proíbe, pois, reconhecer uma autoridade fixa, constante e universal, pois não há homem universal, homem que seja capaz de abarcar nesta riqueza de detalhes, sem a qual a aplicação da ciência à vida não é possível, todas as ciências, todos os ramos da vida social. E, se uma universalidade tal pudesse ser realizada num só homem, e se ele quisesse prevalecer-se disto para nos impor sua autoridade, seria preciso expulsar este homem da sociedade, porque sua autoridade reduziria inevitavelmente todas as outras à escravidão e à imbecilidade. Não acho que a sociedade deva maltratar os homens de gênio como fez até agora. Mas também não acho

que deva engordá-los demais, nem lhes dar, principalmente, privilégios ou direitos exclusivos quaisquer; e isto por três razões: primeiro, porque aconteceria frequentemente de tomar um charlatão por um homem de gênio; depois, porque, através deste sistema de privilégios, poderia transformar num charlatão até mesmo um verdadeiro homem de gênio, desmoralizá-lo, embrutecê-lo; e, finalmente, porque iria se tornar um déspota.

Vou me resumir. Reconhecemos, pois, a autoridade absoluta da ciência, porque a ciência tem como objeto apenas a reprodução mental, racional e tão sistemática quanto possível, das leis naturais que são inerentes tanto à vida material quanto à intelectual e moral do mundo físico e do mundo social, estes dois mundos constituindo, de fato, apenas um mesmo mundo natural. Fora desta | 181 autoridade unicamente legítima, porque é racional e conforme à liberdade humana, declaramos todas as outras autoridades mentirosas, arbitrárias, despóticas e funestas.

Reconhecemos a autoridade absoluta da ciência, mas rejeitamos a infalibilidade e a universalidade dos representantes da ciência. Em nossa Igreja – que me seja permitido servir-me um momento desta expressão, que, aliás, eu detesto; a Igreja e o Estado são meus dois pesadelos – em nossa Igreja, assim como na Igreja protestante, temos um chefe, um Cristo invisível, a ciência; e assim como os protestantes, até mais consequentes que os protestantes, não queremos ter que aturar, nela, nem papa, nem concílios, nem conclaves de cardeais infalíveis, nem bispos, nem mesmo padres. Nosso Cristo distingue-se do Cristo protestante e cristão nisto: este último é um ser pessoal, e o nosso é impessoal; o Cristo cristão, já realizado num passado eterno, apresenta-se como um ser perfeito, enquanto que a realização e a perfeição de nosso Cristo, da ciência, estão sempre no futuro: o que equivale dizer que nunca se realizarão. Reconhecendo a autoridade absoluta somente da *ciência absoluta*, não comprometemos, pois, de modo algum a nossa liberdade.

Por esta expressão, “ciência absoluta”, entendo a ciência realmente universal, que reproduziria, idealmente, em toda a sua extensão e em todos os seus detalhes infinitos, o universo, o sistema ou a coordenação de todas as leis naturais que se manifestam no desenvolvimento incessante dos mundos. É evidente que esta ciência, objeto sublime de todos os esforços do espírito humano, nunca se realizará em sua plenitude absoluta. Nosso Cristo permanecerá, pois, eternamente inacabado, o que deve abater bastante | 182 o orgulho de seus representantes patenteados entre nós. Contra este Deus filho, em nome do qual eles pretenderiam nos impor sua autoridade insolente e pedante, apelariamos ao Deus pai, que é o mundo real, a vida real, do qual o primeiro é apenas a expressão imperfeita por demais, e do qual nós – os seres reais, que vivem, trabalham, combatem, amam, aspiram, gozam e sofrem – somos os representantes imediatos.

Mas, mesmo rejeitando a autoridade absoluta, universal e infalível dos homens da ciência, inclinamo-nos de bom grado frente à autoridade respeitável, mas relativa e muito passageira, muito restrita, dos representantes das ciências especiais, não pedindo mais que consultá-los um a um, e muito agradecidos pelas indicações preciosas que nos queiram por bem dar, à condição que queiram recebê-las de nós sobre as coisas e nas ocasiões em que somos mais sábios que eles; e, em geral, não pedimos mais do que ver homens dotados de um grande saber, de uma grande experiência, de um grande espírito, e de um grande coração, principalmente, exercendo sobre nós uma influência natural e legítima, livremente aceita, e nunca imposta em nome da autoridade oficial que for, tanto celeste quanto terrestre. Aceitamos todas as autoridades naturais, e todas as influências de fato, nenhuma de direito; pois toda autoridade ou toda influência de direito, e, enquanto tal, oficialmente imposta, tornando-se imediatamente uma opressão e uma mentira, iria nos impor de forma infalível, como creio ter demonstrado suficientemente, a escravidão e o absurdo.

Numa palavra, repudiamos qualquer legislação, qualquer autoridade e qualquer influência privilegiadas, patenteadas, oficiais e legais, mesmo | 183 que saídas do sufrágio universal, convencidos que só poderão sempre voltar-se, em proveito de uma minoria dominante e exploradora, contra os interesses da imensa maioria subjugada.

Eis o sentido em que somos realmente anarquistas.

* * *

Os idealistas modernos entendem a autoridade de uma maneira inteiramente diferente. Embora livres das superstições tradicionais de todas as religiões positivas existentes, atribuem a esta ideia de autoridade um sentido divino, absoluto. Esta autoridade não é a de uma verdade milagrosamente revelada, nem a de uma verdade rigorosa e cientificamente demonstrada. Fundam-na sobre um pouco de argumentação quase filosófica, e sobre muita fé vagamente religiosa, sobre muito sentimento ideal e abstratamente poético. A religião deles é como uma última tentativa de divinização de tudo o que constitui a humanidade nos homens.

É absolutamente o contrário da obra que realizamos. Acreditamos dever, em vista da liberdade humana, da dignidade humana e da prosperidade humana, retomar do Céu os bens que ele roubou da terra, para devolvê-los à terra, enquanto que, esforçando-se para cometer um último roubo religiosamente heroico, eles gostariam, ao contrário, de restituir novamente ao céu, a este divino ladrão hoje desmascarado, sendo, por sua vez, pilhado pela impiedade audaciosa e pela análise científica dos livres-pensadores, tudo o que a humanidade contém de maior, de mais belo, de mais nobre.

| 184 Parece-lhes, sem dúvida, que, para gozar de uma maior autoridade entre os homens, as ideias e as coisas humanas devem ser revestidas de uma sanção divina. Como se anuncia esta sanção? Não por um milagre, como nas religiões positivas, mas através da grandeza ou através da própria santidade das ideias e das coisas; o que é grande, o que é belo, o que é nobre, o que é justo, é reputado divino. Neste novo culto religioso, todo homem que se inspire destas ideias, destas coisas, torna-se um padre, imediatamente consagrado pelo próprio Deus. E o que prova isto? É a própria grandeza das ideias que ele exprime, e das coisas que realiza: não é preciso outra. São tão santas que só podem ter sido inspiradas por Deus.

Eis, em poucas palavras, toda a filosofia deles: filosofia dos sentimentos, não de pensamentos reais, uma espécie de pietismo metafísico. Isto parece inocente, mas não é nem um pouco, e a doutrina muito precisa, muito estreita e muito seca, que se esconde sob a vagueza inapreensível destas formas poéticas, conduz aos mesmos resultados desastrosos que todas as religiões positivas: ou seja, a negação mais completa da liberdade e da dignidade humanas.

Proclamar como divino tudo o que achamos de grande, de justo, de nobre, de belo na humanidade, é reconhecer implicitamente que a humanidade por si mesma teria sido incapaz de produzi-lo; o que equivale a dizer que, abandonada a si própria, sua natureza é miserável, iníqua, vil e feia. Eis que voltamos à essência de todas as religiões, ou seja, à difamação da humanidade | 185 para a maior glória da divindade. E, a partir do momento em que são admitidas a inferioridade natural do homem e sua incapacidade inata de se elevar por si próprio, fora de qualquer inspiração divina, até às ideias corretas e verdadeiras, torna-se necessário admitir também todas as consequências teológicas, políticas e sociais das religiões positivas. A partir do momento em que Deus, o Ser perfeito e supremo, se coloca diante da humanidade, os intermediários divinos, os eleitos, os inspirados por Deus saem da terra para iluminar, para dirigir e para governar, em seu nome, a espécie humana.

Não poderíamos supor que todos os homens sejam igualmente inspirados por Deus? Então não haveria mais necessidade de intermediários, sem dúvida. Mas esta suposição é impossível, porque é demasiado contradita pelos fatos. Seria preciso, pois, atribuir à inspiração divina, todos os absurdos e os erros que se manifestam, e todos os horrores, as torpezas, as covardias e as tolices que se cometem no mundo humano. Assim, há neste mundo apenas poucos homens divinamente inspirados. São os grandes homens da história, os *gênios virtuosos*, como diz o ilustre cidadão e profeta italiano Giuseppe Mazzini. Imediatamente inspirados pelo próprio Deus e apoiando-se

no consentimento universal, expresso pelo sufrágio universal – *Dio e Popolo* – são chamados a governar as sociedades humanas¹⁵.

|186 Eis que caímos de novo na Igreja e no Estado. É verdade que nesta organização nova, estabelecida, como todas as organizações políticas antigas, pela *graça de Deus*, mas apoiada desta vez, pelo menos na forma, à guisa de concessão necessária ao espírito moderno, e como nos preâmbulos dos decretos imperiais de Napoleão III, sobre a *vontade* (fictícia) *do povo*, a Igreja não vai mais se chamar Igreja, vai se chamar Escola. Mas sobre os bancos desta escola não estarão sentadas apenas as crianças: haverá também o menor eterno, o aluno reconhecido para sempre como incapaz de fazer seus exames, de elevar-se à ciência de seus mestres e de dispensar sua disciplina, o povo¹⁶.

15 NB: Há seis ou sete anos, em Londres, ouvi o Sr. Louis Blanc exprimir mais ou menos a mesma ideia: “A melhor forma de governo”, ele me disse, “seria a que sempre convocasse *os homens de gênio virtuoso*”.

16 NB: Um dia, perguntei a Mazzini quais medidas tomarão para a emancipação do povo, uma vez que sua república unitária triunfante estiver definitivamente estabelecida. A primeira medida, me disse ele, será a fundação de escolas para o povo. – E o que será ensinado ao povo nessas escolas? – Os deveres do homem, o sacrifício e a dedicação. – Mas onde você achará um número suficiente de professores para ensinar estas coisas, que ninguém tem direito nem capacidade de ensinar se não servir de exemplo? O número de homens que encontram um prazer supremo no sacrifício e na dedicação não é excessivamente restrito? Aqueles que |187 se sacrificam a serviço de uma grande ideia, obedecendo a uma alta paixão, e *satisfazendo esta paixão pessoal* fora da qual a própria vida perde todo valor aos seus olhos, pensam ordinariamente em qualquer outra coisa, menos em erigir sua ação em doutrina; enquanto que aqueles que fazem dela uma doutrina, em geral, esquecem de traduzi-la em ação, pela simples razão que a doutrina mata a vida, mata a espontaneidade viva da ação. Os homens como Mazzini, nos quais a doutrina e a ação formam uma unidade admirável, são apenas exceções muito raras. No cristianismo também houve grandes homens, santos homens que fizeram realmente, ou que, pelo menos, se esforçaram apaixonadamente para fazer tudo o que diziam, e cujos corações, transbordantes |188 de amor, estavam cheios de desprezo pelos prazeres e pelos bens deste mundo. Mas a imensa maioria dos sacerdotes católicos e protestantes que, pela sua profissão, pregaram e pregam a doutrina da castidade, da abstinência e da renúncia, desmentiram, geralmente, sua doutrina através de seus exemplos. Não é sem motivo, é em consequência de uma experiência de vários séculos que, nos povos de todos os países, se formaram os ditados: *libertino igual a um padre; guloso igual a um padre; ambicioso como um padre; ávido, interessado e cômico como um padre*. Está, pois, constatado que os professores das virtudes cristãs, consagrados pela Igreja, os padres e pastores, em sua imensa maioria, fizeram todo o contrário do que pregaram. Esta própria maioria, a universalidade deste fato, provam |189 que não se deve atribuir a culpa aos indivíduos, mas à posição social impossível e contraditória em si mesma na qual estes indivíduos estão colocados. Há na posição do sacerdote cristão uma dupla contradição. Primeiro, a da doutrina da

abstinência e da renúncia com as tendências e as necessidades positivas da natureza humana, tendências e necessidades que, em alguns casos individuais, sempre muito raros, podem muito bem ser continuamente rechaçadas, comprimidas e até totalmente anuladas pela influência constante de alguma poderosa paixão intelectual e moral; que, em alguns momentos de exaltação coletiva, podem ser esquecidas e negligenciadas, por algum tempo, por uma grande quantidade de homens ao mesmo tempo; mas que são tão fundamentalmente inerentes à natureza humana, que acabam sempre retomando seus direitos, de modo que, quando são impedidas de se satisfazer de maneira regular e normal, sempre acabam procurando satisfações malfazejas e monstruosas. É uma lei natural e, conseqüentemente, | 190 fatal, irresistível, sob a ação funesta da qual caem, inevitavelmente, todos os sacerdotes cristãos, especialmente aqueles da Igreja Católica Romana. Ela não pode cunhar os professores da Escola, ou seja, os padres da Igreja moderna, a menos que estes também sejam obrigados a pregar a abstinência e a renúncia cristãs. Mas há outra contradição que é comum a uns e outros. Esta contradição está ligada ao título e à própria posição do mestre. Um mestre que manda, que oprime e que explora, é um personagem muito lógico e completamente natural. Mas um mestre que se sacrifica àqueles que lhe são subordinados por seu privilégio divino ou humano, é um ser contraditório e totalmente impossível. É a própria constituição da hipocrisia, tão bem personificada pelo papa, | 189 que, ao mesmo tempo em que se diz *o último servidor dos servidores de Deus*, - é para simbolizar isto que ele, seguindo o exemplo de Cristo, até lava uma vez por ano os pés de doze mendigos de Roma, - se proclama ao mesmo tempo como vigário de Deus, o mestre absoluto e infalível do mundo. Preciso lembrar que os sacerdotes de todas as Igrejas, longe de se sacrificar aos rebanhos confiados aos seus cuidados, sempre os sacrificaram, exploraram e mantiveram no estado de rebanhos, em parte para satisfazer suas próprias paixões pessoais e, em parte, para servir a onipotência da Igreja? As mesmas condições, as mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos. Assim, será a mesma coisa para os professores da Escola moderna, divinamente inspirados e patenteados pelo Estado. Vão se tornar, necessariamente, uns sem o saber, outros com pleno conhecimento de causa, ensinadores da doutrina do sacrifício popular à potência do Estado e em proveito das classes privilegiadas. Será preciso, então, eliminar da sociedade qualquer ensino e abolir todas as escolas? Não, de jeito nenhum, é preciso difundir com toda força a instrução nas massas, e transformar todas as igrejas, todos estes templos dedicados à glória de Deus e à sujeição dos homens, | 192 em escolas de emancipação humana. Mas, primeiro, entendamo-nos: as escolas propriamente ditas, numa sociedade normal, fundada na igualdade e no respeito da liberdade humana, só poderão existir para as crianças, e não para os adultos; e, para que elas se tornem escolas de emancipação e não de sujeição, será preciso eliminar antes de tudo esta ficção de Deus, o subjugador eterno e absoluto; e será preciso fundar toda a educação das crianças e sua instrução no desenvolvimento científico da razão, não sobre aquele da fé; sobre o desenvolvimento da dignidade e da independência pessoais, não sobre aquele da piedade e da obediência; no culto da verdade e da justiça a todo custo, e antes de tudo no respeito humano, que deve substituir de cabo a rabo o culto divino. O princípio da autoridade, na educação das crianças, constitui o ponto de partida natural; ele é legítimo, necessário, quando

aplicado às crianças de pouca idade, quando sua inteligência ainda não se desenvolveu nem um pouco; mas, assim como o desenvolvimento de todas as coisas, e consequentemente da educação também, implica a negação sucessiva do ponto de partida, este princípio deve amenizar-se gradativamente à medida que a educação e a instrução das crianças avança, para dar lugar à sua liberdade ascendente. Qualquer educação racional é, no fundo, apenas esta imolação progressiva da autoridade em benefício da liberdade, já que o objetivo final da educação só deve ser o de formar homens livres e cheios de respeito e de amor pela liberdade de outrem. Assim, o primeiro dia da vida escolar, se a escola pegar as crianças com pouca idade, quando mal estão começando |193 a balbuciar algumas palavras, deve ser o de maior autoridade e de uma ausência mais ou menos completa de liberdade; mas seu último dia deve ser o da maior liberdade e da abolição de qualquer vestígio do princípio animal ou divino da autoridade. O princípio de autoridade, aplicado aos homens que passaram ou atingiram a maioridade, torna-se uma monstruosidade, uma negação flagrante da humanidade, uma fonte de escravidão e de depravação intelectual e moral. Infelizmente, os governos paternos deixaram as massas populares mofando numa ignorância tão profunda que seria necessário fundar escolas não somente para os filhos do povo, mas para o próprio povo. Mas destas escolas deverão ser eliminados absolutamente as menores aplicações ou manifestações do princípio de autoridade. Não serão mais escolas, mas academias populares, nas quais não será mais questão nem de alunos, nem de mestres, onde o povo virá tomar, livremente, se ele achar necessário, um ensino livre, e nas quais, rico de sua experiência, poderá ensinar, por sua vez, muitas coisas aos professores que lhe trouxeram conhecimentos que ele não tem. Assim, será um ensino mútuo, um ato de fraternidade intelectual entre a juventude instruída e o povo. A verdadeira escola para o povo e para todos os homens feitos é a vida. A única grande e onipotente autoridade, natural e racional ao mesmo tempo, será a do espírito coletivo e público de uma sociedade fundada na igualdade e na solidariedade, assim como na liberdade e |194 no respeito humano e mútuo de todos os seus membros. Sim, eis uma autoridade nulamente divina, toda humana, mas frente à qual nos inclinaremos de todo o coração, certos que, longe de subjugá-los, ela emancipará os homens. Ela será mil vezes mais poderosa, tenham certeza, do que todas as suas autoridades divinas, teológicas, metafísicas, políticas e jurídicas instituídas pela Igreja e pelo Estado, mais poderosa que seus códigos penais, seus carcereiros e seus carrascos. A potência do sentimento coletivo ou do espírito público já é muito séria hoje. Os homens mais capazes de cometer crimes ousam raramente desafiá-la, afrontá-la abertamente. Tentarão enganá-la, mas vão abster-se de ofendê-la, a menos que não se sintam apoiados nem sequer por alguma minoria. Nenhum homem, por mais poderoso que se ache, terá a força de suportar o desprezo unânime da sociedade, nenhum conseguiria viver sem se sentir apoiado pelo assentimento e a estima de pelo menos uma parte qualquer desta sociedade. É preciso que um homem seja conduzido por uma imensa e muito sincera convicção para que ele encontre a coragem de opinar e de caminhar contra todos, e jamais um homem egoísta, depravado e covarde terá esta coragem. Nada prova melhor a solidariedade natural e fatal, esta lei de sociabilidade que liga todos os homens, do que este fato que cada um de nós pode constatar, todos os dias, em si mesmo e em todos os homens que conhecer. Mas se este poder social

O Estado não vai mais se chamar Monarquia, vai se chamar República, mas não será, por isto, menos Estado, ou seja, uma tutela oficial e regularmente estabelecida por uma minoria de homens competentes, *de homens de gênio ou de talento virtuoso*, para vigiar e para dirigir a conduta desta grande, incorrigível e terrível criança, o povo. Os professores da Escola e os funcionários do Estado serão chamados de republicanos; nem por isto serão menos tutores, pastores, e o povo continuará o que vem sendo eternamente até aqui, um rebanho. Cuidado, pois, |137 com os tosadores; pois onde há um rebanho, há também, necessariamente, tosadores e comedores de rebanho.

O povo, neste sistema, será o escolar e o pupilo eterno. Apesar de sua soberania, inteiramente fictícia, continuará a servir de instrumento a pensamentos, a vontades e, conseqüentemente, a interesses que não serão os seus. Entre esta situação e o que nós chamamos de liberdade, a única verdadeira liberdade, há um abismo. Será, sob formas novas, a antiga opressão e a antiga escravidão; e onde há escravidão, há miséria, embrutecimento, a verdadeira *materialização* da sociedade, tanto das classes privilegiadas quanto das massas.

Ao divinizar as coisas humanas, os idealistas sempre acabam no triunfo de um materialismo brutal. E isto por uma razão muito simples: o divino se evapora e sobe para sua pradaria, o Céu, e o só o brutal fica realmente sobre a terra.

* * *

|188 Sim, o idealismo, em teoria, tem como conseqüência necessária o materialismo mais brutal, na prática; não para aqueles que o pregam de

existe, porque não bastou, até agora, para moralizar, para humanizar os homens? |195 Para esta pergunta a resposta é muito simples: porque, até agora, ele próprio não foi humanizado, e não foi humanizado até então porque a vida social, da qual sempre é a expressão fiel, é fundada, como sabemos, no culto divino, e não no respeito humano; na autoridade, e não na liberdade; no privilégio, e não na igualdade; na exploração, e não na fraternidade dos homens; na iniquidade e na mentira, e não na justiça e na verdade. Conseqüentemente, sua ação real, sempre em contradição com as teorias humanitárias que professa, exerceu constantemente uma influência funesta e depravadora, e não moral. Ela não comprime os vícios e os crimes: ela os cria. Sua autoridade é, conseqüentemente, uma autoridade divina, anti-humana; sua influência é maléfica e funesta. Querem torná-las benéficas e humanas? Façam a Revolução Social. Façam com que todas as necessidades se tornem conformes aos deveres humanos de cada um. E, para tanto, só há um meio: destruam todas as instituições da desigualdade; fundem a igualdade econômica e social de todos, e sobre esta base vai se elevar a liberdade, a moralidade, a humana solidariedade de todo o mundo. Voltarei mais uma vez a esta questão, a mais importante do socialismo.

(A nota que acabamos de ler foi colocada no próprio texto pelos editores de Deus e o Estado, na sequência do parágrafo « et le brutal seul reste réellement sur la terre »/ “e o só o brutal fica realmente sobre a terra”. – Nota de James Guillaume) p. 136

boa-fé, sem dúvida – o resultado comum, para estes, é verem todos os seus esforços abatidos pela esterilidade – mas para aqueles que se esforçam para realizar seus preceitos na vida, para a sociedade inteira, enquanto esta se deixa dominar pelas doutrinas idealistas.

Para demonstrar este fato geral, que pode parecer estranho à primeira vista, mas que se explica naturalmente quando refletimos mais sobre ele, as provas históricas não faltam.

Compare as duas últimas civilizações do mundo antigo, a civilização grega e a civilização romana. Qual é a civilização mais materialista, a mais natural em seu ponto de partida, e a mais humanamente ideal em seus resultados? A civilização grega. Qual é, ao contrário, a mais abstratamente ideal em seu ponto de partida, sacrificando a liberdade material |189 do homem à liberdade ideal do cidadão, representada pela abstração do direito jurídico, e o desenvolvimento natural da sociedade humana à abstração do Estado, e qual das duas é mais brutal em suas consequências? A civilização romana, sem dúvida. A civilização grega, como todas as civilizações antigas, inclusive a de Roma, foi exclusivamente nacional, é verdade, e teve por base a escravidão. Mas, apesar destes dois imensos defeitos históricos, não concebeu e realizou menos, antes de qualquer outra, a ideia de humanidade; enobreceu e realmente idealizou a vida dos homens; transformou os rebanhos humanos em associações livres de homens livres; criou as ciências, as artes, uma poesia, uma filosofia imortais, e as primeiras noções do respeito humano pela liberdade. Com a liberdade política e social, criou o pensamento livre. |190 E no fim da Idade Média, na época da Renascença, foi suficiente que alguns emigrantes gregos levassem alguns de seus livros imortais para a Itália, para que a vida, a liberdade, o pensamento, a humanidade, enterradas na escura masmorra do catolicismo, fossem ressuscitadas. A emancipação humana, eis o nome da civilização grega. E o nome da civilização romana? É a conquista, com todas as suas consequências brutais. E qual é a sua última palavra? A onipotência dos Césares. É o aviltamento e a escravidão das nações e dos homens.

E, ainda hoje, o que é que mata, o que é que esmaga de maneira brutal, materialmente, em todos os países da Europa, a liberdade e a humanidade? É o triunfo do princípio cesariano ou romano.

Compare agora duas civilizações modernas: a civilização italiana e a civilização alemã. A primeira representa, sem dúvida, em seu caráter geral, o materialismo; a |191 segunda representa, ao contrário, tudo o que há de mais abstrato, de mais puro e de mais transcendente em termos de idealismo. Vejamos quais são os frutos práticos de uma e de outra.

A Itália já prestou imensos serviços à causa da emancipação humana. Foi a primeira a ressuscitar e a aplicar largamente o princípio da liberdade na

Europa, e foi quem deu à humanidade seus títulos de nobreza: a indústria, o comércio, a poesia, as artes, as ciências positivas e o pensamento livre. Esmagada, desde então, por três séculos de despotismo imperial e papal, e jogada na |192 lama por sua burguesia governante, parece hoje, é verdade, bem decaída em comparação com o que foi. Mesmo assim, que diferença, se a compararmos à Alemanha! Na Itália, apesar desta decadência, esperemos que passageira, podemos viver e respirar de forma livre e humana, |193 cercados por um povo que parece ter nascido para a liberdade. A Itália, mesmo que burguesa, pode lhe mostrar com orgulho homens como Mazzini e como Garibaldi. Na Alemanha, respira-se¹⁷ |196 a atmosfera de uma imensa escravidão política e social, filosoficamente explicada e aceita por um grande povo, com uma resignação e uma boa vontade pensadas. Seus heróis – contínuo falando da Alemanha do presente, e não da Alemanha do futuro; da Alemanha nobiliárquica, burocrática, política e burguesa, e não da Alemanha proletária – seus heróis são o extremo oposto de Mazzini e de Garibaldi: são, hoje, Guilherme I, o feroz e ingênuo representante do Deus protestante, são os senhores de Bismarck e de Moltke, os generais Manteuffel e Werder. Em todas as suas relações internacionais, a Alemanha, desde que existe, foi lenta e sistematicamente invasora, conquistadora, sempre pronta a propagar aos povos vizinhos sua própria servidão voluntária; e desde que se constituiu em potência unitária, tornou-se uma ameaça, um perigo para a liberdade de toda a Europa. O nome da Alemanha, hoje, é o da servidão brutal e triunfante.

Para mostrar como o idealismo teórico se transforma incessante e fatalmente em materialismo prático, é preciso apenas citar o exemplo de todas as Igrejas cristãs, e naturalmente, antes de tudo, o da Igreja apostólica e romana. O que há de mais sublime, no sentido ideal, de mais desinteressado, de mais desligado de todos os interesses desta terra, do que a doutrina do Cristo pregada por esta Igreja – e o que há de mais brutalmente materialista do que a prática constante desta mesma Igreja, desde o oitavo século, quando começou a constituir-se enquanto potência? Qual foi e qual é, ainda hoje, o objeto principal de todos os seus litígios contra os soberanos da Europa? Os bens seculares, as rendas da Igreja, primeiro, e depois a potência secular, os privilégios políticos da Igreja. É preciso reconhecer que a Igreja |197 foi a primeira a descobrir, na história moderna, esta verdade incontestável, mas muito pouco cristã, de que a riqueza e a potência, a exploração econômica e a opressão política das massas, são dois termos inseparáveis do reino da idealidade divina sobre a terra: a riqueza consolidando e aumentando a potência, a potência descobrindo e criando sempre novas fontes de riquezas, e todas duas garantindo, melhor que o martírio e a fé dos apóstolos, e melhor que a

17 NG: Bakunin não colocou texto na parte de cima das folhas 194 e 195, que estão inteiramente ocupadas pela continuação da nota começada no folheto 186.

graça divina, o sucesso da propaganda cristã. É uma verdade histórica que as Igrejas protestantes tampouco desconhecem. Falo, naturalmente, das Igrejas independentes da Inglaterra, da América e da Suíça, não das Igrejas subalternas da Alemanha. Estas não têm iniciativa própria; fazem o que seus mestres, seus soberanos seculares, que são ao mesmo tempo seus chefes espirituais, lhe ordenam fazer. É sabido que a propaganda protestante, a da Inglaterra e da América, principalmente, está ligada de uma maneira muito estreita à propaganda dos interesses materiais, comerciais, destas duas grandes nações; e é sabido também que esta última propaganda não tem como objetivo, de forma alguma, o enriquecimento e a prosperidade material dos países em que penetra, em companhia da palavra de Deus; e sim a exploração destes países, tendo em vista o enriquecimento e a prosperidade material crescente de certas classes, muito exploradoras e ao mesmo tempo muito piedosas, em seus próprios países.

Numa palavra, não é nada difícil provar, com a história em mãos, que a Igreja, que todas as Igrejas, cristãs e não-cristãs, ao lado de sua propaganda espiritualista, e provavelmente para acelerar e consolidar o sucesso desta, nunca negligenciaram o ato de se organizarem em grandes companhias para a exploração econômica das massas, do trabalho das massas, sob a proteção e com a bênção diretas e especiais |198 de uma divindade qualquer; que todos os Estados que, em sua origem, como sabemos, foram, com todas as suas instituições políticas e jurídicas e suas classes dominantes e privilegiadas, nada além de sucursais seculares destas diversas Igrejas, tiveram por objetivo principal, da mesma forma, esta mesma exploração em proveito das minorias leigas, indiretamente legitimada pela Igreja; e que em geral a ação do bom Deus e de todas as idealidades divinas sobre a terra finalmente resultou, sempre e em todo lugar, na fundação do materialismo próspero de pouca gente sobre o idealismo fanático e constantemente esfomeado das massas.

O que vemos hoje é uma prova nova disto. Com exceção destes grandes corações e destes grandes espíritos desencaminhados que citei mais acima, quais são hoje os defensores mais aguerridos do idealismo? Primeiro são todas as cortes soberanas. Na França, foram Napoleão III e sua esposa, a senhora Eugênia; são todos os ministros destes, seus cortesões e ex-marechais, desde Rouher e Bazaine até Fleury e Piétri; são os homens e as mulheres deste mundo imperial, que tão bem idealizaram e salvaram a França. São seus jornalistas e seus sábios: os Cassagnac, os Girardin, os Duvernois, os Veuilot, os Leverrier, os Dumas; é, enfim, a obscura falange dos Jesuítas e das Jesuítas em todos os trajés; é toda a nobreza e toda a alta e média burguesia da França. São os doutrinários liberais e os liberais sem doutrina: os Guizot, os Thiers, os Jules Favre, os Pelletan e os Jules Simon, todos defensores aguerridos da exploração burguesa. Na Prússia, na Alemanha, é Guilherme I,

o verdadeiro demonstrador atual do bom Deus sobre a terra; são todos os seus generais, todos os seus oficiais pomeranos e outros, todo o seu exército que, com a força de sua fé religiosa, acaba de conquistar a França da maneira ideal que sabemos. Na Rússia, é o tsar | 199 e toda a sua corte; são os Mouravief e os Berg, todos os degoladores e os piedosos conversores da Polônia. Em todo lugar, numa palavra, o idealismo, religioso ou filosófico, sendo um apenas a tradução mais ou menos livre do outro, serve, hoje, de bandeira para a força material, sanguinária e brutal, para a exploração material sem vergonha; enquanto que, ao contrário, a bandeira do materialismo teórico, a bandeira vermelha da igualdade econômica e da justiça social, é levantado pelo idealismo prático das massas oprimidas e esfomeadas, que tende a realizar a maior liberdade e o direito humano de cada um na fraternidade de todos os homens sobre a terra.

Quem são os verdadeiros idealistas, os idealistas não da abstração, mas da vida, não do céu, mas da terra, e quem são os materialistas?

* * *

É evidente que o idealismo teórico ou divino tem por condição essencial o sacrifício da lógica, da razão humana, da renúncia à ciência. Vemos, de outro lado, que defendendo as doutrinas idealistas, encontramos obrigatoriamente levados para o partido dos opressores e dos exploradores das massas populares. Eis duas grandes razões que parecem ser suficientes para afastar do idealismo qualquer grande espírito, qualquer grande coração. Como é que nossos ilustres idealistas contemporâneos, aos quais, certamente, não faltam nem o espírito, nem o coração, nem a boa vontade, e que dedicaram sua existência inteira ao serviço da humanidade; como é que se | 200 obstinam a ficar nas fileiras dos representantes de uma doutrina já condenada e desonrada?

É preciso que sejam levados a isto por uma razão muito poderosa. Não pode ser nem a lógica, nem a ciência, porque a lógica e a ciência pronunciaram seu veredito contra a doutrina idealista. Também não podem ser os interesses pessoais, já que estes homens são infinitamente elevados acima de tudo o que se chama interesse pessoal. É preciso, pois, que seja uma potente razão moral. Qual? Só pode haver uma: estes homens ilustres pensam, sem dúvida, que as teorias ou as crenças idealistas são essencialmente necessárias à dignidade e à grandeza moral do homem, e que as teorias materialistas, ao contrário, rebaixam-no ao nível dos animais.

E se o contrário fosse verdade?

Todo desenvolvimento, eu disse, implica a negação do ponto de partida. O ponto de partida, segundo a escola materialista, sendo material, a negação deve ser necessariamente ideal. Partindo da totalidade do mundo real, ou do

que chamamos abstratamente de matéria, chega logicamente à idealização real, ou seja, a humanização, à emancipação plena e inteira da sociedade. Entretanto, e pela mesma razão, o ponto de partida da escola idealista sendo ideal, esta escola chega, necessariamente, à materialização da sociedade, à organização de um despotismo brutal e de uma exploração iníqua e ignóbil, sob a forma de Igreja e de Estado. O desenvolvimento histórico do homem, segundo a escola materialista, é uma ascensão progressiva; |201 no sistema idealista, só pode ser uma queda contínua.

Qualquer questão humana que queiramos considerar, sempre encontramos esta mesma contradição essencial entre as duas escolas. Assim, como já fiz observar, o materialismo parte da animalidade para constituir a humanidade; o idealismo parte da divindade para constituir a escravidão e condenar as massas a uma animalidade sem saída. O materialismo nega o princípio de autoridade, porque o considera, com muita razão, como o corolário da animalidade, e que, ao contrário, o triunfo da humanidade, que é para ele o objetivo e o sentido principal da história, é realizável apenas pela liberdade. Numa palavra, em qualquer questão que seja, você encontrará os idealistas em flagrante delito de materialismo prático; enquanto que, ao contrário, verá os materialistas perseguir e realizar as aspirações, os pensamentos mais amplamente ideais.

* * *

A história, no sistema dos idealistas, como eu disse, só pode ser uma queda contínua. Eles começam por uma queda terrível, da qual nunca se levantam: pelo salto mortal divino das regiões sublimes da Ideia pura, absoluta, para dentro da matéria. Mas observe para que matéria: não nesta matéria eternamente ativa e móvel, cheia de propriedades e de forças, de vida e de inteligência, tal qual se apresenta a nós no mundo real; mas para a matéria abstrata, empobrecida e reduzida à miséria absoluta pela pilhagem regulamentar destes prussianos do pensamento, ou seja, teólogos e metafísicos, que dele roubaram tudo para dar ao seu Imperador, a seu Deus; para esta |202 matéria que, privada de qualquer propriedade, de qualquer ação e de qualquer movimento próprios, representa, em oposição à ideia divina, apenas a estupidez, a impenetrabilidade, a inércia e a imobilidade absolutas.

A queda é tão terrível que a Divindade, a pessoa ou a ideias divina, se achata, perde a consciência de si mesma e nunca mais volta a si. E nesta situação desesperada, ainda é forçada a fazer milagres! Pois, a partir do momento em que a matéria é inerte, qualquer movimento que se produz no mundo, até o mais material, é um milagre, só pode ser o efeito de uma intervenção divina, da ação de Deus sobre a matéria. E eis que esta pobre Divindade, degradada e quase anulada por sua queda, fica alguns milhares de séculos

assim desacordada, depois acorda lentamente, esforçando-se sempre em vão para retomar alguma vaga lembrança de si mesma; e cada movimento que faz, com este fim, na matéria, torna-se uma criação, uma formação nova, um milagre novo. Desta maneira, passa por todos os graus da materialidade e da bestialidade; primeiro gás, corpo químico simples ou composto, mineral, espalha-se sobre a terra como organização vegetal e animal, e depois concentra-se no homem. Aqui, parece encontrar-se novamente, pois acende em cada ser humano uma faísca angélica, uma parcela de seu próprio ser divino, a alma imortal.

Como conseguiu abrigar uma coisa absolutamente imaterial numa coisa absolutamente material; como o corpo pode conter, encerrar, limitar, paralisar o espírito puro? Eis ainda uma destas perguntas que apenas a fé, esta afirmação apaixonada e estúpida do absurdo, pode resolver. É o maior dos milagres. Aqui, não temos |203 nada a fazer além de constatar os efeitos, as consequências práticas deste milagre.

Depois de milhões de séculos de vãos esforços para voltar a si, a Divindade perdida e espalhada na matéria que anima e que põe em movimento, encontra um ponto de apoio, uma espécie de lar para seu próprio recolhimento. É o homem, é sua alma imortal aprisionada singularmente num corpo mortal. Mas cada homem, considerado individualmente, é infinitamente restrito e pequeno demais para encerrar a imensidade divina; só pode conter uma parcela muito pequena desta, imortal como o Todo, mas infinitamente menor que o Todo. Daí resulta que o Ser divino, o Ser absolutamente imaterial, o Espírito, é divisível assim como a matéria. Eis mais um mistério cuja solução deve ser deixada à fé.

Se Deus pudesse morar por inteiro em cada homem, então cada homem seria Deus. Teríamos uma imensa quantidade de Deuses, cada um encontrando-se limitado pelos outros e, assim mesmo, cada um sendo infinito; contradição que implicaria necessariamente a destruição mútua dos homens, [dada] a impossibilidade que haja mais que um. Quanto às parcelas, é outra coisa: nada de mais racional, com efeito, que o fato de uma parcela ser limitada por uma outra, e que seja menor que seu Todo. Porém, aqui apresenta-se uma outra contradição. Ser limitado, ser maior e menor, são atributos da matéria, e não do espírito. Do espírito tal como é entendido pelos materialistas, sim, sem dúvida, porque, segundo os materialistas, o espírito real é apenas o funcionamento do organismo inteiramente material do homem; e aí a grandeza ou a pequenez do espírito dependem absolutamente da maior ou menor perfeição material do organismo humano. Mas estes mesmos atributos de limitação e de grandeza relativa |204 não podem ser atribuídos ao espírito tal como o entendem os idealistas, ao espírito absolutamente imaterial, ao espírito existente fora de qualquer matéria. Ali não pode haver nem

maior, nem menor, nem nenhum limite entre os espíritos, pois só há um Espírito: Deus. Se acrescentarmos que as parcelas infinitamente pequenas e limitadas que constituem as almas humanas são, ao mesmo tempo, imateriais, chegaremos ao cúmulo da contradição. Mas é uma questão de fé. Passemos.

Eis então a Divindade dilacerada, e abrigada, em partes infinitamente pequenas, numa imensa quantidade de seres de todos os sexos, todas as idades,^d e todas as raças e de todas as cores. É uma situação excessivamente incômoda e infeliz para ela; pois as parcelas divinas reconhecem-se tão pouco entre si, no início de sua existência humana, que começam devorando-se mutuamente. Entretanto, em meio deste estado de barbárie e de brutalidade completamente animal, as parcelas divinas, as almas humanas, conservam como uma vaga lembrança de sua divindade primitiva, são invencivelmente arrastadas para seu Todo; procuram-se mutuamente, procuram-no. É a própria Divindade, espalhada e perdida no mundo material, que procura a si mesma nos homens, e é tão destruída por esta multidão de prisões humanas, nas quais se encontra polvilhada, que, ao se procurar, comete um bocado de tolices.

Começando pelo fetichismo, procura-se e adora a si mesma às vezes numa pedra, às vezes num pedaço de madeira, às vezes num pano. Inclusive é provável que nunca tivesse saído do pano, se a *outra* divindade que conseguiu não decair na matéria, e que se conservou no estado |205 de espírito puro das alturas sublimes do ideal absoluto, ou nas regiões celestes, não tivesse tido pena dela.

Eis um novo mistério. É o da Divindade que se cinde em duas metades, porém igualmente totais e infinitas, todas duas, das quais uma – Deus pai – conserva-se nas puras regiões imateriais; enquanto que a outra – Deus filho – se deixou cair na matéria. Veremos, daqui a pouco, o estabelecimento de relações contínuas de cima para baixo e de baixo para cima; e estas relações, consideradas como um só ato eterno e constante, constituirão o Espírito Santo. Este é, em seu verdadeiro sentido teológico e metafísico, o grande, o terrível mistério da Trindade cristã.

Mas deixemos estas alturas o mais rápido possível, e vejamos o que acontece na terra.

Deus pai, vendo, do alto de seu esplendor eterno, que este pobre Deus filho, achatado e atordoado por sua queda, mergulhou e perdeu-se tanto na matéria que, chegado ao próprio estado humano, não consegue se recompor, decide, afinal, ajudá-lo. Entre esta imensa quantidade de parcelas ao mesmo tempo imortais, divinas, e infinitamente pequenas, nas quais Deus filho se disseminou ao ponto de não conseguir mais se reconhecer nelas, Deus pai escolheu as que mais lhe agradavam, e fez delas seus inspirados, seus profetas, seus “homens de |206 gênio virtuoso”, os grandes benfeitores

e legisladores da humanidade: Zoroastro, Buda, Moisés, Confúcio, Licurgo, Sólon, Sócrates, o divino Platão, e principalmente Jesus Cristo, a completa realização do Deus filho, finalmente recolhido e concentrado numa só pessoa humana; todos os apóstolos, São Pedro, São Paulo, e principalmente São João; Constantino o Grande, Maomé, depois Carlos Magno, Gregório VII, Dante, segundo alguns Lutero também, Voltaire e Rousseau, Robespierre e Danton, e muitos outros grandes e santos personagens históricos cujos nomes é impossível recapitular, mas entre os quais, enquanto russo, rogo que não seja esquecido São Nicolau.

* * *

Eis que chegamos à manifestação de Deus na terra. Mas assim que Deus apareceu, o homem se anulou. Dirão que não se anulou nem um pouco, já que ele próprio é uma parcela de Deus. Como assim! Admito que uma parcela, uma parte de um todo determinado, limitado, por menor que seja esta parte, seja uma quantidade, uma grandeza positiva. Mas uma parte, uma parcela do infinitamente grande, comparada com ele, é, necessariamente, infinitamente pequena. Multiplique bilhões de bilhões por bilhões de bilhões; o produto destes, em comparação com o infinitamente grande será infinitamente pequeno, e o infinitamente pequeno é igual à zero. Deus é tudo, portanto o homem, e todo o mundo real com ele, o universo, não são nada. Não dá para sair disto.

Deus aparece, o homem se anula; e quanto maior se torna a Divindade, mais miserável a humanidade se torna. Eis a história de todas as religiões; eis o efeito de todas as inspirações e de todas as legislações divinas. Em história, o nome de Deus é a terrível |207 marreta histórica com a qual todos os homens divinamente inspirados, os grandes “gênios virtuosos”, abateram a liberdade, a dignidade, a razão e a prosperidade dos homens.

Tivemos, primeiro, a queda de Deus. Temos agora uma queda que nos interessa mais, a do homem, causada unicamente pela aparição ou manifestação de Deus na Terra.

Veja, pois, em que erro profundo se encontram nossos caros e ilustres idealistas. Falando-nos de Deus, acreditam, querem elevar-nos, emancipar-nos, enobrecer-nos, e, ao contrário, esmagam-nos e aviltam-nos. Com o nome de Deus, imaginam poder estabelecer a fraternidade entre os homens, e, ao contrário, criam o orgulho, o desprezo, semeiam a discórdia, o ódio, a guerra, fundam a escravidão. Pois com Deus vêm necessariamente os diferentes graus de inspiração divina; a humanidade divide-se em muito inspirados, em menos inspirados, em nada inspirados. Todos são igualmente nulos diante de Deus, é verdade; mas, comparados uns com os outros, uns são maiores que os outros; não somente pelo fato, o que não seria nada, pois

uma desigualdade de fato se perde por si própria na coletividade, quando não acha nada ali, nenhuma ficção ou instituição legal a que se possa agarrar; não, uns são maiores que os outros através do direito divino da inspiração: o que constitui desde já uma desigualdade fixa, constante, petrificada. Os mais inspirados *devem* ser escutados e obedecidos pelos menos inspirados; e os menos inspirados pelos nada inspirados. Eis o princípio da autoridade bem estabelecido, e com ele as duas instituições fundamentais da escravidão: a Igreja e o Estado.

|208 De todos os despotismos, o dos doutrinários ou dos inspirados religiosos é o pior. Têm tanto ciúme da glória de Deus e do triunfo de sua ideia que não lhes sobra coração nem para a liberdade, nem para a dignidade, nem mesmo para os sofrimentos dos homens vivos, dos homens reais. O zelo divino, a preocupação da ideia, acabam por secar, nas almas mais tenras, nos corações mais compassivos, as fontes do amor humano. Considerando tudo o que está, tudo o que se faz no mundo, do ponto de vista da eternidade ou da ideia abstrata, tratam com desdém as coisas passageiras; mas toda a vida dos homens reais, dos homens de carne e osso, é composta apenas de coisas passageiras; eles mesmos são apenas seres que passam, e que, uma vez passados, são bem substituídos por outros tão passageiros quanto eles, mas que nunca voltam em pessoa. O que há de permanente ou de relativamente eterno nos homens reais é o fato da humanidade que, desenvolvendo-se constantemente, passa, cada vez mais rica, de uma geração a outra. Digo *relativamente* eterno, porque, uma vez nosso planeta destruído – e não deixará de perecer mais cedo ou mais tarde, toda coisa que começou tendo, necessariamente, que acabar – uma vez nosso planeta decomposto, para servir, sem dúvida, de elemento a alguma outra formação nova no sistema do universo, o único realmente eterno, quem sabe o que advirá de todo o nosso desenvolvimento humano? Entretanto, como o momento desta dissolução está imensamente afastado de nós, podemos, de fato, considerar, relativamente à vida humana, tão curta, a humanidade como eterna. Mas este mesmo fato da humanidade progressiva |209 só é real e vivo enquanto se manifesta e se realiza nos tempos determinados, nos lugares determinados, em homens reais vivos, e não em sua ideia geral.

* * *

A ideia geral é sempre uma abstração, e por isto mesmo, de certa forma, uma negação da vida real. Constatei no Apêndice esta propriedade do pensamento humano, e consequentemente da ciência também, de conseguir apreender e nomear, nos fatos reais, apenas seu sentido geral, suas relações gerais, suas leis gerais; numa palavra, o que é permanente em suas transformações contínuas, mas nunca de seu lado material, individual, e, por assim dizer, palpante de realidade e de vida, mas por isto mesmo fugitivo e inapreensível.

A ciência compreende o pensamento da realidade, e não a realidade em si; o pensamento da vida, e não a vida. Eis o seu limite, o único limite realmente intransponível para ela, porque se funda na própria natureza do pensamento humano, que é o único órgão da ciência.

Sobre esta natureza fundam-se os direitos incontestáveis e a grande missão da ciência, mas também sua impotência vital e até sua ação maléfica, todas as vezes que, através de seus representantes oficiais, patenteados, se arroga o direito de governar a vida. A missão da ciência é esta: constatando as relações gerais das coisas passageiras e reais, reconhecendo as leis gerais que são inerentes ao desenvolvimento dos fenômenos tanto do mundo físico quanto do mundo social, planta, por assim dizer, as balizas imutáveis da marcha progressiva da humanidade, indicando aos homens as condições gerais cuja observação rigorosa é necessária e cuja ignorância ou esquecimento serão sempre fatais. Numa palavra, a ciência é a bússola da vida; mas |210 não é a vida. A ciência é imutável, impessoal, geral, abstrata, insensível, como as leis, das quais ela não é nada além da reprodução ideal, refletida ou mental, ou seja, cerebral (para que nos lembremos que a própria ciência é apenas um produto material de um órgão material da organização material do homem, do *cérebro*). A vida é toda fugitiva e passageira, mas também toda palpitante de realidade e de individualidade, de sensibilidade, de sofrimentos, de alegrias, de aspirações, de necessidades e de paixões. É só ela que, espontaneamente, cria as coisas e todos os seres reais. A ciência não cria nada, constata e reconhece, somente, as criações da vida. E todas as vezes que os homens da ciência, saindo de seu mundo abstrato, se metem no mundo real através de criações vivas, tudo o que propõem ou que criam é pobre, ridiculamente abstrato, privado de sangue e de vida, natimorto, igual ao *homunculus* criado por Wagner, o discípulo pedante do imortal doutor Fausto. Resulta disto que a ciência tem por missão única esclarecer a vida, e não governá-la.

O governo da ciência e dos homens de ciência, mesmo que se chamem positivistas, discípulos de Auguste Comte, ou até discípulos da Escola doutrinária do comunismo alemão, só pode ser impotente, ridículo, inumano, cruel, opressivo, explorador, maléfico. Podemos dizer dos homens de ciência, enquanto tais, o que eu falei dos teólogos e dos metafísicos: não têm sentidos nem coração para os seres individuais e vivos. Nem podemos nos queixar disto para eles, pois é a consequência natural de seu ofício. Enquanto homens de ciência, só se preocupam, só podem interessar-se pelas generalidades; só pelas leis¹⁸...

18 NG: A Imprimerie cooperative (Gráfica Cooperativa), em Genebra, tinha recebido, do manuscrito de Bakunin, em diferentes envios, os primeiros 210 folhetos. Estes folhetos foram inteiramente compostos (*); da parte que não entrou no primeiro

(Faltam as folhas 211-213 do manuscrito).

|214 ... eles não são exclusivamente homens de ciência, são também homens de vida, mais ou menos.

Entretanto, não podemos confiar demais neles, e, mesmo podendo ter mais ou menos certeza que nenhum sábio ousará tratar, hoje, um homem como trata um coelho¹⁹, não é impossível, ainda assim, que o corpo dos sábios, se o deixarmos agir livremente, submeta os homens vivos a experiências científicas sem dúvida menos cruéis, mas que não seriam menos desastrosas para suas vítimas humanas. Se os sábios não podem fazer experiências no corpo dos homens individuais, não pedirão mais do que fazê-las no corpo social, e eis o que devemos impedir a qualquer custo.

Em sua organização atual, monopolistas da ciência, mantendo-se, enquanto tais, fora da vida social, os sábios formam, certamente, uma casta à parte, que oferece muita analogia com a casta dos sacerdotes. A abstração científica é seu Deus, as individualidades vivas e reais são as vítimas, e eles são os imoladores consagrados e patenteados destas.

A ciência não pode sair da esfera das abstrações. Deste ponto de vista, ela é infinitamente inferior à arte, que também só mexe, propriamente, com tipos gerais e situações gerais, mas que, por um artifício que lhe é próprio, sabe encarná-los em formas que, mesmo não sendo vivas, no sentido da vida real, não deixam de provocar, na nossa imaginação, o sentimento ou a lembrança desta vida; ele individualiza, de certa forma, os tipos e as situações que concebe, e, através destas individualidades sem carne e sem osso,

volume do *Império Knuto-Germânico* (folhetos 138 [fim]-210) há uma prova (**) que compreende 44 páginas, prova conservada nos papéis de Bakunin. Esta prova se interrompe nas palavras “qu’aux lois” (“que as leis”), palavras que são as últimas do folheto 210, mas que não são as últimas de uma linha na prova, e que, ao contrário, deixam a linha inacabada – prova certa de que a gráfica não tinha o folheto 211 e não pôde continuar a composição além do folheto 210. Os três folhetos 211, 212 e 213 não foram encontrados quando os manuscritos ainda inéditos de Bakunin foram colocados numa caixa para me serem expedidos em 1877: a caixa continha os folhetos 138(fim)-210, depois os folhetos 214-340; mas os folhetos 211, 212 e 213 faltavam. Qual é a razão que levou à perda? Foi-me impossível adivinhar. Os editores da brochura *Deus e o Estado* tentaram completar esta lacuna; eles ligaram a última linha do folheto 210 à primeira linha do folheto 214 por meio de 23 linhas de um texto que não é de Bakunin, e que deve ter sido redigido por Élisée Reclus. Não reproduzo este texto inventado, preferindo deixar ao leitor o cuidado de suplementar, através de sua própria reflexão, o que falta aqui no manuscrito. (*) NT: Ou seja, reproduzidos em caracteres tipográficos. (**) NT: Teste de impressão (termo tipográfico).

19 NG: Parece que, nos folhetos que faltam, Bakunin tinha falado da vivisseção e das experiências feitas em coelhos por especialistas.

e, enquanto tais, permanentes ou imortais, que ela tem o poder de criar, lembra-nos as individualidades vivas, reais, que aparecem e que desaparecem à nossa vista. A arte é, pois, de certa forma, a volta da abstração à vida. A ciência é, ao contrário, a imolação perpétua da vida fugitiva, passageira, mas real, sobre o altar das abstrações eternas.

A ciência é tão pouco capaz de apreender a individualidade de um homem quanto a de um coelho. Ou seja, ela é tão indiferente para uma quanto para a outra. Não é que ela ignore o princípio da individualidade. Ela a concebe perfeitamente como princípio, mas não como fato. Ela sabe muito bem que todas as espécies animais, inclusive a espécie humana, tem existência real apenas num número indefinido de indivíduos que nascem e que morrem, dando lugar a indivíduos novos igualmente passageiros. Ela sabe que, à medida que nos elevamos das espécies animais às espécies superiores, o princípio da individualidade determina-se mais, os indivíduos aparecem mais completos e mais livres. Ela sabe, enfim, que o homem, o último e mais perfeito animal desta terra, apresenta a individualidade mais completa e mais digna de consideração, por causa de sua capacidade de conceber e de tornar concreto, de personificar, de certa forma, em si mesmo, e na sua existência tanto social quanto privada, a lei universal. Ela sabe, quando não está viciada pelo doutrinário teológico, metafísico ou, político e jurídico, ou até mesmo por um orgulho estreitamente científico, e quando não está surda aos instintos e às aspirações espontâneas da vida, ela sabe, e eis sua última palavra, que o respeito do homem é a lei suprema da humanidade, e que o grande, o verdadeiro fim da história, o único legítimo, é a humanização e a emancipação, é a liberdade real, a prosperidade real, a felicidade de cada indivíduo que viva na sociedade. Pois, no fim das contas, a não ser eu se recaia na ficção liberticida do bem público representado pelo Estado, ficção ainda fundada na imolação sistemática das massas populares, é preciso reconhecer que a liberdade e a prosperidade coletivas só são reais quando representam a soma das liberdades e das prosperidades individuais.

A ciência sabe tudo isto, mas não vai, não pode ir além. Como a abstração constitui sua própria natureza, pode muito bem conceber o princípio da individualidade real e viva, mas não pode ter nada a ver com os indivíduos reais e vivos. Ela preocupa-se com os indivíduos em geral, mas não com Pedro ou José, não de tal ou qual outro indivíduo, que só existem, que só podem existir para ela. Os indivíduos dela são, mais uma vez, apenas abstrações.

Entretanto, não são estas individualidades abstratas, são os indivíduos reais, vivos, passageiros, que fazem história. As abstrações não têm pernas para andar, só andam quando são carregadas por homens reais. Para estes seres reais, compostos, não somente em ideia, mas realmente de carne e

sangue, a ciência não tem coração. Ela considera-os, no máximo, como *carne para desenvolvimento intelectual e social*. O que quer saber das condições particulares e da sorte fortuita de Pedro e de José? Ela iria tornar-se ridícula, abdicaria e iria aniquilar-se, se quisesse se preocupar destas, a não ser como um exemplo para apoiar suas teorias eternas. Ela não consegue apreender o concreto; só consegue se mexer nas abstrações. Sua missão é preocupar-se com a situação e as condições *gerais* da existência e do desenvolvimento da espécie humana em geral, ou de tal raça, de tal povo, de tal classe ou categoria de indivíduos; com as causas *gerais* de sua prosperidade ou de sua decadência, e com os meios *gerais* para fazê-las avançar em todo tipo de progresso. Com a condição de cumprir larga e racionalmente esta demanda, terá cumprido todo o seu dever, e seria realmente ridículo e injusto pedir-lhe mais.

Mas seria igualmente ridículo, seria desastroso |217 confiar-lhe uma missão que é incapaz de cumprir. Já que sua própria natureza a força a ignorar a existência e o destino de Pedro e José, não podemos permitir-lhe nunca, nem a ela, nem a ninguém em seu nome, governar Pedro e José. Pois ela bem seria capaz de tratá-los mais ou menos como trata os coelhos. Ou melhor, continuaria a ignorá-los; mas seus representantes patenteados, homens nada abstratos, mas, ao contrário, muito vivos, tendo interesses muito reais, cedendo à influência perniciosa que o privilégio exerce fatalmente nos homens, acabaria por escorchá-los em nome da ciência, como os escorcharam até agora os sacerdotes, os políticos de todas as cores e os advogados, em nome de Deus, do Estado e do direito jurídico.

O que eu prego é, pois, até certo ponto, *a revolta da vida contra a ciência*, ou melhor, *contra o governo da ciência*. Não para destruir a ciência – seria um crime de lesa-humanidade – mas para colocá-la em seu lugar, de maneira que nunca mais possa sair dele. Até agora, toda a história humana foi apenas uma imolação perpétua e sangrenta de milhões de pobres seres humanos para uma abstração impiedosa qualquer: deuses, pátria e potência do Estado, honra nacional, direitos históricos, direitos jurídicos, liberdade política, bem público. Este foi, até o dia de hoje, o movimento natural, espontâneo e fatal das sociedades humanas. Não podemos fazer nada, temos que aceitá-lo, quanto ao passado, assim como aceitamos todas as fatalidades naturais. Devia ser a única via possível para a educação da espécie humana. Pois não podemos nos enganar: |218 mesmo dando, aos sacrifícios maquiavélicos das classes governantes, a parte que lhes toca, devemos reconhecer que nenhuma minoria teria sido suficientemente potente para impor todos estes horríveis sacrifícios às massas, se não houvesse, nestas próprias massas, um movimento vertiginoso, espontâneo, que as empurra a sempre sacrificar-se de novo para uma destas abstrações devorantes que, assim como os vampiros da história, sempre se alimentaram de sangue humano.

É concebível que os teólogos, os políticos e os juristas achem isto muito bom. Sacerdotes destas abstrações, eles só vivem desta contínua imolação das massas populares. Também não deve ser motivo para espanto que a metafísica também dê seu consentimento. Ela não tem outra missão a não ser legitimar e racionalizar o quanto for possível o que é iníquo e absurdo. Mas que a própria ciência positiva tenha mostrado até aqui as mesmas tendências, eis o que devemos constatar e deplorar. Ela só pode tê-lo feito por duas razões: primeiro porque, constituída fora da vida popular, é representada por um corpo privilegiado; e, depois, porque ela própria colocou-se, até aqui, como o objetivo absoluto e último de todo desenvolvimento humano; enquanto que, através de uma crítica ajuizada, que ela é capaz de fazer, e que em última instância vai-se ver forçada a exercer contra si própria, deveria ter entendido que é somente um meio necessário para a realização de um objetivo muito mais elevado: o da completa humanização da situação *real* de todos os indivíduos *reais* que nascem, que vivem e que morrem na Terra.

A imensa vantagem da ciência positiva sobre a |219 teologia, a metafísica, a política e o direito jurídico consiste nisto: no lugar das abstrações mentirosas e funestas pregadas por estas doutrinas, coloca abstrações verdadeiras que exprimem a natureza geral ou a própria lógica das coisas, suas relações gerais e as leis gerais de seu desenvolvimento. Eis o que a separa profundamente de todas as doutrinas antecedentes e o que vai garantir-lhe, sempre, uma grande posição na sociedade humana. Ela constituirá, de certa forma, sua consciência coletiva. Mas há um lado pelo qual ela se alia absolutamente [a]²⁰ todas estas doutrinas: é que ela só tem e só pode ter abstrações enquanto objeto, e que ela é forçada, por sua própria natureza, a ignorar os indivíduos reais, fora dos quais até as abstrações mais verdadeiras não têm existência real. Para remediar este defeito radical, eis a diferença que deverá ser estabelecida entre a ação prática das doutrinas precedentes e a da ciência positiva. As primeiras aproveitaram-se da ignorância das massas para sacrificá-las com volúpia às suas abstrações, aliás sempre muito lucrativas, em favor de seus representantes corporais. A segunda, reconhecendo sua incapacidade absoluta de conceber indivíduos reais e de se interessar por seu destino, deve, definitiva e absolutamente, renunciar ao governo da sociedade; pois se ela se metesse nele, não teria como agir de outra forma, a não ser sacrificando, sempre, os homens vivos, que ela ignora, para as suas abstrações que formam o único objeto de suas preocupações legítimas.

A verdadeira ciência da história, por exemplo, ainda não existe, e mal conseguimos entrever, hoje, as condições imensamente complicadas desta ciência. Mas suponhamos que estivesse finalmente realizada: o que nos

20 NT: Faltava a preposição na fonte francesa.

poderá dar? Reproduzirá o quadro racional e fiel do desenvolvimento natural das condições |220 gerais, tanto materiais quanto ideais, tanto econômicas quanto políticas e sociais, religiosas, filosóficas, estéticas e científicas, das sociedades que tiveram uma história. Mas este quadro universal da história humana, por mais detalhado que seja, nunca poderá conter mais do que apreciações *gerais* e, conseqüentemente, *abstratas*, no sentido em que os bilhões de indivíduos humanos que formaram a *matéria viva e sofredora* desta história, ao mesmo tempo triunfante e lúgubre – triunfante do ponto de vista de seus resultados gerais, lúgubre do ponto de vista da imensa hecatombe de vítimas humanas “esmagadas pelo bonde da história” – que estes bilhões de indivíduos obscuros, mas sem os quais nenhum destes grandes resultados abstratos da história teria sido obtido, e que, veja bem, nunca aproveitaram de nenhum destes resultados, que estes indivíduos não encontrarão nem o menor lugarzinho na história. Viveram, e foram imolados, esmagados, para o bem da humanidade abstrata, e só.

Será que devemos nos queixar disto à ciência da história? Seria ridículo e injusto. Os indivíduos são inapreensíveis para o pensamento, para a reflexão, até mesmo para a fala humana, que só é capaz de exprimir abstrações; inapreensíveis no passado, assim como no presente. Portanto, a própria ciência social, a ciência do futuro, continuará a ignorá-los, necessariamente. Tudo o que temos direito de exigir dela é que nos indique, com uma mão firme e fiel, *as causas gerais dos sofrimentos individuais* – e entre estas causas ela não esquecerá, sem dúvida, a imolação e a subordinação, infelizmente ainda costumeiras demais, indivíduos vivos às generalidades abstratas; e que ao mesmo tempo nos mostre *as condições gerais* |221 *necessárias à emancipação real dos indivíduos que vivem na sociedade*. Eis a sua missão, eis também os seus limites, além dos quais a ação da ciência social só saberia ser impotente e funesta. Pois além destes limites começam as pretensões doutrinárias e governamentais de seus representantes patenteados, de seus sacerdotes. E já está mais do que na hora de acabar com todos os papas e sacerdotes: não os queremos, mesmo que se chamem democratas socialistas.

Mais uma vez, a única missão da ciência é iluminar a estrada. Mas apenas a vida, libertada de todos os entraves governamentais e doutrinários, e devolvida à plenitude de sua ação espontânea, pode criar.

Como resolver esta antinomia?

Por um lado, a ciência é indispensável à organização racional da sociedade; por outro lado, sendo incapaz de se interessar ao que é real e vivo, não deve se meter na organização real ou prática da sociedade.

Esta contradição só pode ser resolvida de uma única maneira: a liquidação da ciência enquanto ser moral existente fora da vida social de todo mun-

do, e representado, enquanto tal, por um corpo de sábios patenteados, e sua difusão nas massas populares. A ciência, sendo chamada, a partir de agora, a representar a consciência coletiva da sociedade, deve realmente tornar-se propriedade de todo mundo. Através disto, sem perder nada de seu caráter universal, do qual nunca poderá desligar-se, sob pena de deixar de ser a ciência, e continuando a se preocupar exclusivamente com as causas gerais, com as condições gerais e com as relações gerais dos indivíduos e das coisas, vai fundar-se no fato com a vida imediata e real de todos os indivíduos humanos. Será um movimento análogo ao que fez dizer aos protestantes, no começo |222 da Reforma religiosa, que não havia mais necessidade de padres, cada homem tornando-se, a partir daí, seu próprio padre, cada homem, graças à intervenção invisível, única, de Nosso Senhor Jesus Cristo, tendo enfim conseguido engolir seu bom Deus. Mas aqui não se trata nem de Nosso Senhor Jesus Cristo nem do bom Deus, nem da liberdade política, nem do direito jurídico, todas estas coisas tendo sido teológica ou metafisicamente reveladas, e todas sendo igualmente indigestas, como sabemos. O mundo das abstrações científicas não é revelado; ele é inerente ao mundo real, do qual é apenas a expressão e a representação geral ou abstrata. Enquanto ele forma uma região separada, representada especialmente pelo corpo dos sábios, este mundo ideal ameaça tomar-nos, em relação ao mundo real, o lugar do bom Deus, e de reservar aos seus representantes patenteados o ofício dos padres. É por isto que, através da instrução geral, igual para todos e para todas²¹, é preciso dissolver a organização social separada da ciência; afim de que as massas, deixando de ser rebanhos conduzidos e tosados por pastores privilegiados, possam tomar, a partir de então, seus próprios destinos históricos nas mãos²².

Mas enquanto as massas não tiveram chegado a este |223 grau de instrução, será preciso que se deixem governar por homens da ciência? Deus queira que não! Seria melhor, para elas, deixar de lado a ciência do que permitir

21 NT: "... pour tous et pour toutes", na versão francesa, sublinhando a referência aos dois gêneros.

22 NB: A ciência, tornando-se patrimônio de todo o mundo, vai se casar, de certa forma, com a vida imediata e real de cada um. Ganhará, em termos de utilidade e de graça, o que tiver perdido de orgulho, de ambição e de pedantismo doutrinário. Isto não impedirá, sem dúvida, que alguns homens de gênio, melhor organizados para as especulações científicas do que os seus contemporâneos, se dediquem mais exclusivamente do que os outros à cultura das ciências, e prestem grandes serviços à humanidade, sem ambicionar, entretanto, outra influência social além da influência natural que uma inteligência superior nunca deixa de exercer sobre seu meio, nem outra recompensa além do alto prazer que todo espírito de elite encontra na satisfação de uma nobre paixão.

que sejam *governadas* por sábios. O governo dos sábios teria, como primeira consequência, tornar a ciência inacessível ao povo e seria necessariamente um governo aristocrático, pois a instituição atual da ciência é uma instituição aristocrática. A aristocracia da inteligência! Do ponto de vista prático, a mais implacável, e do ponto de vista social, a mais arrogante e a mais insultante: tal seria o poder constituído em nome da ciência. Este regime seria capaz de paralisar a vida e o movimento na sociedade. Os sábios, sempre presunçosos, sempre vaidosos, e sempre impotentes, gostariam de se meter em tudo, e todas as fontes da vida iriam secar sob o sopro abstrato e sábio destes.

Mais uma vez, a vida, e não a ciência, cria a vida: só a ação espontânea do próprio povo pode criar a liberdade popular. Sem dúvida, seria muito feliz que a ciência pudesse, a partir de hoje, esclarecer a marcha espontânea do povo rumo à sua emancipação. Porém, mais vale a ausência de luz do que uma falsa luz, acendida parcimoniosamente de fora, com o objetivo evidente de fazer o povo se perder. Além disto, o povo não carecerá de luz, em absoluto. Não é em vão que um povo percorreu uma longa carreira histórica e que pagou seus erros através de séculos de sofrimentos horríveis. O resumo prático destas dolorosas experiências constitui uma espécie de ciência tradicional que, sob certos ângulos, vale tanto quanto a ciência teórica. Enfim, uma parte da juventude estudiosa, aqueles, entre os burgueses estudiosos, que sentirem em si ódio o bastante contra a mentira, contra a hipocrisia, contra a iniquidade | 224 e contra a covardia da burguesia, para encontrar neles mesmos a coragem de virar as costas a esta, e paixão suficiente para abraçar sem reserva a causa justa e humana do proletariado, estes serão, como eu já disse, os instrutores fraternos do povo; levando-lhe os conhecimentos que ainda lhe faltam, tornarão perfeitamente inútil o governo dos sábios.

Se o povo deve se preservar do governo dos sábios, com mais razão deve prevenir-se contra aquele dos idealistas inspirados. Quanto mais estes crentes e estes poetas do céu são sinceros, mais perigosos se tornam. A abstração científica, eu disse, é uma abstração racional, verdadeira em sua essência, necessária à vida, da qual é a representação teórica, a consciência. Ela pode, ela deve ser absorvida e digerida pela vida. A abstração idealista, Deus, é um veneno corrosivo que destrói e decompõe a vida, que a falseia e a mata. O orgulho dos idealistas não sendo pessoal, mas um orgulho divino, é invencível e implacável. Ele pode, ele deve morrer, mas não cederá nunca, e, enquanto ainda lhe restar um suspiro, ele tentará subjugar o mundo sob os pés de seu Deus, como os tenentes da Prússia, estes idealistas práticos da Alemanha, gostariam de vê-lo sendo esmagado sob a bota esporçada do rei deles. É a mesma fé – seus objetos nem são muito diferentes – e o mesmo resultado da fé, a escravidão.

É ao mesmo tempo o triunfo do materialismo mais crasso e mais brutal: não é preciso demonstrá-lo, no caso da Alemanha, pois seria preciso ser realmente cego para não vê-lo, a uma hora destas. Mas creio que ainda é necessário demonstrá-lo em relação ao idealismo divino.

* * *

O homem, assim como todo o resto do mundo, é um ser completamente material. O espírito, a faculdade de pensar, de receber e de refletir as diferentes sensações, tanto exteriores quanto interiores, de voltar a se lembrar delas depois de terem acontecido e de reproduzi-las através da imaginação, de compará-las e de distingui-las, de abstrair delas as determinações comuns e de criar, através disto mesmo, noções gerais ou abstratas, enfim, de formar ideias ao agrupar e ao combinar a noções segundo modos diferentes – a inteligência, numa palavra, o único criador de nosso mundo ideal, é uma propriedade do corpo animal e principalmente da organização, completamente material, do cérebro.

Sabemos isto de modo muito certo, através da experiência universal, que nunca nenhum fato desmentiu e que qualquer homem pode verificar a cada instante de sua vida. Em todos os animais, sem exceção das espécies mais inferiores, encontramos um certo grau de inteligência, e vemos que, na série das espécies, a inteligência animal se desenvolve no mesmo grau em que a organização de uma espécie se aproxima daquela do homem; mas que somente no homem ela chega a esta potência de abstração que constitui, propriamente, o pensamento.

A experiência universal²³ que, definitivamente, é a única origem, a fonte de todos os nossos conhecimentos, demonstra-nos, então, primeiramente, que toda inteligência está sempre ligada a um corpo animal qualquer e, em segundo lugar, que a intensidade, a potência desta função animal depende da perfeição relativa da organização animal. Este segundo resultado da experiência universal não é aplicável apenas às diferentes espécies animais; constatamos isto, da mesma forma, para os homens, cuja potência individual e moral depende da maior ou menor perfeição de seu organismo, enquanto raça, enquanto nação, enquanto classe e enquanto indivíduos, de uma maneira evidente demais para que seja necessário insistir muito neste ponto²⁴.

23 NB: É preciso distinguir a experiência universal, na qual se funda toda a ciência, da fé universal, na qual os idealistas querem apoiar suas crenças; a primeira é uma constatação real de fatos reais; a segunda é apenas uma suposição de fatos que ninguém viu e que, conseqüentemente, estão em contradição com a experiência de todo mundo.

24 NG: Não esquecer que não é Bakunin falando, e sim Victor Cousin.

Por outro lado, com certeza nenhum homem nunca viu nem nunca pôde ver o espírito puro, separado de qualquer forma material, existindo separado de um corpo animal qualquer. Mas se ninguém o viu, como os homens chegaram a acreditar em sua existência? Pois o fato desta crença é notório, e se não for universal, como os idealistas pretendem, pelo menos é muito geral; e, enquanto tal, é absolutamente digno de nossa atenção respeitosa, pois uma crença geral, por mais tola que seja, exerce sempre uma influência potente demais sobre os destinos humanos para que seja permitido ignorá-la ou abstraí-la.

* * *

Explica-se o fato desta crença histórica, aliás, de uma maneira natural e racional. O exemplo que nos é oferecido pelas crianças e adolescentes, até mesmo por muitos homens que já passaram bastante da idade de maioridade, nos prova que o homem pode exercer suas faculdades mentais durante muito tempo antes de perceber a maneira como as exerce, antes de chegar à consciência clara deste exercício. Neste período do funcionamento do espírito inconsciente de si, desta ação da inteligência ingênua ou crente, o homem, obcecado pelo mundo exterior e espetado |228 por este estímulo interior que se chama vida e as múltiplas necessidades da vida, cria uma quantidade de imaginações, de noções e de ideias, necessariamente muito imperfeitas no início, muito pouco conformes à realidade das coisas e dos fatos que com esforço tentam exprimir. E como ele não tem consciência de sua própria ação inteligente, como ele ainda não sabe que foi ele mesmo que produziu e que continua a produzir estas imaginações, estas noções, estas ideias, como ele próprio ignora a origem destas, que é totalmente *subjetiva*, ou seja, humana, ele as considera, naturalmente, necessariamente, como seres *objetivos*, como seres reais, totalmente independente dele, que existem por eles próprios e neles próprios.

É assim que os povos primitivos, saindo lentamente de sua inocência animal, criaram os deuses. Tendo-os criado, não imaginando que eles próprios fossem os únicos criadores dos deuses, eles os adoraram; considerando-os como seres reais, infinitamente superiores a eles próprios, atribuíram a eles o poder infinito, e se reconheceram como suas criaturas, seus escravos. À medida que as ideias humanas se desenvolviam, os deuses, que, como já observei, nunca foram nada além da reverberação fantástica, ideal, poética, ou a imagem invertida, idealizavam-se também. No início eram fetiches grosseiros; tornaram-se pouco a pouco espíritos puros, existindo fora do mundo visível, e, finalmente, acabaram confundindo-se num só Ser divino, Espírito puro, eterno, absoluto, criador e mestre dos mundos.

Em qualquer desenvolvimento, certo ou errado, real ou imaginário, tanto coletivo quanto individual, é sempre o primeiro passo que é custoso, é o primeiro ato que é mais difícil. Uma vez dado esse passo e cumprido esse primeiro ato, o resto acontece naturalmente como uma consequência necessária. | 229 O que era difícil, no desenvolvimento histórico desta terrível loucura religiosa que continua a nos obcecar e a nos esmagar, era colocar um mundo divino tal e qual, fora do mundo real. Este primeiro ato de loucura, tão natural do ponto de vista fisiológico e conseqüentemente necessário na história da humanidade, não se realizou de uma vez só. Foram precisos não sei quantos séculos para desenvolver e para fazer penetrar esta crença nos hábitos mentais dos homens. Mas, uma vez estabelecida, tornou-se todopoderosa, como se torna, necessariamente, qualquer loucura que toma conta do cérebro do homem. Pegue um louco: qualquer que seja o objeto especial de sua loucura, você verá que a ideia obscura e fixa que o obceca lhe parece a ideia mais natural do mundo, e que, ao contrário, as coisas naturais e reais que estão em contradição com esta ideia, parecerão para ele loucuras ridículas e odiosas. Pois bem, a religião é uma loucura coletiva, potente na mesma medida em que é uma loucura tradicional e que sua origem se perde numa antiguidade excessivamente recuada. Enquanto loucura coletiva, ela penetrou em todos os detalhes, tanto públicos quanto privados, da existência social de um povo, encarnou-se na sociedade; tornou-se, por assim dizer, a alma e o pensamento coletivo desta. Todo homem está envolvido nela desde o seu nascimento; ele a chupa junto com o leite de sua mãe, absorve-a com tudo o que ele ouve, com tudo o que vê. Ele foi tão bem alimentado com a religião, tão envenenado, penetrado em todo o seu ser, que mais tarde, por mais potente que seja seu espírito natural, ele terá que fazer esforços inéditos para se libertar dela, e, mesmo assim, nunca consegue completamente. Nossos idealistas modernos são uma prova disto, e nossos materialistas doutrinários, os comunistas alemães, são outra. Não souberam desfazer-se da religião do Estado. Uma vez que o mundo sobrenatural, o mundo divino, | 230 esteve bem estabelecido na imaginação tradicional dos povos, o desenvolvimento dos diferentes sistemas religiosos seguiu seu curso natural e lógico, sempre conforme, aliás, ao desenvolvimento contemporâneo e real das relações econômicas e políticas, sendo, em todos os tempos, sua reprodução fiel e consagração divina no mundo da fantasia religiosa. É assim que a loucura coletiva e histórica que se chama religião se desenvolveu a partir do fetichismo, passando por todos os graus do politeísmo, até o monoteísmo cristão.

O segundo passo, no desenvolvimento das crenças religiosas, e o mais difícil, sem dúvida, depois do estabelecimento de um mundo divino separado, foi precisamente esta transição do politeísmo ao monoteísmo, do materialismo religioso dos pagãos à fé espiritualista dos cristãos. Os deuses pagãos

– e este era seu caráter principal – eram, antes de tudo, deuses exclusivamente nacionais. E também, como eram muitos, conservaram necessariamente, mais ou menos, um caráter material, ou melhor: é porque eram materiais que foram tão numerosos, sendo a diversidade um dos atributos principais do mundo real. Os deuses pagãos ainda não eram, propriamente, a negação das coisas reais: eram apenas o exagero fantástico destas²⁵.

Para estabelecer sobre as ruínas de seus altares tão numerosos o altar de um Deus único e supremo, mestre do mundo, foi preciso que a existência autônoma das diferentes nações que compunham o mundo pagão ou antigo fosse destruída primeiro. Foi o que fizeram, muito brutalmente, os romanos, que, conquistando a maior parte do mundo conhecido pelos antigos, criaram, de certa forma, o primeiro esboço, completamente negativo e grosseiro, sem dúvida - da humanidade.

Um Deus que se elevasse assim acima de todas as diferenças nacionais, tanto materiais quanto sociais, |231 de todos os países, que era de certa forma, a negação direta destas, devia ser, necessariamente, um ser imaterial e abstrato. Mas a fé tão difícil na existência de um Ser deste não pôde nascer de uma vez só. Da mesma forma, como mostrei no Apêndice, ela foi longamente preparada e desenvolvida pela metafísica grega, que foi a primeira a estabelecer de forma filosófica a noção da *Ideia divina*, modelo eternamente criador e sempre reproduzido pelo mundo visível. Mas a Divindade concebida e criada pela filosofia grega era uma divindade impessoal, não podendo nenhuma metafísica, se for consequente e séria, elevar-se, ou melhor, rebaixar-se à ideia de um Deus pessoal. Foi preciso, então, encontrar um Deus que fosse único e que fosse muito pessoal ao mesmo tempo. Ele foi encontrado na pessoa muito brutal, muito egoísta, muito cruel de Jeová, o Deus nacional dos judeus. Mas os judeus, apesar deste espírito nacional exclusivo que os distingue ainda hoje, de fato tinham se tornado, muito antes do nascimento de Cristo, o povo mais internacional do mundo. Em parte levados como cativos, mas muitos mais conduzidos por esta paixão mercantil que constitui um dos traços principais de seu caráter nacional, tinham-se espalhado por todos os países, levando para todos os lugares o culto de seu Jeová, ao qual se tornavam tão mais fiéis quanto mais ele os abandonava.

Em Alexandria, este Deus terrível dos judeus conheceu pessoalmente a Divindade metafísica de Platão, já muito corrompida pelo contato com o

25 NG: Aqui, a brochura *Deus e o Estado* intercalou o conteúdo de seis folhetos que não pertencem ao manuscrito do *Império Knuto-germânico*, e que fizeram parte de outro manuscrito, do qual foram tirados. Bakunin escreveu, no verso de um deles, esta menção: “*Religião*. 2. Bem recente”. Não imprimo aqui estes seis folhetos, estranhos à presente obra.

Ocidente, mais tarde corrompendo-se ainda mais pelo seu. Apesar de seu exclusivismo nacional, ciumento e feroz, com o tempo não conseguiu resistir às |232 graças desta Divindade ideal e impessoal dos Gregos. Ele a esposou, e deste casamento nasceu o Deus espiritualista – mas não espiritual – dos cristãos. Sabemos que os neoplatônicos de Alexandria foram os principais criadores da teologia cristã.

Mas a teologia ainda não constitui a religião, assim como os elementos históricos não bastam para criar a história. Chamo de elementos históricos as disposições e condições gerais de um desenvolvimento real qualquer: por exemplo, aqui, a conquista dos romanos e o encontro do Deus dos judeus com a Divindade ideal dos gregos. Para fecundar os elementos históricos, para fazer com que produzam uma série de transformações históricas novas, é necessário um fato vivo, espontâneo, sem o qual poderiam ficar ainda vários séculos no estado de elementos, sem produzir nada. Este fato não faltou ao cristianismo: foi a propaganda, o martírio e a morte de Jesus Cristo.

Não sabemos quase nada deste grande e santo personagem; tudo o que os Evangelhos nos relatam sobre ele é tão contraditório e tão fabuloso que mal conseguimos ver ali alguns traços reais e vivos. O que é certo é que foi o pregador do pobre povo, o amigo, o consolador dos miseráveis, dos ignorantes, dos escravos e das mulheres, e que foi muito amado por estas últimas. Prometeu a todos aqueles que eram oprimidos, a todos aqueles que sofriam aqui embaixo – e eles são em número imenso – a vida eterna. Ele foi, como é lógico, pendurado pelos representantes da moral oficial e da ordem pública da época. Seus discípulos, e os discípulos de seus discípulos, puderam se espalhar graças à conquista dos romanos, a qual tinha destruído as barreiras nacionais, e de fato levaram a propaganda |233 do Evangelho para todos os países conhecidos pelos antigos. Em todos os lugares foram recebidos de braços abertos pelos escravos e pelas mulheres, as duas classes mais oprimidas, mais sofredoras e, naturalmente, também as mais ignorantes do mundo antigo. Se fizeram alguns prosélitos no mundo privilegiado e letrado, só o deveram, novamente, em grande parte, à influência das mulheres. Sua propaganda mais larga se exerceu quase exclusivamente no povo, tão infeliz quanto bestializado²⁶ pela escravidão. Foi o primeiro despertar, a primeira revolta seminal do proletariado.

A grande honra do cristianismo, seu mérito incontestável e todo o segredo de seu triunfo inédito e, aliás, perfeitamente legítimo, foi o fato de dirigir-se a um público sofredor e imenso, ao qual o mundo antigo, que constituía uma aristocracia intelectual e política estreita e feroz, negava até os últimos atributos e os direitos mais simples da humanidade. De outra forma, nunca teria conseguido se propagar. A doutrina que ensinavam os apóstolos de

26 NT: Ou “embrutecido”, ou, por outro lado, “emburrecido”. Original: “abruti”.

Cristo, por mais consoladora que tenha podido parecer para os infelizes, era revoltante demais, absurda demais, do ponto de vista da razão humana, para que os homens esclarecidos pudessem aceitá-la. E com que triunfo o apóstolo São Paulo não fala do *escândalo da fé*, e do triunfo desta *divina loucura* rejeitada pelos poderosos e os sábios do século, mas tão mais apaixonadamente aceita pelos simples, os ignorantes e os pobres de espírito!

De fato, era necessário um descontentamento bem profundo da vida, uma sede bem grande do coração, e uma pobreza mais ou menos absoluta do espírito para aceitar o absurdo cristão, o mais descarado e mais monstruoso de todos os absurdos religiosos.

|234 Não era somente a negação de todas as instituições políticas, sociais e religiosas da antiguidade: era a inversão absoluta do senso comum, de toda razão humana. O Ser que existia efetivamente, o mundo real, foi considerado a partir de então como o nada; o produto da faculdade abstrata do homem, a última, a suprema abstração, na qual esta faculdade, tendo ultrapassado todas as coisas existentes e até as determinações mais gerais do Ser real, assim como as ideias do espaço e do tempo, não tendo mais nada para ultrapassar, descansa na contemplação de seu vazio e de sua imobilidade absoluta (veja o apêndice); esta abstração, este *caput mortuum*²⁷ absolutamente vazio de qualquer conteúdo, Deus, é proclamado o único ser real, eterno, todo-poderoso. O Todo real é declarado nulo, e o nulo absoluto, o Todo. A sombra vira o corpo e o corpo desmaia como uma sombra²⁸.

Era de uma audácia e de um absurdo inéditos, o verdadeiro escândalo da fé, o triunfo da besteira crente sobre o espírito, para as massas; e, para alguns, a ironia triunfante de um espírito cansado, corrompido, desiludido e desgostoso da busca honesta e séria da verdade; a necessidade de se distrair e de se embrutecer, necessidade que se encontra muitas vezes nos espíritos calejados: “*Credo quia absurdum*”, “Não creio somente no absurdo; creio nele precisamente |235 e principalmente porque é absurdo”. É assim que muitos espíritos distintos e esclarecidos, nos dias atuais, acreditam no magnetismo animal, no espiritismo, nas mesas giratórias – ah, meu Deus, para que ir tão longe? – ainda acreditam no cristianismo, no idealismo, em Deus.

27 NG: *Caput mortuum* equivale a “resíduo”.

28 NG: Sei muito bem que nos sistemas teológicos e metafísicos orientais, principalmente os da Índia, inclusive o budismo, já encontramos o princípio de anulação do mundo real em benefício do ideal ou da abstração absoluta. Mas ele não tem ainda este caráter de negação voluntária e pensada que distingue o cristianismo; porque, quando estes sistemas foram concebidos, o mundo propriamente humano, o mundo do espírito humano, da vontade humana, da ciência e da liberdade humanas, ainda não tinha se desenvolvido como se manifestou a partir da civilização greco-romana.

A crença do proletariado antigo, assim como a das massas modernas depois dele, era mais robusta, de gosto menos elevado e mais simples. A propaganda cristã tinha-se dirigido ao seu coração, e não à sua inteligência; às suas aspirações eternas, às suas necessidades, aos seus sofrimentos, à sua escravidão, e não à sua razão que ainda dormia, e para a qual as contradições lógicas e a evidência do absurdo não podiam existir, conseqüentemente. A única questão que lhe interessava era saber quando bateria a hora da redenção prometida, quando chegaria o reino de Deus? Quanto aos dogmas teológicos, ele não se preocupava, porque não entendia nada deles. O proletariado convertido ao cristianismo constituía a potência material ascendente deste, e não o pensamento teórico.

Já os dogmas cristãos foram elaborados, como se sabe, numa série de trabalhos teológicos, literários, e nos concílios, principalmente pelos neoplatônicos convertidos do Oriente. O espírito grego tinha descido tão baixo que, já no quarto século da era cristã, época do primeiro concílio, encontramos a ideia de um Deus pessoal, Espírito puro, eterno, absoluto, criador e mestre supremo do mundo, existindo fora do mundo, unanimemente aceito por todos os padres da Igreja; e, como consequência lógica deste absurdo absoluto, a crença que a partir daí tornou-se natural e necessária | 236 à imaterialidade e à imortalidade da alma humana, alojada e aprisionada num corpo mortal, mas só parcialmente mortal; pois neste mesmo corpo há uma parte que, mesmo sendo corporal, é imortal como a alma e deve ressuscitar como a alma. De tão difícil que foi, até para padres de Igreja, de se representar o espírito puro fora de qualquer forma corporal!

É preciso observar que, em geral, o caráter de todo raciocínio teológico - e metafísico também - é procurar explicar um absurdo através de outro.

Foi muito feliz para o cristianismo o fato de ter encontrado o mundo dos escravos. Teve outra felicidade: foi a invasão dos bárbaros. Os bárbaros eram uma brava gente, cheios de força natural, e, principalmente, animados e impulsionados por uma grande necessidade e por uma grande capacidade de viver; bandidos à prova de tudo, capazes de devastar e engolir tudo, assim como seus sucessores, os alemães atuais; muito menos sistemáticos e pedantes, em sua bandidagem, que estes últimos, muito menos morais, menos eruditos; porém, por outro lado, muito mais independentes e mais orgulhosos, capazes de ciência e não incapazes de liberdade, como os burgueses da Alemanha moderna. Mas com todas estas grandes qualidades, eram apenas bárbaros, ou seja, tão indiferentes quanto os escravos antigos - muitos deles, aliás, pertenciam à sua raça - frente a todas as questões da teologia e da metafísica. De forma que, uma vez rompida sua repugnância prática | 237, não foi difícil convertê-los teoricamente ao cristianismo.

Durante dez séculos seguidos, o cristianismo, armado da onipotência da Igreja e do Estado, e sem concorrência nenhuma de parte de ninguém, pôde depravar, abastardar e falsear o espírito da Europa. Não houve concorrentes, pois fora da Igreja não havia pensadores, nem mesmo letrados. Só ela pensava, só ela falava e escrevia, só ela ensinava. Se aconteceram heresias em seu seio, estas só atacaram os desenvolvimentos teológicos ou práticos do dogma fundamental, nunca o próprio dogma. A crença em Deus, espírito puro e criador do mundo, e a crença na imaterialidade da alma permaneceram intactas. Esta dupla crença tornou-se a base ideal de toda a civilização ocidental e oriental da Europa, a qual penetrou e se encarnou em todas as instituições, em todos os detalhes da vida, tanto pública quanto privada, de todas as classes, assim como na das massas.

Podemos ficar surpresos, depois disto, por esta crença se manter até os dias de hoje, e por continuar a exercer sua influência desastrosa até sobre espíritos de elite como Mazzini, Quinet, Michelet e tantos outros? Vimos que o primeiro ataque a ela foi animado pelo Renascimento do livre espírito no século quinze, Renascimento que produziu heróis e mártires como Vanini, como Giordano Bruno e como Galileu, e que, apesar de ter sido logo sufocado pelo barulho, o tumulto e as paixões da Reforma religiosa, continuou sem barulho no seu trabalho invisível, legando aos mais nobres espíritos de cada geração nova esta obra da emancipação humana através da destruição do absurdo, até que, enfim, na segunda metade do século dezoito, reapareceu e brilhou novamente, levantando ousadamente a bandeira do ateísmo e do materialismo.

* * *

Podia-se então acreditar que o espírito humano ia finalmente se libertar de uma vez por todas das obsessões divinas. Seria um erro. A mentira divina, da qual a humanidade se tinha alimentado – para só falar do mundo cristão – durante dezoito séculos, iria mostrar-se novamente mais forte que a humana verdade. Não podendo mais fazer uso da gente negra, dos corvos consagrados da Igreja, dos sacerdotes católicos ou protestantes, que tinham perdido todo o crédito, usou os sacerdotes laicos, os mentirosos e sofistas de toga curta, dentre os quais o papel principal foi dado a dois homens fatais; um deles foi o espírito mais falso; o outro, a vontade mais doutrinariamente despótica do século passado [o dezoito]: J.-J. Rousseau e Robespierre.

O primeiro representa o verdadeiro tipo da estreiteza e da mesquinha desconfiada, da exaltação sem outro objeto além de sua própria pessoa, do entusiasmo frio e da hipocrisia ao mesmo tempo sentimental e implacável, da mentira forçada e do idealismo moderno. Podemos considerá-lo como o verdadeiro criador da moderna reação. Aparentemente o escritor mais democrático do século dezoito, ele cobre em si mesmo o despotismo

impiedoso do estadista. Foi o profeta do Estado doutrinário, assim como Robespierre, seu digno e fiel discípulo, tentou tornar-se o papa deste. Tendo ouvido Voltaire dizer que se não existisse Deus seria preciso inventar um, J.-J. Rousseau inventou o Ser Supremo, o deus abstrato e estéril dos deístas. E |239 é em nome do Ser Supremo e da virtude hipócrita comandada pelo Ser Supremo que Robespierre guilhotinou os hebertistas, primeiro, depois o próprio gênio da Revolução, Danton, em cuja pessoa assassinou a República, preparando, assim, o triunfo – que se tornou necessário a partir daí – da ditadura de Bonaparte I. Depois deste grande triunfo, a reação idealista procurou e achou os servidores menos fanáticos menos terríveis, medidos com o tamanho consideravelmente diminuído da burguesia de nosso século. Na França, foram Chateaubriand, Lamartine, e – pode dizer? Ué! Por que não? É preciso dizer tudo, quando é verdade – foi o próprio Victor Hugo, o democrata, o republicano, o semi-socialista de hoje, e, na sequência, toda a corte melancólica e sentimental de espíritos magros e pálidos que constituíram, sob a direção destes mestres, a escola do romantismo moderno. Na Alemanha, foram os Schlegel, os Tieck, os Novalis, os Werner, foi Schelling, e tantos outros ainda que não merecem nem ser nomeados.

A literatura criada por esta escola foi o verdadeiro reino das almas penadas e dos fantasmas. Não suportava a luz do dia, sendo o claro-escuro o único elemento onde podia viver. Também não suportava o contato brutal das massas; era a literatura das almas ternas, delicadas, distintas, aspirantes ao Céu, sua pátria, e que viviam como que sem querer sobre a Terra. Elas tinham horror e desprezo pela política e pelas questões do dia; mas quando por acaso falava destas, mostrava-se francamente reacionária, tomando o partido da Igreja contra a insolência dos livres-pensadores, dos reis contra os povos, e de todas as aristocracias contra a ralé vil das ruas. De resto, como acabei de dizer, o que dominava na escola era uma indiferença quase completa pelas questões políticas. Em meio às nuvens em que esta vivia, só se podia distinguir dois pontos reais: o desenvolvimento rápido do materialismo burguês e |240 o ímpeto desenfreado das vaidades individuais.

* * *

Para entender esta literatura, deve-se procurar sua razão de ser na transformação que se tinha operado na classe burguesa desde a revolução de 1793.

Desde o Renascimento e a Reforma até esta Revolução, a burguesia, se não na Alemanha, pelo menos na Itália, na França, na Suíça, na Inglaterra, na Holanda, foi a heroína e representou o gênio revolucionário da história. De seu seio saíram, na maior parte, os livres-pensadores do século quinze, os grandes reformadores religiosos dos dois séculos seguintes, e os apóstolos da emancipação humana, inclusive, desta vez, os da Alemanha, do século passado [o dezoito]. Só ela, naturalmente apoiada nas simpatias e no braço potente do

povo que tinha fé nela, fez a Revolução de 89 e de 93. Ela tinha proclamado a decadência da realeza e da Igreja, a fraternidade dos povos, os Direitos do Homem e do Cidadão. Eis os seus títulos de glória; eles são imortais.

Desde então ela se cindiu. Um partido considerável de compradores de bens nacionais, enriquecidos, e apoiando-se desta vez não no proletariado das cidades, mas na maior parte dos camponeses da França que também tinham se tornado proprietários de terras, aspirava à paz, ao restabelecimento da ordem pública, à fundação de um governo regular e poderoso. Então ele aclamou com alegria a ditadura do primeiro Bonaparte, e, apesar de continuar voltairiano, não viu com maus olhos sua Concordata com o Papa e o restabelecimento da Igreja oficial na França: “*A religião é tão necessária para o povo!*”- isto quer dizer que, uma vez satisfeita, esta parte da burguesia começou a partir de então a entender que era urgente, no interesse da conservação de sua posição e de seus bens adquiridos, enganar a fome não satisfeita do povo, através das promessas de um maná celeste. Foi então que Chateaubriand |241 começou a pregar²⁹.

Napoleão caiu. A Restauração trouxe de volta à França, junto com a monarquia legítima, a potência da Igreja e da aristocracia nobiliárquica, que retomaram o seu antigo poder; se não todo, pelo menos de uma parte considerável. Esta reação jogou novamente a burguesia na Revolução; e, junto com o espírito revolucionário, despertou nela o pensamento livre. Ela pôs Chateaubriand de lado e voltou a ler Voltaire. Ela não chegava até Diderot: seus nervos enfraquecidos não comportavam um alimento tão forte. Voltaire, ao mesmo tempo livre pensador e deísta, ao contrário, convinha-lhe muito. Béranger e Paul-Louis Courier exprimiram perfeitamente esta tendência nova. O “Deus das boas pessoas” e o ideal do rei burguês, ao mesmo tempo liberal e democrático, desenhados sobre o fundo majestoso - e a partir de então, inofensivo – das vitórias gigantescas do Império: tal foi, naquela época, o alimento intelectual cotidiano da burguesia da França.

Lamartine, espetado pela vontade envaidecidamente ridícula de elevar-se à altura poética do grande poeta inglês, Byron, bem tinha começado seus hinos friamente delirantes |242 à honra do Deus dos cavaleiros e da monarquia legítima. Mas seus cantos só retumbavam nos salões aristocráticos.

29 NB: Acho útil relembrar aqui uma anedota, aliás muito conhecida e totalmente autêntica, e que lança uma luz muito preciosa tanto sobre o caráter pessoal deste requentador das crenças católicas quanto sobre a sinceridade religiosa daquela época. Chateaubriand tinha levado ao seu livreiro uma obra dirigida contra a fé. O livreiro lhe observou que o ateísmo tinha passado de moda, que o público leitor não queria mais disso, e que pedia, ao contrário, obras religiosas. Chateaubriand se afastou, mas, alguns meses mais tarde, levou-lhe o seu *Génie du Christianisme* (*Gênio do Cristianismo*).

A burguesia não os ouvia. Béranger era seu poeta e Paul-Louis Courier, seu escritor político.

A revolução de julho teve por consequência o enobrecimento de seus gostos. Sabemos que todo burguês na França leva em si o tipo imortal do burguês fidalgo, que nunca deixa de aparecer assim que ele adquire um pouco de riqueza e poder. Em 1830, a rica burguesia tinha definitivamente substituído a antiga nobreza no poder. Ela tendeu naturalmente a fundar uma nova aristocracia: aristocracia do capital, sem dúvida, antes de tudo; mas também aristocracia de inteligência, de bons modos e de sentimentos delicados. A burguesia começou a se sentir religiosa.

Não foi, de sua parte, uma simples macaquice dos modos aristocráticos: era, ao mesmo tempo, uma necessidade de posição. O proletariado tinha feito um último favor ao ajudá-la a derrubar mais uma vez a nobreza. Agora, a burguesia não precisava mais de sua ajuda, pois se sentia solidamente sentada à sombra do trono de julho, e a aliança do povo, inútil a partir de então, começava a se tornar incômoda. Era preciso colocá-lo em seu lugar, coisa que não podia se fazer, naturalmente, sem provocar uma grande indignação nas massas. Tornou-se necessário contê-las. Mas em nome do quê? Em nome do interesse burguês cruamente confessado? Teria sido cínico demais. Quanto mais um interesse é injusto, desumano, mais ele precisa de sanção; e onde tomá-la senão na religião, esta boa protetora de todos os que estão satisfeitos, e esta consoladora tão útil de todos os que têm fome? E, mais do que nunca, a burguesia triunfante sentiu que a religião |243 era absolutamente necessária para o povo.

Depois de ter ganho todos seus títulos imortais de glória na oposição, tanto religiosa e filosófica quanto política, no protesto e na revolução, tinha-se tornado, finalmente, a classe dominante, e por isto mesmo a defensora e a conservadora do Estado, tendo este, por sua vez, se transformado na instituição regular da potência exclusiva desta classe. O Estado é a força, e tem, antes de mais nada, o direito da força, a argumentação triunfante do fuzil de agulha, do chassepot³⁰. Mas o homem é feito de maneira tão singular que esta argumentação, por mais que pareça eloquente, com o tempo, não basta para ele. Para lhe impor respeito, ele precisa realmente de uma sanção moral qualquer. É preciso, ainda, que esta sanção seja tão evidente e simples que possa convencer as massas, as quais, depois de terem sido reduzidas pela força do Estado, devem ser levadas agora ao reconhecimento moral do direito deste.

Só há dois meios de convencer as massas da bondade de uma instituição social qualquer. O primeiro, o único que é real, mas que é também o mais

30 NT: Tipo de fuzil de carregamento pela culatra.

difícil, pois implica a abolição do Estado – ou seja, a abolição da exploração politicamente organizada da maioria por uma minoria qualquer – seria a satisfação direta e completa de todas as necessidades, de todas as aspirações humanas das massas, o que equivaleria à liquidação completa da existência tanto política quanto econômica da classe burguesa e, como acabo de dizer, à abolição do Estado. Este meio seria sem dúvida salutar para as massas, mas funesto para os interesses burgueses. Então, não se deve falar nele.

|244 Falemos então do outro meio, o qual, funesto apenas para o povo, é, ao contrário, salutar para os privilégios burgueses. Este outro meio só pode ser a religião. É esta miragem eterna que arrasta as massas à procura dos tesouros divinos, enquanto que, muito mais moderada, a classe dominante se contenta em dividir – aliás muito desigualmente e sempre dando mais àquele que possui mais entre seus próprios membros – os miseráveis bens da terra e o espólio humano do povo, inclusive sua liberdade política e social.

Não há, não pode existir Estado sem religião. Pegue os Estados mais livres do mundo, os Estados Unidos da América ou a Confederação Suíça, por exemplo, e veja que papel importante a Providência divina, esta sanção suprema de todos os Estados, desempenha em todos os discursos oficiais.

Mas todas as vezes que um chefe de Estado fala de Deus, que seja Guilherme I, o imperador knuto-germânico, ou Grant, o presidente da Grande república, tenham certeza que está se preparando novamente para tosar seu povo-rebanho.

A burguesia francesa, liberal, voltairiana, e impulsionada por seu temperamento a um positivismo, para não dizer a um materialismo, singularmente estreito e brutal, tendo-se tornado, através de seu triunfo de 1830, a classe do Estado, teve, então, necessariamente, que se atribuir uma religião oficial. A coisa não era fácil. Ela não podia voltar a se colocar cruamente sob o domínio do catolicismo romano. Havia entre ela e a Igreja de Roma um abismo de sangue e de ódio, e, por mais prático e sábio que nos tornemos, nunca conseguimos reprimir |245 em nosso seio uma paixão desenvolvida pela história. Além disso, o burguês francês se teria coberto de ridículo se tivesse voltado à igreja para fazer parte das piedosas cerimônias do culto divino, condição essencial de uma conversão meritória e sincera. Muitos até tentaram, mas seu heroísmo teve como resultado apenas um escândalo estéril. Enfim, a volta ao catolicismo era impossível por causa da contradição insolúvel que existe entre a política invariável de Roma e o desenvolvimento dos interesses econômicos e políticos da classe média.

Deste ponto de vista, o protestantismo é muito mais cômodo. É a religião burguesa por excelência. Ela concede a medida exata de liberdade que os burgueses precisam, e achou a maneira de conciliar as aspirações celestes

com o respeito que os interesses terrestres pedem. Assim, vemos que o comércio e a indústria se desenvolveram principalmente nos países protestantes. Mas era impossível a burguesia da França se tornar protestante. Para passar de uma religião a outra – a menos que se faça isto por cálculo, como fazem, às vezes, os judeus na Rússia e na Polônia, que são batizados três, quatro vezes, afim de receber uma remuneração nova a cada vez – para mudar de religião, é preciso ter um grão de fé religiosa. Pois bem, no coração exclusivamente positivo do burguês francês não há lugar para este grão. Ele professa a indiferença mais profunda por todas as questões, exceto a de sua bolsa, antes de mais nada, e a de sua vaidade social, em seguida. Ele é tão indiferente pelo protestantismo quanto pelo catolicismo. Por outro lado, a burguesia francesa não teria podido abraçar o protestantismo entrar em contradição com a rotina católica da maior parte |246 do povo francês, o que constituiria uma grande imprudência da parte de uma classe que queria governar a França.

Ainda sobrava um meio: era voltar à religião humanitária e revolucionária do século dezoito. Mas esta religião leva longe demais. Foi preciso, pois, que a burguesia criasse, para sancionar o novo Estado, o Estado burguês que vinha de fundar, uma religião nova, que pudesse ser, sem ridículo nem escândalo demais, a religião professada altamente por toda a classe burguesa.

Foi assim que nasceu o deísmo da Escola doutrinária.

Outros fizeram, muito melhor do que eu saberia fazer, a história do nascimento e do desenvolvimento desta escola, que teve uma influência tão decisiva, e realmente posso dizê-lo, tão funesta sobre a educação política, intelectual e moral da juventude burguesa na França. Ela data de Benjamin Constant e da senhora de Stael, mas seu verdadeiro fundador foi Royer-Collard; seus apóstolos: senhores Guizot, Cousin, Villemain e muitos outros; seu objetivo altamente confessado: a reconciliação da Revolução com a Reação, ou, para falar a linguagem da escola, do princípio da liberdade com o de autoridade, naturalmente, em proveito do último.

Esta reconciliação significava, em política, a escamoteação da liberdade popular em proveito da dominação burguesa, representada pelo Estado monárquico e constitucional; em filosofia, a submissão refletida da livre razão aos princípios eternos da fé. Só precisamos tratar, aqui, desta última parte.

Sabemos que esta filosofia foi principalmente elaborada pelo senhor Cousin, o pai do ecletismo francês. Falador superficial |247 e pedante, incoerente de qualquer concepção original, de qualquer pensamento que lhe fosse próprio, mas muito bom em lugar-comum, que ele cometia o erro de confundir com o bom senso, este filósofo ilustre preparou sabiamente, para o uso da juventude estudantil da França, um prato metafísico à sua moda, e

cujos consumos, tornado obrigatório em todas as escolas do Estado, submetidas à Universidade, condenou muitas gerações seguidas a uma indigestão no cérebro³¹. Imagine-se uma salada filosófica, composta dos sistemas mais opostos, uma mistura de padres, de escolásticos, de Descartes e de Pascal, de Kant e de psicólogos escoceses, tudo isto superposto sobre as ideias divinas e inatas de Platão e com uma cobertura de imanência hegeliana, acompanhada necessariamente de uma ignorância tão desdenhosa quanto completa das ciências naturais, e provando, como “dois mais dois é igual a cinco”³²:

1) A existência de um Deus pessoal, a imortalidade da alma, e sua determinação espontânea, o livre-arbítrio. E, como consequência desta tripla crença:

2) A *moral individual*, a *responsabilidade absoluta* de cada um frente à lei moral escrita por Deus na consciência de cada um. A *liberdade individual* sendo anterior a qualquer sociedade, mas só alcançando seu desenvolvimento na sociedade.

3) A liberdade do indivíduo realiza-se primeiro pela apropriação ou toma de posse da terra. O direito da propriedade é uma consequência necessária desta liberdade.

4) A família, fundada na hereditariedade deste direito, de um lado, e de outro na autoridade do esposo e do pai, é uma instituição ao mesmo tempo natural e divina; divina no sentido em que, desde o início da história, encontra-se sancionada pela religião, pela consciência que os homens têm de Deus, tão imperfeita que esta consciência seja no início.

5) A família é o gérmen histórico do Estado.

6) Desenvolvimento histórico destes princípios eternos, bases de toda a civilização humana, através do triplo movimento progressivo:

a) Da inteligência humana, que, sendo uma emanção e, por assim dizer, uma revelação permanente de Deus no homem, manifestou-se primeiro através de uma série de religiões que se diziam reveladas, em seguida, depois de se ter procurado em vão numa multidão de sistemas filosóficos, finalmente reencontrou-se, reconhecida e completamente realizada, no sistema eclético do Sr. Victor Cousin.

31 NG: É aqui que se termina a brochura *Deus e o Estado*. Os editores colocam, depois desta última frase: “Aqui o manuscrito é interrompido”. Ora, como vemos, o manuscrito, que eles cortaram arbitrariamente no meio de uma página não apresenta nenhuma interrupção; e ele ainda continua por 92 folhetos.

32 NG: A partir daqui, todo o texto, até o fim – texto consistindo em treze parágrafos numerados – expõe a opinião não de Bakunin, mas a doutrina de Victor Cousin e da Escola Eclética. Bakunin intercalou nesta exposição algumas notas, e observações críticas colocadas entre parênteses, e impressas em caracteres itálicos.

b) Do trabalho humano, único produtor das riquezas sociais, sem as quais nenhuma civilização é possível;

c) Das lutas humanas, tanto coletivas quanto individuais, levando sempre a novas transações históricas, políticas e sociais;

Tudo isto dirigido pela divina Providência.

7) A história, considerada em seu conjunto, é uma manifestação contínua do pensamento e da vontade divinas. Deus, espírito puro, Ser absoluto e perfeito em si mesmo, residindo em sua eternidade e em sua imensidade infinitas, fora da história do mundo³³, segue com uma curiosidade paternal e dirige com uma mão invisível o desenvolvimento humano. Como faz questão, em sua generosidade divina, de que os homens – suas criaturas e, conseqüentemente, de fato, seus escravos – sejam livres, e como entende que não o seriam nem um pouco se ele se metesse |249 demasiadas vezes e de forma demasiadamente ostensiva em seus negócios, que seu poder não só os incomodaria, mas os anularia³⁴, só se manifesta a eles o mais raramente possível, e quando é absolutamente necessário para a salvação deles. A maior parte das vezes, ele os abandona aos seus próprios esforços e ao desenvolvimento desta dupla luz, ao mesmo tempo divina e humana, que ele acendeu em suas almas imortais: a *consciência*, fonte de toda moral, e a *inteligência*, fonte de toda verdade. Mas quando vê que esta luz começava a fraquejar, quando os homens, desencaminhados e imperfeitos demais para andar sempre sozinhos, adentram numa situação sem saída, então ele intervém. Mas como? Não através de um destes milagres externos e materiais que povoaram as tradições supersticiosas dos povos e que são impossíveis porque inverteriam a ordem e as leis da natureza estabelecidos pelo próprio Deus (*Sim, a audácia dos idealistas doutrinários chega a negar estes milagres!*), mas por um milagre

33 NB: Peço perdão ao leitor por amontoar, com tão poucas palavras, uma sobre a outra, tantos absurdos grandiosos e monstruosos. É a lógica dos idealistas doutrinários, não é a minha

34 NB: Não é algo notável que, em todas as religiões, encontremos esta imaginação de que nenhum mortal suportaria a visão de um Deus em sua glória imortal, sem ser aniquilado, fulminado, consumido na mesma hora; de modo que todos os Deuses, compadecendo-se desta fraqueza humana, sempre se mostraram aos homens numa forma emprestada qualquer, muitas vezes na forma de algum animal, mas nunca em seu verdadeiro esplendor? Jeová mostrou uma única vez, não lembro mais a qual profeta, seu próprio traseiro, e produziu nele, através desta demonstração *a posteriori* um desarranjo no cérebro tal que o pobre profeta ficou vagando pelo mundo pelo resto da vida. É evidente que em todas as religiões há como um instinto confuso da seguinte verdade: que a existência de Deus é incompatível não somente com a liberdade, a dignidade e a razão humanas, mas com a própria existência do homem e do mundo

exclusivamente espiritual, interior (*e que, do ponto de vista da razão, da lógica, do bom senso, não é menos absurdo e impossível que os milagres grosseiros imaginados pela crença popular; estes últimos têm, pelo menos, o mérito de uma poética ingenuidade, enquanto que os milagres ditos interiores, com todas as suas pretensões ao racionalismo, são apenas tolices criadas por uma sábia, fria e OBSTINADA forçação de barra*)³⁵, por um milagre inacessível aos sentidos.

Deus intervém então, inspirando com seu divino |250 pensamento alguma alma de elite, menos corrompida, menos desencaminhada e mais inteligente que as outras. Ele faz desta seu profeta, seu Messias. Então, armado deste pensamento que lhe é diretamente inspirado pelo próprio Deus – sendo que esta inspiração constitui, aliás, um destes milagres psicológicos que nos são dados e que devemos aceitar como fatos historicamente constatados, mas que nos serão eternamente impossíveis de compreender; e sendo o pensamento divino sempre na medida do grau de desenvolvimento, do caráter e do espírito da época, e, conseqüentemente, nunca se manifestando em sua plenitude e em sua perfeição absoluta, sendo Deus sábio demais e apaixonado demais pela liberdade dos homens para lhes propor um alimento que seriam incapazes de digerir – com a força da assistência invisível de Deus, e atraindo para si todas as almas de boa vontade com uma potência invencível, este profeta, este Messias, proclama a vontade divina e funda uma religião e uma legislação novas.

Foi assim que todos os cultos religiosos e todos os Estados se estabeleceram. Daí resulta que uns e outros, considerados naquilo que têm de imutável e depurando-os de todos os detalhes que lhes foram trazidos pela imperfeição tanto intelectual quanto moral dos homens, em diferentes épocas de seu desenvolvimento histórico, são *instituições divinas* e devem gozar, enquanto tais, de uma autoridade absoluta. Eis a *Igreja* e o *Estado*, com sua consagração divina, esmagadora, formidável.

8) A Igreja e o Estado têm, assim, um caráter duplo: divino e humano ao mesmo tempo. Enquanto instituições divinas, são imutáveis, e todo o seu desenvolvimento histórico consiste somente em uma manifestação mais completa de sua própria natureza divina, ou do pensamento de Deus que se encontra realizado em seu seio, |251 sem que as revelações ou inspirações novas se coloquem, nunca, em contradição com as revelações e inspirações anteriores, o que constituiria um desmentido dado por Deus a si próprio. Mas enquanto instituições humanas, a Igreja e o Estado, representados por homens, e, como estes, tornando-se solidárias de todas as paixões, de todos os vícios e de todas as tolices humanas, oferecem, necessariamente, imensos defeitos, e são suscetíveis de grandes e salutares mudanças sucessivas,

35 NT: No original, esta passagem também é marcada por linguagem coloquial.

trazidas pelo desenvolvimento progressivo moral intelectual e material das nações, que constituem o fundo sério da história.

9) No desenvolvimento intelectual e moral da humanidade, apesar de este ser constantemente dirigido pela Providência eterna, a forma da revelação religiosa não é sempre necessária. Ela era inevitável nos tempos mais recuados da história, enquanto a inteligência, esta luz ao mesmo tempo humana e divina, esta revelação permanente de Deus nos homens, ainda não tinha se desenvolvido suficientemente; mas, à medida que toma posse de si mesma, esta forma extraordinária, insólita, das revelações, tende a desaparecer cada vez mais, dando lugar às inspirações mais racionais dos filósofos ilustres, dos grandes pensadores, que, melhor armados deste instrumento divino que os outros, aliás, sempre ajudados por Deus – mesmo que de uma maneira em geral insensível, até para eles próprios, mas às vezes também fazendo-os sentir esta ajuda (ver o demônio de Sócrates) – procuram surpreender, através dos esforços de seu próprio pensamento, os mistérios de Deus, mistérios que já lhes foram revelados em parte, a eles como a todo o mundo, por todas as revelações passadas, de maneira que só resta para eles o trabalho de desenvolvê-las | 252 e explicá-las, dando-as, a partir de então, por sanção e por base; não mais alguma tradição maravilhosa, mas o próprio desenvolvimento lógico do pensamento humano.

É apenas nisto que os metafísicos se separam dos teólogos. Toda a diferença que existe entre eles está na forma e não no fundo. Seu objeto é o mesmo: é Deus, são as verdades eternas, os princípios divinos, é a ordem religiosa, política e civil, divinamente estabelecida e que se impõe aos homens com uma autoridade absoluta. Mas os teólogos (*muito mais consequentes, para mim, do que os metafísicos*) pretendem que os homens só podem se elevar ao conhecimento de Deus por via de uma revelação sobrenatural; enquanto que os metafísicos garantem que podem conceber Deus e todas as verdades eternas através, unicamente, do poder do pensamento, que é, como sempre repetem, a revelação ao mesmo tempo natural (!) e permanente de Deus no homem.

(Para nós, naturalmente, uns são tão absurdos quanto os outros, e preferimos até, em termos de absurdos, aqueles que o são francamente àqueles que se atribuem aparências de respeito pela razão humana.)

10) Desta oposição de forma originou-se a grande luta histórica da metafísica contra a teologia. Esta luta, que era, de um lado, legítima e benfazeja, não deixou, por outro lado, de ter consequências detestáveis. Serviu imensamente ao desenvolvimento do espírito humano, emancipando-o do jugo da fé cega, sob o qual os teólogos o queriam manter, e fazendo com que reconhecesse seu próprio poder e sua capacidade de elevar-se até as coisas divinas, condição da humana dignidade e da humana liberdade. Mas,

ao mesmo tempo, ela enfraqueceu, no homem, |253 uma qualidade preciosa: o respeito divino, o sentimento de piedade. O espírito humano deixou-se levar demais pela paixão da luta e pelos triunfos fáceis que havia obtido contra os defensores, sempre mais ou menos estúpidos, da fé cega e das formas obsoletas das instituições religiosas, até negar o próprio fundo da fé; principalmente, no século passado [o dezoito], ele levou o desencaminhamento até se proclamar materialista e ateu ao ponto de querer derrubar a Igreja, esquecendo, em sua orgulhosa loucura, que ao cometer a ousadia de negar o Ser divino ele proclamava sua própria queda, sua materialização completa, e que toda a sua grandeza, sua liberdade, sua potência, consistem, precisamente, na capacidade que lhe é inerente de elevar-se até Deus, o grande, o único objeto de todos os pensamentos imortais; esquecendo que esta Igreja que ele pretendia, loucamente, derrubar, e que deixa muito a desejar, sem dúvida, do ponto de vista de seus modos, de seus costumes, de suas formas, que não estão mais à altura do século, não deixa de ser uma instituição divina, fundada, assim como o Estado, por homens divinamente inspirados, e que hoje ela ainda é a única manifestação possível da Divindade para as *massas ignorantes* e, por isto mesmo, incapazes de elevar-se até Deus através do desenvolvimento espontâneo de sua inteligência, que ainda estava adormecida.

Esta aberração do espírito filosófico, por mais deploráveis que tenham sido seus efeitos, foi necessária, provavelmente, para completar sua educação histórica. Eis aí, sem dúvida, o porquê de Deus a ter suportado. Advertido pelas trágicas experiências do século passado, o espírito filosófico sabe agora que, ao |254 desencadear além da conta o princípio da negação e da crítica, ele caminha para o abismo e tende ao nada; que este princípio, perfeitamente legítimo, e até salutar, quando se aplica com moderação às formas passageiras e humanas das coisas divinas, torna-se pernicioso, nulo, impotente, ridículo, quando ataca a Deus. Ele sabe que há verdades eternas que estão acima de qualquer investigação e de qualquer demonstração, e que nem podem ser objeto de dúvida, porque, por um lado, são-nos reveladas pela consciência universal, pela crença unânime dos séculos, e por outro lado, encontram-se como *ideias inatas* na inteligência de qualquer homem, e são tão inerentes à nossa consciência que basta que nos aprofundemos em nós mesmos, em nosso ser íntimo, para que apareçam em nossa frente, em toda sua simplicidade e em todo seu esplendor. Estas verdades fundamentais, estes axiomas filosóficos são: a *existência de Deus*, a *imortalidade da alma*, o *livre-arbítrio*. Não se pode nem se deve mais querer contestar a realidade, pois, como Descartes demonstrou tão bem, esta realidade nos é dada, nos é imposta pelo próprio fato de que encontramos todas estas ideias na consciência que nosso pensamento tem de si mesmo. Tudo o que temos que fazer

é compreendê-las, é desenvolvê-las, coordenando-as em um sistema orgânico. Este é o único objeto da filosofia.

E este objeto acaba de ser completamente realizado pelo sistema do Sr. Victor Cousin. A partir de agora, o pensador adorará Deus em espírito, e poderá até dispensar-se de qualquer outro culto. Ele tem todo o direito de não ir à igreja, a |255 menos que ache útil ir para sua mulher, para suas filhas e *para as pessoas*. Mas ele, indo ou não indo, respeitará sempre a instituição e até o culto da Igreja, por mais ultrapassadas que as formas lhe possam parecer: primeiro, porque até estas formas e as falsas ideias que provocam, em parte, nas massas, provavelmente ainda são necessárias, no estado de ignorância em que o povo ainda se encontra, e porque atacá-las bruscamente seria correr o risco de abalar crenças que, na situação, em geral bastante infeliz, em que se encontra o povo, formam seu único consolo e a única entrave moral que o acorrenta. Ele deve, ainda, respeitá-las porque o Deus que a Igreja e o povo adoram, sob estas formas extravagantes, é o mesmo Deus frente ao qual ele inclina gravemente a cabeça majestosa do filósofo doutrinário.

Este pensamento consolador e tranquilizador foi muito bem expresso por um dos chefes mais ilustres da Igreja doutrinária, pelo Sr. Guizot em pessoa, o qual, numa brochura publicada em 1845 ou 1846, regozija-se muito que a divina verdade seja tão bem representada na França, sob suas formas mais diferentes: a Igreja Católica – diz ele nesta brochura, que eu não tenho à mão – nos dá esta sob a forma da autoridade; a Igreja Protestante, sob a forma do livre exame e da livre consciência; e a Universidade, sob aquela do pensamento puro. É preciso ser um homem muito religioso, não é, para ousar dizer e imprimir, sendo ao mesmo tempo um homem inteligente e sábio, besteiras tão grandes!

11) A luta que havia oposto os metafísicos |256 e os teólogos reproduziu-se necessariamente no mundo dos interesses materiais e da política. É a luta memorável da liberdade popular contra a autoridade do Estado. Esta autoridade, assim como aquela da Igreja no início da história, foi, naturalmente, despótica; e este despotismo foi salutar, já que, no início, os povos foram selvagens demais, grosseiros demais, imaturos demais para a liberdade – eles ainda o são tanto, ainda hoje! –, muito pouco capazes de dobrar livremente, como os Alemães fazem hoje, seus pescoços sob o domínio da lei divina, de sujeitar-se voluntariamente às condições eternas da ordem pública. Sendo o homem naturalmente preguiçoso, bem foi preciso que uma força maior o empurrasse para o trabalho. É assim que se explica e se legitima a instituição da escravatura na história; não enquanto instituição eterna, mas como uma medida transitória, ordenada pelo próprio Deus e tornada necessária pela barbárie e pela perversidade natural dos homens, como um meio de educação histórico.

Ao instituir a família fundada sobre a propriedade³⁶ e submetida à autoridade suprema do esposo e do pai, Deus tinha criado o germe do Estado. O primeiro governante foi necessariamente despótico e patriarcal. Mas, à medida que o número de famílias livres aumentava em uma |257 nação, os laços naturais que os tinham agrupado, bem no início, como uma só família, sob a direção patriarcal de um chefe único, se afrouxaram, e esta organização primitiva teve que ser substituída por uma organização mais estudada e mais complicada do Estado. Foi, no início da história, em todo lugar, a obra da teocracia. À medida que os homens, saindo do estado selvagem, chegavam à primeira consciência, naturalmente muito grosseira, da Divindade, uma casta de intermediários, mais ou menos inspirados, entre o céu e a terra, ia se formando. Foi em nome da Divindade que os sacerdotes dos primeiros cultos religiosos instituíram os primeiros Estados, as primeiras organizações políticas e jurídicas da sociedade. Fazendo abstração de diferenças secundárias, encontramos, em todos os Estados antigos, quatro castas: a casta dos sacerdotes, a dos nobres guerreiros, composta de todos os membros masculinos e, principalmente, dos chefes das famílias livres, estas duas primeiras castas constituindo propriamente a classe religiosa, política e jurídica, a aristocracia do Estado; depois, a massa mais ou menos desorganizada dos moradores, dos refugiados, dos clientes e dos escravos alforriados, pessoalmente livres, mas privados de direitos jurídicos, que só participam do culto nacional de uma maneira indireta, e que constituem, juntos, o elemento propriamente democrático, o povo; enfim, a massa dos escravos, que nem sequer eram considerados como homens, mas como coisas, e que ficaram nessa condição miserável até o advento do cristianismo.

Toda a história da antiguidade, que, desenrolando-se à medida que os progressos tanto intelectuais quanto materiais da civilização humana se desenvolviam e se apagavam ainda mais, sempre foi dirigida pela mão invisível de Deus – que não intervinha pessoalmente, sem dúvida, mas por meio de seus eleitos e inspirados: profetas, sacerdotes, grandes conquistadores, políticos, filósofos |258 e poetas – toda esta história nos apresenta uma luta incessante e fatal entre estas diferentes castas, e uma série de triunfos, obtidos inicialmente pela aristocracia contra a teocracia, e mais tarde pela democracia contra a aristocracia. Quando a democracia venceu definitivamente, incapaz de organizar o Estado, objetivo supremo de qualquer sociedade humana na terra, e, principalmente, organizar o Estado imenso que a conquista dos romanos havia fundado sobre as ruínas de todas as existências nacionais

36 NB: Os filósofos doutrinários, assim como os juristas e os economistas, sempre supõem que a propriedade é anterior ao Estado, mas é evidente que a ideia jurídica da propriedade, assim como o *direito* de família, a família jurídica, só puderam nascer historicamente no Estado, cujo primeiro ato, necessariamente, foi constituí-los.

separadas, e que abraçava quase todo o mundo conhecido pelos antigos, ela teve que ceder lugar à ditadura militar, imperial, dos Césares. Mas como a potência dos Césares era fundada sobre a destruição de todas as organizações nacionais e parciais da sociedade antiga, e representava, conseqüentemente, a dissolução do organismo social e a redução do Estado a uma existência de fato, unicamente apoiada numa concentração mecânica das forças materiais, o cesarismo viu-se fatalmente condenado pelo seu próprio princípio de se autodestruir; de modo que, quando os bárbaros, os flagelos divinos enviados pelo Céu para renovar a terra, chegaram, não acharam mais quase nada para destruir.

A antiguidade nos legou, no mundo espiritual: a primeira consciência da Divindade e a elaboração metafísica da ideia divina; um começo muito sério de ciências positivas; suas artes maravilhosas e sua poesia imortal; na ordem temporal: a instituição sublime do Estado, com o patriotismo, esta paixão e esta virtude do Estado; o direito jurídico, a escravidão, e imensas riquezas materiais, criadas pelo trabalho acumulado dos escravos, e um pouco dilapidadas, é verdade, pela má economia dos bárbaros, mas que, entretanto, reparadas, completadas |259 e acrescidas desde então pelo trabalho servil e regulamentado da Idade Média, serviram de base primeira à constituição das capitais modernas.

A grande ideia da humanidade permaneceu completamente desconhecida do mundo antigo. Vislumbrada vagamente por seus filósofos, era demasiado contrária a uma civilização fundada na escravatura e na organização exclusivamente nacional dos Estados, para poder ser admitida ali. Foi o Cristo que anunciou ao mundo e que foi, por isto mesmo, o emancipador dos escravos e o destruidor teórico da antiga sociedade³⁷.

37 NB: Os idealistas, todos aqueles que creem na imaterialidade e na imortalidade da alma humana, devem ficar excessivamente confusos com a diferença que existe entre as inteligências das raças, dos povos e dos indivíduos. A menos que suponham que as parcelas divinas foram desigualmente distribuídas, como explicam esta diferença? Há, infelizmente, um número demasiado considerável de homens completamente estúpidos, burros até a idiotia. Teriam eles recebido, na divisão, uma parcela ao mesmo tempo divina e estúpida? Para sair deste embaraço, os idealistas devem, necessariamente, supor que todas as almas humanas são iguais, mas que as prisões em que estão enclausuradas – os corpos humanos -, são desiguais, umas mais capazes do que as outras de servir de órgão à intelectualidade pura da alma. Tal alma teria, desta forma, à sua disposição, órgãos muito finos, uma outra, órgãos muito grosseiros. Mas estas são distinções das quais o idealismo não tem direito de se servir, das quais não pode se servir sem cair ele próprio na inconseqüência e no materialismo mais grosseiro. Pois, frente à absoluta imaterialidade da alma, todas as diferenças corporais desaparecem, e tudo o que é corporal, material, deve aparecer como grosseiro de modo indiferente, |227 igual e absoluto. O abismo que separa a

Se já houve algum homem diretamente inspirado por Deus, foi ele. Se há uma religião absoluta, é a dele. Suprimindo dos Evangelhos algumas incoerências monstruosas que, obviamente, foram introduzidas, ou pela burrice dos copistas, ou pela ignorância dos discípulos, encontramos, numa forma popular, toda a verdade divina: Deus, espírito puro, Pai eterno, criador, mestre supremo, Providência e Justiça do mundo; seu Filho único, o homem eleito, o homem que, inspirando-se de seu Santo Espírito, salva o mundo; e este Espírito divino, finalmente revelado, manifesto e mostrando a todos os homens a via da bem-aventurança eterna. Eis a divina Trindade. Ao seu lado, o homem, dotado de uma alma imortal, livre e, conseqüentemente, responsável, chamado a um aperfeiçoamento infinito. Enfim, a fraternidade de todos os homens *no céu*, e sua igualdade (*ou seja, sua igual nulidade*) perante Deus, são altamente proclamadas. Seria preciso ser muito difícil para pedir mais.

Mais tarde, estas verdades foram, sem dúvida, infelizmente, travestidas e desnaturadas, tanto pela ignorância e pela burrice quanto pelo zelo indiscreto e, por vezes demais, |260 até apaixonadamente interessado, dos teólogos, ao ponto de quase não conseguirmos reconhecê-los quando lemos certos tratados de teologia. Mas a verdadeira filosofia tem, precisamente, como missão especial, soltá-las desta liga humana e impura, e de restabelecê-las em toda a sua simplicidade primitiva, ao mesmo tempo racional e divina³⁸.

alma do corpo, a absoluta imaterialidade da materialidade absoluta, é infinito; conseqüentemente, todas as diferenças, inexplicáveis, aliás, e logicamente impossíveis, que possam existir do outro lado do abismo, na matéria, devem ser, para a alma, rigorosamente nulas e não podem, não devem exercer sobre ela nenhuma influência. Numa palavra, o absolutamente imaterial não pode ser contido, aprisionado, e ainda menos expresso, em nenhum grau, pelo absolutamente material. De todas as imaginações grosseiras, e materialistas no sentido atribuído a esta palavra pelos idealistas, ou seja, brutais, que foram engendradas pela ignorância e pela estupidez primitiva dos homens, aquela de uma alma imaterial aprisionada num corpo material é certamente a mais grosseira, a mais crassa; e nada prova melhor a onipotência exercida, até mesmo sobre os melhores espíritos, por preconceitos antigos, do que o fato deplorável de homens dotados de uma alta inteligência poderem falar dela até hoje.

38 NG: O absurdo gritante e revoltante de todos os metafísicos constitui-se precisamente do fato que eles sempre colocam estas duas palavras, *racional e divino*, juntas, como se não se destruíssem mutuamente. Os teólogos são, realmente, mais conscienciosos e muito mais conseqüentes e profundos que eles. Estes sabem, e ousam dizer altamente, que, para que Deus seja um Ser real e sério, é absolutamente necessário que esteja acima da razão humana, a única que conhecemos e da qual temos direito de falar, e acima de tudo o que chamamos de leis naturais. Pois, se ele fosse apenas esta razão e estas leis, seria apenas uma vã denominação nova para esta razão e para estas leis: ou seja, uma besteira ou uma hipocrisia, e, na maioria das vezes, uma coisa e outra ao mesmo tempo. Não serve para nada dizer que a ra-

zão do homem é a mesma que a de Deus, só que, limitada no homem, em Deus ela é absoluta. Se a razão divina é absoluta e a nossa, limitada, a de Deus está necessariamente acima da nossa, o que só pode significar o seguinte: a razão divina contém uma infinidade de coisas que nossa pobre razão humana é incapaz de apreender, de abraçar e ainda menos de entender, *já que estas coisas estão em contradição com a lógica humana*, porque, se não lhes fossem contrárias, nada nos impediria de compreendê-las, mas então a razão divina não seria superior à razão humana. Poderíamos observar que esta diferença e uma superioridade relativa existem até entre os homens, uns conseguindo compreender coisas que os outros são incapazes de perceber, sem que resulte daí que a razão de que uns são dotados seja diferente daquela que é concedida aos outros. Resulta disto, apenas, que ela é menos desenvolvida em uns, e muito mais desenvolvida, ou pela instrução, ou até por uma disposição natural, nos outros. Não diremos, entretanto, que as coisas que os mais inteligentes entendem sejam contrárias à razão dos menos inteligentes. Por que, então, se revoltar com a ideia de um Ser cuja razão houvesse eternamente cumprido seu desenvolvimento absoluto? Respondo: primeiro, porque estas duas ideias de eternamente cumprido e de desenvolvimento se excluem; e, principalmente, porque a relação da inteligência eternamente absoluta de Deus com a razão eternamente limitada do homem é muito diferente daquela de uma inteligência humana mais desenvolvida, mas, ainda assim, limitada, com uma inteligência menos desenvolvida e, conseqüentemente, ainda mais limitada. Aqui há apenas uma diferença completamente relativa, uma diferença de quantidade, de mais ou menos, que não destrói, de forma alguma, a identidade. A inteligência humana inferior, desenvolvendo-se mais, pode e deve chegar à altura da inteligência humana superior. A distância que separa uma da outra pode ser, pode nos parecer, muito grande, mas, sendo limitada, ela pode ser diminuída e, por fim, desaparecer. Não é assim entre o homem e Deus; eles são separados por abismo infinito. Diante do absoluto, diante da grandeza infinita, todas as diferenças entre grandezas limitadas desaparecem e se anulam; aquilo que é relativamente maior torna-se tão pequeno quanto o infinitamente pequeno. Comparado com Deus, o maior gênio humano é tão burro quanto o idiota. Assim, a diferença que existe entre a razão de Deus e a razão do homem não é uma diferença de quantidade, é uma diferença de qualidade. A razão divina é qualitativamente outra em relação à humana, e, sendo-lhe infinitamente superior, e impondo-se a ela como uma lei, ela a anula, ela a esmaga. Então, os teólogos tem mil vezes razão contra todos os metafísicos juntos, quando dizem que, uma vez admitida a existência de Deus, é preciso proclamar altamente a decadência da razão humana, e que aquilo que é loucura para os maiores gênios humanos é, por isto mesmo, sabedoria diante de Deus:

Credo quia absurdum.

Quem não tem coragem de pronunciar estas palavras tão sábias, tão enérgicas, tão lógicas de Tertuliano, deve renunciar a falar de Deus.

O Deus dos teólogos é um Ser maléfico, inimigo da humanidade, como dizia nosso amigo, o finado Proudhon. Mas é um Ser sério. Enquanto isso, o Deus sem carne e sem osso, sem natureza, sem vontade, sem ação, e, principalmente, sem um grão

A revelação cristã serviu de base a uma civilização nova. Recomeçando do começo, esta tomou como base e como ponto de partida a organização de uma nova teocracia, o reino absoluto da Igreja. Era fatal. A Igreja, sendo a encarnação visível da divina verdade e da divina vontade, devia necessariamente governar o mundo. Também encontramos, neste novo mundo cristão, quatro classes que correspondem às castas da antiguidade, mas que nos aparecem, entretanto, modificadas pelo espírito novo: a classe dos sacerdotes, não hereditária, desta vez, mas sendo recrutada indiferentemente em todas as classes; a classe hereditária dos senhores feudais, os guerreiros; a da burguesia das cidades, correspondendo ao povo livre da antiguidade; e, enfim, a classe dos servos, os camponeses taxáveis e exploráveis a gosto³⁹, substituindo os escravos, com a diferença enorme que não são mais considerados como coisas, mas como seres humanos dotados de uma alma imortal, o que não impede os senhores de tratá-los como se não tivessem | 261 alma nenhuma.

Além disso, encontramos na sociedade cristã um fato novo: a separação, a partir de então, inevitável, da Igreja e do Estado. Esta separação foi consequência natural do princípio internacional, universalmente humano (*inumano, mas divino*), do cristianismo. Enquanto os cultos e os deuses eram exclusivamente nacionais, podiam, deviam até fundir-se com os Estados nacionais. Mas a partir do momento em que a Igreja tomou este caráter da universalidade, sendo materialmente impossível a realização do Estado universal (*apesar de que não deveria haver nada de impossível para Deus!*), foi mesmo preciso que a Igreja aguentasse a existência e a organização dos Estados nacionais fora dela, submetidos, naturalmente, à sua direção suprema, e só tendo direito de existir | 262 quando sancionados por ela, mas tendo, mesmo assim, uma existência separada da sua. Daí a luta historicamente necessária entre duas instituições igualmente divinas, entre a Igreja e o Estado; a Igreja, só querendo reconhecer algum direito | 263 ao Estado na medida em que este se inclinava perante a supremacia da Igreja, e o Estado proclamando, ao contrário, que, instituído pelo próprio Deus, assim como a Igreja, deveria depender apenas de Deus.

de lógica, dos metafísicos, é a sombra de uma sombra, um fantasma que parece ser ressuscitado expressamente pelos idealistas modernos para cobrir, de um véu complacente, as torpezas do materialismo burguês e a pobreza desesperadora de seu próprio pensamento.

Nada denota tanto a impotência, a hipocrisia e a covardia da inteligência moderna da burguesia quanto o fato dela ter adotado com uma unanimidade tão tocante este Deus da metafísica.

39 NT: “taillables et corvéables à merci”, expressão idiomática que faz referência à “taille” e à “corvée”, respectivamente um imposto que o servo pagava ao senhor, e dias de trabalho gratuito, também devidos ao senhor feudal.

|264 Nesta luta dos Estados contra a Igreja, a concentração da potência do Estado, representada pela realeza, apoiava-se principalmente nas massas populares mais ou menos avassaladas pelos senhores feudais, nos servos dos campos, em parte, mas principalmente no povo das cidades, na burguesia nascente e nas corporações operárias; enquanto a Igreja encontrava aliados muito interessados nos senhores feudais, inimigos naturais do poder centralizador da realeza e partidários da dissolução da unidade nacional, da dissolução do Estado. Desta tripla luta, religiosa, política e social ao mesmo tempo, nasceu o protestantismo.

O triunfo do protestantismo teve como consequência não somente a separação entre Igreja e Estado, mas ainda, em muitos países, até países católicos, a absorção real da Igreja no Estado, e, conseqüentemente, a formação dos Estados monárquicos absolutos, o nascimento do despotismo moderno. Tal foi o caráter que tomaram, a partir da segunda metade do século dezesseis, todas as monarquias, no continente da Europa.

À medida que o poder separado da Igreja e a independência feudal dos senhores se absorveram no direito supremo do Estado moderno, a servidão, tanto coletiva quanto individual, das classes populares, burguesia, corporações operárias e camponeses incluídos, deveu, necessariamente, desaparecer também, dando lugar, progressivamente, ao estabelecimento da liberdade civil de todos os cidadãos, ou melhor, de todos os súditos do Estado (*o que quer dizer |265 que o despotismo mais potente, mas não mais brutal, e, conseqüentemente, mais sistematicamente esmagador, do Estado, sucede àquele dos senhores e da Igreja*).

A Igreja e a nobreza feudal, ao se absorverem no Estado, tornaram-se seus dois corpos privilegiados. A Igreja tendeu a transformar-se cada vez mais em um instrumento precioso de governo, não mais contra os Estados, mas no próprio seio dos Estados e em proveito exclusivo destes. Ela recebeu do Estado, a partir daí, a importante missão de dirigir as consciências, de elevar os espíritos e de policiar as almas, menos, então, pela glória de Deus do que pelo bem do Estado. A nobreza, depois de ter perdido sua independência política, tornou-se cortesã da monarquia, e, favorecida por esta, apoderou-se do monopólio do serviço do Estado, conhecendo, a partir daí, uma única lei, que é o bem-estar do monarca. Igreja e aristocracia oprimiram os povos, desde então, não em seu próprio nome, mas em nome do Estado e através da onipotência deste⁴⁰.

40 NB: É precisamente nesta situação que a Igreja e a nobreza da Alemanha se encontram ainda hoje. Também estão errados os que falam da Alemanha como um país feudal, e os que falam dela como um Estado moderno: ela não é nem feudal, nem totalmente moderna. Ela não é mais feudal, já que a nobreza perdeu há tem-

pos qualquer potência separada do Estado, e até mesmo a lembrança de sua antiga independência política. Os últimos vestígios do feudalismo, representados pelos numerosos soberanos da Alemanha, membros da defunta Confederação Germânica, vão desaparecer logo. A Prússia tornou-se muito poderosa, e ela tem um bom apetite. O pobre rei de Hannover lhe serviu apenas de almoço, todos os outros juntos vão lhe fornecer o jantar. Quanto à nobreza alemã, não pede mais do que ser servida e servir. Vendo-a em ação, pensaríamos que nunca teve outro ofício. Lacaio de casa grande, de casa principesca, se quiser, eis sua natureza. Ela tem a subordinação, o zelo, a arrogância e a paixão dele. Em troca destas disposições admiráveis, ela administra e governa toda a Alemanha. Pegue o almanaque de Gotha, e veja, no meio desta multidão inumerável de funcionários públicos militares e civis que fazem a potência e a honra da Alemanha, quantos burgueses há? No máximo um a cada vinte ou a cada trinta. Assim, se o Estado moderno significa um Estado governado pelos burgueses, a Alemanha não é moderna. Do ponto de vista do governo, ainda está no século dezoito ou dezessete. Ela só é moderna do ponto de vista econômico: deste ponto de vista, na Alemanha e em qualquer lugar, o que domina é o capital burguês. A nobreza alemã não representa mais um sistema econômico distinto daquele da burguesia. Suas relações feudais com a terra e com os trabalhadores da terra, fortemente abaladas pelas reformas memoráveis do barão de Stein, na Prússia, foram, em sua maioria, levadas pelas agitações políticas de 1830 e pela tormenta revolucionária de 1848, principalmente. Só no Mecklemburg, eu acho, é que se conservaram, a menos que se queira levar em conta alguns morgados que se mantêm ainda em algumas grandes famílias principescas, e que não podem deixar de desaparecer em breve, diante da onipotência invasora do capital burguês. Contra esta onipotência, nem o conde de Bismarck com toda a sua habilidade satânica, nem o general Moltke com toda a sua ciência estratégica, nem mesmo o imperador-bicho-papão deles com seu exército cavaleiresco, saberiam prevalecer, nem mesmo lutar. A política que eles farão será, certamente, favorável ao desenvolvimento dos interesses burgueses e da economia moderna. Porém, esta política será feita não pelos burgueses, mas quase exclusivamente pelos nobres. Parafraseando uma expressão famosa, podemos caracterizar esta política assim:

Tudo *para* os burgueses, nada *por* eles.

Pois não devemos nos deixar induzir em erro por todos estes parlamentos alemães, tanto particulares quanto federais, onde os burgueses são chamados a votar. É preciso ter a pedante ingenuidade dos burgueses alemães para levar a sério estas brincadeiras de criança. São tantas academias onde os deixam tagarelar, desde que votem o que lhes for mandado votar; e eles nunca deixam de votar como se quer. Mas quando decidem bancar os recalcitrantes, então caçoam deles, como o conde de Bismarck fez durante tantos anos seguidos com o parlamento da Prússia. Insultar o burguês é um prazer que um junker(*) prussiano nunca recusa. Assim, para resumir, tal é a situação atual da Alemanha: é o Estado absoluto, despótico, tal qual ele se formou depois da guerra de Trinta Anos, servindo-se, para oprimir as massas, quase exclusivamente da nobreza e do clero, e, continuando a fazer chacota dos burgueses, a maltratá-los, a insultá-los, mas realizando, não obstante, os negócios destes. É por isto que os burgueses alemães, que são, aliás, aguerridos aos insultos,

Ao lado desta opressão política das classes |266 inferiores, havia outro jugo que recaía pesadamente sobre o desenvolvimento de sua prosperidade material. O Estado tinha liberado os indivíduos e as comunidades da dependência senhorial, mas não tinha |267 emancipado o trabalho popular duplamente subjugado: no campo, pelos privilégios que ainda continuavam ligados à propriedade, assim como pelas servidões impostas aos cultivadores da terra; e nas cidades, pela organização corporativa dos ofícios: |268 privilégios, servidões e organização que, datando da Idade Média, entravavam a emancipação definitiva da classe burguesa.

A burguesia suportou este duplo jugo, político e econômico, com uma crescente impaciência. Ela tinha se tornado rica e inteligente, muito mais rica e muito mais inteligente que a nobreza que a governava e que a desprezava. Com a força destas duas vantagens, e apoiada pelo povo, a burguesia sentia-se chamada a tornar-se tudo, e ainda não era nada. Daí a Revolução.

Esta Revolução foi preparada por esta grande literatura do século dezoito, em meio à qual o protesto filosófico, o protesto político e o protesto econômico, unindo-se numa reclamação comum, poderosa, imperiosa, enunciada ousadamente em nome do espírito humano, criaram a opinião pública revolucionária, um instrumento de destruição muito mais formidável que os *chassepots*, os fuzis de agulha e os canhões aperfeiçoados de hoje. A esta nova potência nada pôde resistir. A Revolução se fez, engolindo, ao mesmo tempo, privilégios nobiliárquicos, altares e tronos.

12) Esta união tão íntima das reclamações práticas com o movimento teórico dos espíritos no século dezoito estabeleceu uma diferença enorme entre as tendências revolucionárias desta época e aquelas da Inglaterra no século dezessete. Contribuiu muito, sem dúvida, para alargar a potência da Revolução, imprimindo-lhe um caráter internacional, universal. Mas, ao mesmo tempo, teve como consequência levar o movimento político da Revolução nos erros que a teoria não tinha conseguido evitar. Assim como a negação filosófica tinha se perdido ao atacar a Deus e ao proclamar-se materialista e atea, |269 da mesma forma a negação política e social, desencaminhada pela própria paixão destrutiva, atacou as bases essenciais e primeiras de qualquer sociedade, o Estado, a família e a propriedade, ousando proclamar-se altamente anarquista e socialista: veja-se os hebertistas e Babeuf, e mais tarde Proudhon e todo o partido dos socialistas revolucionários. A revolução se matou com suas próprias mãos e, novamente, o triunfo da democracia descontrolada e desordenada levou, necessariamente, ao da ditadura militar.

Esta ditadura não pôde ser de longa duração, já que a sociedade não estava desorganizada nem morta como esteve na época do estabelecimento

vão se abster de se revoltar algum dia contra ele. (*)NT: Título nobiliárquico.

do império dos Césares. As emoções violentas de 1789 e de 1793 apenas a cansaram e exauriram momentaneamente, mas não a anularam. Privada de qualquer iniciativa sob o despotismo igualitário e glorioso de Napoleão I, a burguesia aproveitou deste recesso forçado para se recolher e desenvolver mais, em espírito, os germes fecundos de liberdade que o movimento do século precedente tinha depositado em seu seio. Advertida pelas experiências cruéis de uma revolução abortada, ela renunciou aos princípios exagerados de 1793, e, voltando àqueles de 1789, que foram a expressão fiel e verdadeira das vozes populares, e não de uma seita, de um partido, os quais continham, efetivamente, todas as condições de uma liberdade comportada, razoável, prática (*ou seja, exclusivamente burguesa, toda em benefício da burguesia e em detrimento do povo, já que esta palavra, “prática”, na boca dos burgueses nunca significa outra coisa*), ela deixou-as ainda mais práticas ao eliminar tudo o que a filosofia do século dezoito tinha introduzido de vago demais (*ou seja, democrático demais, popular demais e humanamente largo demais*), e ao |270 modificá-las (*ou seja, diminuí-las*) segundo as necessidades e as condições novas da época. Desta forma ela criou definitivamente a *teoria do direito constitucional*, da qual Montesquieu, Necker, Mirabeau, Mounier, Duport, Barnave e tantos outros tinham sido os primeiros apóstolos, e da qual Madame de Staël e Benjamin Constant se tornaram, sob o Império, os propagadores novos.

Quando a monarquia legítima, trazida de volta para a França pela queda de Napoleão, quis restaurar o antigo regime, encontrou a oposição ao mesmo tempo racional e potente da classe burguesa, que, já sabendo então o que queria, e com a força de sua própria moderação, defendeu contra ela, passo a passo, as conquistas imortais e legítimas da Revolução, a independência da sociedade civil contra as pretensões esquisitas de uma Igreja que tinha caído novamente nas mãos dos Jesuítas; a manutenção da abolição de todos os privilégios nobiliárquicos; a igualdade de todos perante a lei; enfim, o direito do povo a não ser obrigado, sem seu consentimento, a participar do governo e da legislação do país e a controlar os atos do poder por meio de uma representação regular, originada no voto livre⁴¹ de todos os cidadãos ativos, ou seja, de posses e esclarecidos, do país. A monarquia legítima não quis aceitar francamente estas condições essenciais do direito novo e caiu.

13) A monarquia de Julho realizou, enfim, em toda a sua plenitude, o verdadeiro sistema da liberdade moderna. Sem dúvida, há imperfeições; mas são imperfeições naturalmente ligadas a todas as instituições humanas. As que se encontra no sistema constitucional de Julho devem ser atribuídas principalmente à insuficiência das luzes e da prática da liberdade, não so-

41 NT: Parece haver um erro de digitação no original “libre voie” (livre via/ via livre), sugerindo-se a correção “libre vote” (voto livre).

mente nas massas, mas na própria burguesia, e talvez também, em parte, à insuficiência política dos homens que tomaram o poder |271 em suas mãos. Estas imperfeições são, portanto, transitórias; elas devem cair sob a influência de uma civilização progressiva. Mas o sistema em si é perfeito: ele dá uma solução prática a todas as questões, a todas as aspirações legítimas, a todas as necessidades reais da humana sociedade.

Ele se inclina, antes de tudo, perante Deus, causa de toda existência, fonte de toda verdade, e inspirador invisível dos bons pensamentos; mas, ao mesmo tempo em que o primeiro adora o segundo em espírito, não quer permitir que os representantes infieis e fanáticos de sua autoridade imutável oprimam e maltratem o mundo em seu nome. Ele abre, através da filosofia oficialmente ensinada em todas as escolas do Estado, a todos os indivíduos inteligentes e de boa vontade, o meio de elevar seus espíritos e seus corações até a compreensão das verdades eternas, sem precisar mais recorrer à intervenção dos padres. Os professores patenteados do Estado tomam o lugar dos padres, e a Universidade torna-se, de certa forma, a Igreja do público esclarecido. Mas o sistema professa um respeito esclarecido por todas as Igrejas tradicionalmente estabelecidas ao mesmo tempo, reconhecendo-as como úteis e até indispensáveis, por causa da ignorância das massas populares. Respeitando a liberdade das consciências, o sistema protege igualmente todos os cultos antigos, à condição, entretanto, que seus princípios, sua moral e sua prática não estejam em contradição com os princípios, a moral e a prática do Estado.

O sistema reconhece como base e como condição absoluta da liberdade, da dignidade e da moralidade humanas a doutrina do *livre-arbítrio*, ou seja, da absoluta espontaneidade das determinações da vontade individual, e da responsabilidade de cada um por seus atos; daí provém, para a sociedade, o direito e o dever de punir.

O sistema reconhece a *propriedade individual e hereditária* e a *família* como as bases e as condições reais da liberdade, da dignidade e da moralidade dos |272 homens. Ele respeita este direito de propriedade em cada um, sem colocar-lhe outros limites além do direito legal dos outros, nem outras restrições além daquelas que são ditadas pelas considerações da utilidade pública, representada pelo Estado; mas ela só se torna um direito jurídico na medida em que é sancionada e garantida, enquanto tal, pelo Estado. É justo, pois, que o Estado, emprestando ao proprietário a assistência de todos, lhe imponha condições que são comandadas pelo interesse de todos. Mas estas restrições ou condições devem ser de tal natureza que, enquanto modificam na medida do absolutamente necessário, e não mais que isso, o direito do proprietário, nas formas e manifestações diferentes, elas nunca podem afetar o fundo. Pois o Estado não é a negação, muito pelo contrário, é a consagração e a

organização jurídica de todos os direitos naturais; daí que se ele os atacasse em sua essência, em seu fundo, iria destruir a si mesmo. *(Ele sempre garante o que ele encontra: a uns, sua respectiva riqueza, aos outros, sua respectiva pobreza; a uns a liberdade fundada sobre a propriedade, aos outros a escravidão, consequência fatal de sua miséria; e força os miseráveis a trabalhar sempre e a serem mortos, se preciso, para aumentar e proteger esta riqueza dos ricos, que é a causa da miséria e da escravidão dos miseráveis. Esta é a verdadeira natureza e a verdadeira missão do Estado.)*

É da mesma forma com a família, aliás, tão indissolúvelmente ligada, tanto por seu princípio quanto de fato, ao princípio e ao fato da propriedade individual e hereditária. A autoridade do marido e do pai constitui um direito natural. A sociedade, representada pelo Estado, consagra-o juridicamente. Mas ao mesmo tempo, coloca certos limites ao poder natural de um e outro, para defender um outro direito natural, o da |273 liberdade⁴² individual dos membros subordinados da família, ou seja, da mãe e das crianças. E é precisamente ao impor-lhe estes limites que ela o consagra, o converte em direito jurídico e dá força de lei à autoridade marital e paterna. O sistema considera a família jurídica, fundada sobre esta dupla autoridade e sobre a propriedade juridicamente hereditária, como base essencial de toda moral, de toda civilização humana, do Estado.

Ele considera o Estado como uma instituição divina, no sentido que foi fundado e desenvolvido sucessivamente, desde o começo da história, pela razão divina, objetiva, que é inerente à humanidade, considerada como um todo, e cujos indivíduos históricos que contribuíram à sua fundação, ou então ao seu desenvolvimento, foram apenas intérpretes divinamente inspirados. Ele considera o Estado como a forma inevitável, permanente, única, absoluta, da existência coletiva dos homens, quer dizer, da sociedade; como condição suprema de toda civilização, de todo progresso humano, da justiça, da liberdade, da comum prosperidade; numa palavra, como a única realização possível da humanidade. *(Porém, é evidente, como demonstrarei mais tarde, que o Estado é a negação flagrante de humanidade.)*

Representante da razão pública, do bem público, e do direito de todo o mundo, órgão supremo do desenvolvimento coletivo, tanto material quanto intelectual e moral, da sociedade, o Estado deve estar armado, face a todos os indivíduos, de uma grande autoridade e de um formidável poderio. Mas resulta do próprio princípio do Estado que esta autoridade, esta potência,

42 NG: No verso do folheto 273, Bakunin escreveu estas linhas (em 18 de março de 1871), e me enviou este folheto e os doze folhetos seguintes: “13 páginas, 273-285 inclusive. Viajo amanhã para Florença, volto em dez dias. Endereça as tuas cartas sempre para Locarno. – Quando você vai? Espero notícias suas. Um abraço para Schwitz. – Seu amigo, M. B”.

não conseguiriam tender à destruição |274 do direito natural dos homens sem destruir seu objeto e sua base. Se o Estado modifica e limita, em parte, a liberdade natural de cada indivíduo, é apenas para reforçá-la mais, através da garantia desta potência coletiva, da qual ele é o único representante legítimo; é apenas para consagrá-la, para civilizá-la e para convertê-la, resumindo, em liberdade jurídica, a liberdade natural sendo a liberdade dos selvagens, e só a liberdade jurídica sendo digna dos homens civilizados. Assim, o Estado é, de certa forma, a Igreja da civilização moderna, e os advogados são os seus padres. Daí resulta, evidentemente, que o melhor governo é o dos advogados.

Na liberdade política e jurídica, cuja organização constitui propriamente o objetivo do Estado, os dois princípios fundamentais de qualquer sociedade humana se casam, princípios que parecem absolutamente opostos, a ponto de se excluírem, e que, entretanto, são tão inseparáveis um do outro que um não saberia existir sem o outro: o princípio da autoridade e o da *liberdade*. (*Sim, eles casam tão bem no Estado que o primeiro sempre destrói o segundo, e que, onde ele o deixa subsistir em benefício de uma minoria qualquer, não é mais enquanto liberdade, mas enquanto privilégio. O Estado converte, pois, aquilo que se convencionou chamar de liberdade natural dos homens em escravidão para todos e privilégio para alguns*).

Desde o início da história, durante uma longa sequência de séculos, foi o princípio de autoridade que dominou quase que exclusivamente, de maneira que o princípio da liberdade, durante muito tempo, só teve a revolta como meio de se produzir, e esta revolta foi levada, no fim do século dezoito, até à negação completa do princípio de autoridade, o que teve como consequência, como sabemos, a ressurreição deste último, sua dominação novamente exclusiva, sob o Império, e mais moderada sob a monarquia legítima restaurada, até que foi vencido |275 de novo por uma última revolta do princípio da liberdade. Mas, desta vez, a liberdade, ela mesma tendo-se tornado mais moderada e mais comportada (*ou seja, burguesa, e exclusivamente burguesa*) não tentou mais a destruição impossível da autoridade salutar e tão necessária do Estado; aliou-se com ele, ao contrário, para fundar a monarquia de Julho, a Carta-verdade⁴³.

O Estado, enquanto instituição divina, é pela graça de Deus. Mas a monarquia não o é. O grande erro da Restauração foi precisamente querer identificar, de maneira absoluta, a forma monárquica e a pessoa do monarca com o Estado.

A monarquia de Julho foi uma instituição não divina, mas utilitária, preferida à República porque foi achada mais conforme aos costumes da Fran-

43 NG: Alusão à expressão de Luís Filipe em seu advento: “La Charte sera désormais une vérité” (“A carta será, a partir de agora, uma verdade”).

ça e porque se tornou necessária, principalmente pela grande ignorância do povo francês. Da mesma forma, o mais belo título de glória de que o rei saído da revolução de 1830, Luís Filipe, pôde se orgulhar, foi o de *A melhor das Repúblicas*, título mais ou menos equivalente ao de *Rei burguês*, dado mais tarde ao rei Vítor Emanuel na Itália.

O direito divino, o direito coletivo, reside, pois, unicamente no Estado, seja qual for sua forma, monárquica ou republicana. Cada um de seus dois princípios constitutivos, o da autoridade e o da liberdade, tendo uma organização separada, e completando-se mutuamente, formam, no Estado, um todo orgânico.

A autoridade e a potência do Estado, potência tão necessária, seja para a manutenção do direito e da ordem pública no interior, seja para a defesa do país contra os inimigos exteriores, são representados por “esta magnífica centralização” (*Próprias palavras do Sr. Thiers, colocadas em ação hoje pelo Sr. Gambetta; exprimem a íntima convicção, para não dizer o culto, de todos os liberais doutrinários, autoritários, a |276 imensa maioria dos republicanos da França*), por esta esplêndida máquina política, militar, administrativa, judiciária, financeira, policial, universitária e até religiosa do Estado, burocraticamente organizada, fundada pela Revolução sobre as ruínas do antigo particularismo das províncias, e constituem toda a força do poder moderno.

A liberdade política é representada no Estado por um corpo legislativo, originado na livre eleição do país e regularmente convocado. Este corpo não somente tem como missão regular as despesas e participar, enquanto único representante legítimo da soberania nacional, da legislação, mas também exerce, em nome desta própria soberania, um controle permanente sobre todos os atos do poder, e uma influência geral, positiva, em todos os negócios e transações, tanto interiores quanto exteriores, do país. Os diversos modos de organização deste direito dependem muito menos do princípio que de uma quantidade de circunstâncias locais e passageiras, dos costumes, do grau de instrução, das condições e dos hábitos políticos de um país. Logicamente falando, num país unitário e centralizado, como a França, por exemplo, só deveria haver uma Câmara. Uma primeira Câmara ou Câmara alta só tem razão de ser num país em que a aristocracia nobiliárquica ainda constitui uma classe jurídica e socialmente separada, como na Inglaterra, ou então nos países como os Estados Unidos e a Suíça, nos quais as províncias (os cantões, os estados) conservaram uma existência autônoma no próprio seio da unidade política; mas não num país como a França, onde todos os cidadãos são proclamados iguais frente ao direito comum, e onde todas as autonomias provinciais se dissolveram numa centralização que não admite nenhuma sombra de independência e de diferença, nem coletivas nem individuais. A criação de uma Câmara dos pares, |277 nomeados pelo rei em caráter vitalício, explica-

se apenas, na constituição de 1830, como uma medida de prudência que a nação acreditou que devia tomar contra si própria, como um tipo de entrave que colocou, sabiamente, aos seu temperamento por demais revolucionário. *(Daí resulta sempre que esta Câmara alta, -Câmara dos pares, Senado,- não tendo nenhuma razão orgânica de existência, nenhuma raiz no país, o qual ela não representa de forma alguma; não tendo, conseqüentemente, nenhuma potência, nem material, nem moral, que lhe seja própria, sempre existe apenas porque o poder executivo quer, e somente como uma sucursal deste último. É um instrumento muito útil para paralisar, para anular frequentemente o poder da Câmara propriamente popular, a assim chamada representação da liberdade nacional; para fazer despotismo com formas constitucionais, como vimos acontecer na Prússia e como veremos ainda acontecer durante muito tempo na Alemanha. Mas ela só pode fazer este favor ao poder na medida em que este é forte por si próprio: ela não acrescenta nada à sua força, já que ela própria só é forte através do poder, como a burocracia. Assim, toda vez que estoura uma revolução, ela desmaia como uma sombra.)*

É a mesma coisa para esta outra questão tão importante do sufrágio restrito ou do sufrágio universal. Logicamente, poderíamos reivindicar o direito de eleição para todos os cidadãos maiores de idade, e não há dúvida que, quanto mais a instrução e o bem-estar se difundirem entre massas (*o que, felizmente para os exploradores, nunca poderá acontecer enquanto durar o governo das classes privilegiadas, ou, em geral, enquanto existirem os Estados*), mais este direito deverá se difundir também. Mas nas questões práticas, e principalmente naquelas que têm por objeto o bom governo e a prosperidade de um país, as considerações do direito formal devem ceder o passo àquelas do interesse público.

| 278 É evidente que as massas ignorantes sofrem demasiado facilmente a influência perniciosa dos charlatães (*Vide a influência dos padres e dos grandes proprietários no campo, e a dos advogados e dos funcionários públicos do Estado nas cidades*). Elas não têm nenhum meio material de conhecer o caráter, os verdadeiros pensamentos e as reais intenções dos indivíduos (*dos políticos de todas as cores*) que se auto-recomendam ao seu sufrágio; o pensamento e a vontade das massas são quase sempre o pensamento e a vontade daqueles que encontram algum interesse em inspirá-los, de uma maneira ou de outra⁴⁴. Por outro

44 NB: Confesso que partilho desta opinião dos liberais doutrinários, que é também a de muitos republicanos moderados. Apenas tiro conclusões diametralmente opostas àquelas que deduzem uns e outros. Concluo pela necessidade da abolição do Estado, como de uma instituição necessariamente opressiva para o povo, ao mesmo tempo em que ela se dá o sufrágio universal como base, esta claro, para mim, que o sufrágio universal, tão preconizado pelo Sr. Gambetta – o que não é sem razão, já que o Sr. Gambetta é o último representante inspirado e crente da política advocatícia e burguesa -, que o sufrágio universal, eu afirmo, é a exibição ao

lado, o proletariado, que constitui, entretanto, uma grande parte da população, não possuindo nada, não tendo absolutamente nada a perder, não tem nenhum interesse na conservação da ordem pública, e, conseqüentemente, não saberiam ser bons deputados. Ele prefere sempre os demagogos aos homens da conservação. Para ser eficaz e séria, a representação de um país deve ser a fiel expressão de seu pensamento e de sua vontade. Mas este pensamento e esta vontade residem apenas, em estado de consciência, nas classes inteligentes e detentoras de um país, que são as únicas capazes de abraçar, através de seu pensamento racional, todos os interesses do Estado, e que são as únicas a se interessar vivamente à manutenção das leis e da tranquilidade pública. *(Isto está certíssimo, e ninguém conseguiria |279 pôr em dúvida a capacidade política da classe burguesa. Com certeza sabe muito melhor que o proletariado o que ela quer e o que deve desejar, e isto por duas razões: primeiro, porque é muito mais instruída que este último, porque tem mais tempo livre e muito mais meios, de todos os tipos, de conhecer as pessoas que elege; e, em seguida, e na verdade esta é a razão principal, porque seu objetivo não é novo nem imensamente largo, como aquele do proletariado; é, ao contrário, conhecido por inteiro e completamente determinado, tanto pela história quanto por todas as condições de sua situação presente: este objetivo é a manutenção de sua dominação política e econômica. Ele está tão claramente colocado que é muito fácil saber e adivinhar qual dos candidatos que disputam o sufrágio da burguesia será capaz de servi-la bem e qual não. Assim, é certo, ou quase certo, que a burguesia será sempre representada segundo os desejos mais íntimos de seu coração. Mas o que não é menos certo é que esta representação, excelente do ponto de vista da burguesia, será detestável do ponto de vista dos interesses populares. Sendo os interesses burgueses absolutamente opostos àqueles das massas operárias, com certeza um parlamento burguês nunca poderá fazer nada além de legiferar a escravidão do povo, e de votar todas as medidas que terão como objetivo eternizar sua miséria e sua ignorância. É preciso ser bem ingênuo, realmente, para acreditar que um parlamento burguês possa votar livremente, no sentido da emancipação intelectual, material e política do povo. Por acaso já se viu na História um corpo político, uma classe privilegiada se suicidar, sacrificar o menor de seus interesses e de seus ditos direitos por amor da justiça e |280 da humanidade? Acredito já ter observado que até mesmo esta famosa noite do 4 de agosto, em que a nobreza da França sacrificou generosamente seus privilégios sobre o altar da pátria, não foi nada mais que*

mesmo tempo mais larga e mais refinada do charlatanismo político do Estado: um instrumento perigoso, sem dúvida, e que demanda uma grande habilidade da parte daquele que o usa, mas que, se sabemos usá-lo bem, é o meio mais seguro de fazer as massas cooperarem para a edificação de sua própria prisão. Napoleão III fundou toda a sua potência no sufrágio universal, que nunca traiu sua confiança. Bismarck fez dele a base de seu Império Knuto-germânico. Voltarei mais amplamente a esta questão, que constitui, para mim, o ponto principal e decisivo que separa os socialistas revolucionários não somente dos republicanos radicais, mas ainda de todas as escolas dos socialistas doutrinários e autoritários.

uma consequência necessária e tardia do levante formidável dos camponeses, que, por toda parte, estavam tocando fogo nos pergaminhos e nos castelos de seus senhores e mestres. Não, as classes nunca se sacrificaram e nunca o farão, porque isto é contrário à sua natureza, à sua razão de ser, e nada se faz nem se pode fazer contra a natureza e contra a razão. Bem louco seria, então, aquele que esperasse, de uma assembleia privilegiada qualquer, medidas e leis populares!)

De tudo o que acaba de ser dito, resulta que é perfeitamente legítimo, responsável, necessário, restringir, na prática, o direito de eleição. Mas o melhor meio de restringi-lo é estabelecer um *censo eleitoral*, um tipo de escada móvel⁴⁵ política; eis a sua dupla utilidade: primeiro, ele defende o corpo eleitoral contra a pressão brutal das massas ignorantes; e, ao mesmo tempo, não lhe permite constituir-se em corpo aristocrático e fechado, mantendo-o sempre aberto a todos aqueles que, através de sua inteligência, da energia de seu trabalho e da responsabilidade de suas economias, souberam adquirir uma propriedade mobiliária ou imobiliária, pagando a soma requerida de contribuições diretas. Este sistema, é verdade, oferece o inconveniente de excluir do corpo eleitoral um número bastante considerável de capacidades; e, para compensar este inconveniente, propôs-se admitir também as capacidades. Mas, fora a dificuldade que haveria para determinar quais são as capacidades reais, a menos que se reconhecesse como capazes todos aqueles que obtiveram o diploma do colégio, há uma consideração ainda mais importante que se opõe a esta adjução das ditas capacidades. Para ser um bom eleitor, |281 não basta ser inteligente, ser instruído, nem mesmo ter muito talento; é preciso, ainda, e acima de tudo, ser moral. Mas como se prova a moralidade de um homem? Através de sua capacidade de adquirir a propriedade, se ele tiver nascido pobre, ou de conservá-la e aumentá-la, se ele tiver a felicidade de tê-la herdado⁴⁶.

45 NG: Chamava-se de “escada móvel”, na Inglaterra, o sistema aplicado ao imposto sobre os cereais, imposto cuja taxa se elevava ou abaixava segundo a abundância ou a insuficiência da coleta.

46 NB: Eis o fundo íntimo da consciência e de toda a moral burguesa. Não preciso observar quanto é contrário ao princípio fundamental do cristianismo, que, desprezando os bens deste mundo (é o Evangelho que tem por profissão desprezá-los, e não os padres do Evangelho), proíbe acumular os tesouros sobre a terra, porque, diz ele, “ali onde estão os seus tesouros, está seu coração”, e que manda imitar os pássaros do céu, que não trabalham nem semeiam, mas que vivem assim mesmo. Sempre admirei a capacidade maravilhosa dos protestantes de ler estas palavras evangélicas em sua própria língua, de fazer muito bem os seus negócios e de se considerar, assim mesmo, como cristãos muito sinceros. Mas deixemos isto de lado. Examine com atenção, nos mínimos detalhes, as relações sociais, tanto públicas como privadas, os discursos e os atos da burguesia de todos os países; você achará ali, implantada de maneira profunda, ingênua, esta convicção fundamental: que o

homem honesto, o homem moral, é aquele que sabe adquirir, conservar e aumentar a propriedade, e que somente o proprietário é digno de respeito. Na Inglaterra, para ter o direito de ser chamado de *gentleman*, há duas condições: é ir à igreja, mas principalmente, ser proprietário. Na língua inglesa há uma expressão muito enérgica, muito pitoresca, muito ingênua: *Este homem vale tanto*, ou seja, cinco, dez, cem mil libras esterlinas. O que os Ingleses [e os Americanos] dizem, em sua brutal ingenuidade, todos os burgueses do mundo pensam. E a imensa maioria da classe burguesa, na Europa, na América, na Austrália, em todas as colônias europeias espalhadas pelo mundo, tanto pensa isto que não suspeita da profunda imoralidade e desumanidade deste pensamento. Esta ingenuidade na depravação é uma desculpa muito séria em favor da burguesia. É uma depravação coletiva que se impõe como uma lei absoluta a todos os indivíduos que fazem parte desta classe; e esta classe abraça, hoje, todo o mundo: padres, nobreza, artista, literatos, sábios, funcionários públicos, oficiais militares e civis, boêmios artísticos e literários, gatunos(*) e caixeiros, até os operários que se esforçam para se tornarem burgueses, todos aqueles, resumindo, que querem vencer *individualmente* e que, cansados de ser bigorna, solidariamente com milhões de explorados, querem, esperam, tornar-se martelo por sua vez – todo o mundo, enfim, exceto o proletariado. Este pensamento, sendo tão universal, é realmente uma grande potência imoral, que você pode encontrar no fundo de todos os atos políticos e sociais da burguesia, e que age de uma maneira tão maléfica, pernicioso, que ela é considerada como a medida e a base de qualquer moralidade. Ela desculpa, ela explica, ela legitima, de certa forma, os furores burgueses e todos os crimes atrozos que os burgueses cometeram em junho de 1848, contra o proletariado. Se, ao defender os privilégios da propriedade contra os operários socialistas, eles imaginassem estar defendendo apenas os interesses deles, com certeza não se teriam mostrado menos furiosos, mas não teriam encontrado esta energia, esta coragem, esta implacável paixão e esta unanimidade da raiva que os fizeram vencer em 1848. Encontraram neles mesmos toda esta força porque foram séria e profundamente convencidos de que, defendendo os seus interesses, defendiam ao mesmo tempo as bases sagradas da moral; porque, muito seriamente, talvez mais do que eles próprios sabem, *a Propriedade é o Deus todo deles*, o único Deus deles, e que substituiu, há tempo, nos corações, o Deus celeste dos cristãos; e, como estes, antigamente, eles são capazes de sofrer, por ele, o mártir e a morte. A guerra implacável e desesperada que fazem e que farão pela defesa da propriedade não é, portanto, apenas uma guerra de interesses; é, na plena acepção desta palavra, uma guerra religiosa, e sabemos os furores, as atrocidades de que as guerras religiosas são capazes (i). A propriedade é um Deus; este Deus já tem sua teologia (que se chama política dos Estados e direito jurídico), e necessariamente a sua moral também, e a expressão mais justa desta moral é precisamente esta expressão: “este homem vale tanto”. A propriedade-Deus também tem sua metafísica. É a ciência dos economistas burgueses. Como toda metafísica, ela é uma forma de claro-escuro uma transação entre a mentira e a verdade, sempre em proveito do primeiro. Ela procura dar à mentira uma aparência de verdade, e faz a verdade tender à mentira. A economia política procura santificar a propriedade pelo trabalho, e a representá-la como a realização, como o fruto do trabalho. Se ela consegue fazê-lo, ela salva a propriedade e o mundo burguês. Pois o trabalho é sagrado, e tudo o que é fundado

A moral tem por base a família; mas a família tem por base e por condição real a propriedade; assim, é⁴⁷ evidente que a propriedade deve ser considerada como a condição e a prova do valor moral de um homem. Um indivíduo inteligente, enérgico, honesto, nunca deixará de adquirir esta propriedade que é a condição social da *respeitabilidade* do cidadão e do homem, a manifestação de sua força viril, o signo visível de suas capacidades, ao mesmo tempo que suas disposições e suas intenções honestas. Logo, a exclusão das capacidades não proprietárias é, não somente no fato, mas ainda em princípio, uma medida perfeitamente legítima. É um estimulante para os indivíduos realmente honestos e capazes, e uma justa punição para aqueles que,

sobre o trabalho é bom, justo, moral, humano, legítimo. Porém, é preciso ter |284 uma fé bem robusta para aceitar esta doutrina. Pois vemos a imensa maioria dos trabalhadores privados de qualquer propriedade; e mais: os próprios economistas e pelas próprias demonstrações científicas destes confessaram que, na organização econômica atual, da qual eles são defensores apaixonados, *as massas nunca poderão chegar à propriedade*, que o trabalho destas, conseqüentemente, não as emancipa nem as enobrece, já que, apesar de todo este trabalho, estão condenadas a permanecer eternamente fora da propriedade, ou seja, fora da moralidade e da humanidade. Por outro lado, vemos que os proprietários mais ricos, conseqüentemente os cidadãos mais dignos, mais humanos, mais morais e mais respeitáveis, são precisamente aqueles que trabalham menos, ou que não trabalham nada. Responde-se a isto que hoje é impossível manter-se rico, conservar, e ainda menos aumentar sua fortuna, sem trabalhar. Bem, mas entendamo-nos: há trabalho e trabalho; há o trabalho da produção e há o trabalho da exploração. O primeiro é o do proletariado; o segundo, o dos proprietários enquanto proprietários. Aquele que faz valer suas terras, cultivadas pelo braço de outrem, explora o trabalho de outrem; aquele que faz valer seus capitais, tanto na indústria como no comércio, explora o trabalho de outrem. Os bancos que enriquecem através das mil transações do crédito, os especuladores que ganham na Bolsa, os acionários que recebem grandes dividendos sem mexer um dedo; Napoleão III, que se tornou um proprietário tão rico e que tornou ricas todas as suas criaturas; o rei Guilherme I que, orgulhoso de suas vitórias, se prepara para sacar |285 bilhões desta pobre França, e que já se enriquece e enriquece seus soldados através da pilhagem; todas estas pessoas são trabalhadores, mas que trabalhadores, bons deuses! Exploradores de estradas, trabalhadores de rodovias. E olhe lá, pois os ladrões e bandidos comuns são trabalhadores mais sérios, já que, pelo menos, para enriquecer, fazem uso de seus próprios braços. É evidente, para quem não quer ser cego, que o trabalho produtivo cria as riquezas e dá a miséria ao trabalhador; e que só o trabalho improdutivo, explorador, dá a propriedade. Mas já que a propriedade é a moral, é claro que *a moral, tal como os burgueses a entendem, consiste na exploração do trabalho de outrem*. (*)NT: A expressão do original, “chevaliers d’industrie”, que significa gatuno, escroque, etc, pode ser traduzida literalmente como “cavaleiros de indústria”. (**) NG: Isto foi escrito às vésperas da Comuna.

47 NG: Bakunin não colocou texto no alto dos folhetos 282, 283 e 284, que são inteiramente ocupados pela continuação da nota começada no folheto 281.

sendo capazes de adquirir a propriedade, negligenciam ou desdenham fazê-lo. Esta negligência, este desdenho, só podem ter como fonte a preguiça, a covardia, ou a inconseqüência do caráter, a inconsistência do espírito. Estes são indivíduos muito perigosos; quanto maiores são suas capacidades, mais eles são condenáveis e mais severamente devem ser castigados; pois levam a desorganização e a desmoralização para a sociedade. (*Pilatos errou quando crucificou Jesus Cristo por suas opiniões religiosas e políticas; deveria jogá-lo na prisão enquanto preguiçoso e vagabundo*). Os homens que são dotados de capacidades, e que⁴⁸ |286 não fazem fortuna, podem, certamente, se tornar demagogos muito perigosos, mas nunca cidadãos úteis.

O Estado assim constituído é a primeira condição, ou a base, e, ao mesmo tempo, o objetivo supremo de toda civilização humana. É a mais sublime expressão desta *sobre esta terra*. Fora do Estado, não há civilização nem humanização possível dos homens, considerados tanto do ponto de vista individual, enquanto seres separadamente livres, quanto do ponto de vista coletivo, enquanto humana sociedade. Cada um se deve ao Estado, já que o Estado é a condição suprema da humanidade de cada um e de todos. Assim, o Estado se impõe a cada um como o representante único do bem, da bem-aventurança, da justiça de todos. Ele limita a liberdade de cada um em nome do interesse coletivo da sociedade inteira⁴⁹.

(Aqui acaba o *texto* do manuscrito de Bakunin).

48 NG: O folheto 285 é o último que me foi enviado por Bakunin (envio de 18 de março de 1871); ele tinha guardado consigo o folheto 286 e alguns dos que o seguem, e que já estavam escritos antes de sua partida para Florença. Quando voltou, continuou a redação da nota que começa no folheto 286, e a levou até o folheto 340, onde o manuscrito se interrompe.

49 NB: É em nome desta ficção, que se chama alternadamente interesse coletivo, direito coletivo, ou a vontade e a liberdade coletivas, que os absolutistas jacobinos, os revolucionários da escola de J. J. Rousseau e de Robespierre, proclamam a teoria ameaçadora e desumana do direito absoluto do Estado, enquanto que os absolutistas monárquicos a apoiam com muito mais de consequência lógica sobre a graça de Deus. Os doutrinários liberais, pelo menos aqueles que levam as teorias liberais a sério, partindo do princípio da liberdade individual, colocam-se, primeiramente, como sabemos, como adversários do princípio do Estado. Foram eles que disseram primeiro que o governo, ou seja, |287 o corpo dos funcionários (...) (*) NG: A continuação desta *Nota*, seqüência que se estende do folheto 287 até o folheto 340 e último do manuscrito, foi impressa, em 1895, por Max Nettlau, no primeiro tomo das *Oeuvres* (“Obras”), da p. 264, linha 7, até a página 326, sob o título, tomado de empréstimo a Reclus e Cafiero, de *Deus e o Estado*: mas é aqui que se deve recolocar, através da imaginação, o conteúdo destes folhetos 287-340. - (Nota de James Guillaume)